

Revista da Universidade de São Paulo

N.º 3 Dezembro, 1986

Carlos Guilherme Mota
Henrique Rattner
Aziz Ab'Sáber
Miguel Reale
João Haikal Helou
Orlando Marques de Paiva
José Carlos Garbuglio
Maria Regina Simões de Paula
Marcelo de Almeida Toledo



Carta do Editor

O terceiro número da *Revista da Universidade de São Paulo* recebeu diversas colaborações dentro do espírito que se pretende implantar neste periódico, que é o de servir como veículo de ligação entre a Universidade e a sociedade, projetando o pensamento acadêmico para influir nas grandes questões nacionais. Fomos honrados com as contribuições de dois ex-reitores e de outros especialistas de renome nacional desta Universidade, que estão colaborando para tornar este periódico o grande fórum do debate científico especializado e do intercâmbio com a sociedade civil.

O professor Carlos Guilherme Mota levanta em seu ensaio "A cultura brasileira como problema histórico" as mais importantes questões que envolvem hoje a polêmica sobre o que é a cultura brasileira. Este eminente pensador, que já nos ofereceu a *Ideologia da Cultura Brasileira*, traz uma contribuição esclarecedora sobre a problemática, ao afirmar que não existe a cultura brasileira, ou seja, ela não se apresenta como um universo coeso e fechado. É, antes, uma forma de se articular uma ideologia numa região da superestrutura. Em sua essência, a cultura brasileira não está enraizada na ideologia de consciência nacional, e tampouco é um simples reflexo das bases sociais. Para chegar a estas constatações, o professor Mota parte dos autores clássicos nacionais que pesquisaram o assunto (Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda) e chega aos dois maiores pensadores do problema nas últimas décadas, Antonio Candido e Raymundo Faoro.

O primeiro, combatendo as tendências para ele nocivas na discussão sobre a cultura (a filosofia idealista, a sociologia cultural, a literatura personalista), trabalha a questão cultural do Brasil apoiando-se principalmente no tema de consciência nacional a partir de sua literatura. O segundo, na medida em que põe em dúvida a verdadeira feição da classe dominante no Brasil e pensa, em seu lugar, no conceito de estamento burocrático, reordena a discussão que envolve, necessariamente, poder, produção cultural e classes sociais. Após passar pela temática do nacionalismo enquanto ideologia, do redescobrimiento do Brasil (Semana de Arte Moderna, reflexões sobre o tema "cultura brasileira" da década de 30), o professor Mota chega à questão polêmica de passagem de cultura aristocrática à cultura de massas no Brasil. Para ele, finalizará concluindo, a ruptura cultural será regis-

trada a partir dessa nova fase, na qual há o predomínio dos *mass media* (a saber, o processo de massificação cultural associado às instâncias e mecanismos de controle), associado à dissimulação cultural das relações de classe.

Em seu artigo, o professor Henrique Rattner ocupa-se também com a questão cultural, mas em outro plano, o das relações entre a educação e a informática. Partindo do exame das mudanças tecnológicas e de suas implicações para a vida profissional e social das sociedades, constata-se, na opinião do especialista, o agravamento da polarização entre o saber e o fazer. As novas máquinas, os robôs, trazem consideráveis impactos à cultura e à organização social e exigem uma criteriosa reflexão de todos os que trabalham direta ou indiretamente com a informática. Por exemplo, a introdução dos computadores traz novos hábitos e faz antigos desaparecerem, o que nem sempre é positivo: há a perda do exercício da memorização com o uso do computador, a habilidade manual das pessoas vai desaparecendo com a prática de apertar botões. Mesmo a criança, que tem no ato de desenhar o apoio para o aprendizado da escrita, o desenvolvimento de sua capacidade motora, perde com o manejo dos aparelhos eletrônicos.

O professor Rattner adverte que o computador de uso doméstico não representa necessariamente um bem utilitário, mas tem sua função desviada pelo efeito de demonstração de *status* que é associado à posse do aparelho. A preocupação maior do especialista, porém, é com a dimensão social do uso do computador na sociedade, pois as organizações comunitárias, as comissões locais, as instituições de apoio aos grupos de base da sociedade estão seriamente ameaçados pela ação avassaladora das potentes redes de comunicação e informação. Para isso, ressalta, é preciso educar para a cidadania, formando profissionais com responsabilidade social e que possam usar as novas tecnologias para relacionar e integrar os conhecimentos nas diferentes áreas sociais.

As contribuições seguintes deste número da Revista tratam da própria Universidade. O professor Aziz Ab'Sáber, em seu "O *Campus* e a MetrÓpole", empreende um estudo histórico e geográfico sobre a USP, destacando o contexto físico, no qual a nossa Universidade se instalou, permeado por interessantes comentários sobre o crescimento desta instituição superior. Inicia pelo relacionamento entre o *Campus* do Butantã e a MetrÓpole na época de sua instalação. O contexto era o das grandes mansões, do luxo dos barões do café, do ba-

charelismo crescente, da nova organização comercial do café, de industrialização e da expansão das estradas de ferro. O professor Ab' Sáber faz, posteriormente, uma rica descrição da criação da Faculdade de Direito, da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina. O *Campus*, no qual hoje se instala a nossa Universidade, e que mereceu do especialista uma densa descrição geográfica, era a antiga Fazenda Butantã.

Ampliando a discussão sobre a USP, a contribuição do professor Miguel Reale é bastante enriquecedora. Nosso antigo reitor distingue na história da Universidade três fases distintas. A primeira foi a da sua criação, na qual havia a esperança da integração cultural na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que era marcada pela “compreensão enciclopédica de feitiço positivista” Esta instituição soube superar o “tradicional nativismo” e tendeu ao pluralismo cultural. A segunda fase, explica o professor Reale, iniciou-se em 1946. Derrubasse o elitismo existente (em favor aos formados em Direito, Engenharia, Medicina e na própria Faculdade de Filosofia) e obtém-se a equivalência salarial e a uniformização de tratamento com as demais Unidades universitárias. Data dessa época a criação desta *Revista da Universidade de São Paulo*, por proposta do próprio professor Reale. A última fase deu-se após 1969, com a implantação da Reforma Universitária, que eliminou a cátedra e reorganizou a estrutura departamental da USP

Mais quatro importantes contribuições completam este número. O professor João Haikal Helou faz, em seu artigo, uma exposição da evolução da Farmacologia no Brasil. Parte da medicina no período colonial, da farmácia monástica jesuítica e da concepção de medicamento vinda com os escravos africanos. O texto apresenta curiosas dietas e receitas, que quebram a austeridade que uma matéria dessa natureza geralmente contém, como o caso dos filtros do amor, que “avivam o afeto dos maridos dados a conquistas amorosas extraconjugais” Antes de apresentar o período monárquico e, posteriormente, o republicano – atualizando as informações –, o professor Helou fala sobre as plantas tóxicas, os antídotos, as operações, os aparelhos e os utensílios farmacêuticos.

“A tradução e alguns de seus problemas” é o título da contribuição do eminente ex-reitor, professor Orlando Marques de Paiva. Aí estão condensados alguns problemas de tradução, em especial na

área de Anatomia, que muito podem ajudar àqueles que se empenham no árduo ofício de tornar acessíveis importantes textos publicados em outras línguas. O professor Paiva reconhece que a tradução científica é mais fácil do que a literária, nem por isso, contudo, um trabalho fácil. E o pior, em nosso país, esse complexo e exaustivo trabalho é muito pouco reconhecido.

José Carlos Garbuglio enriquece esta Revista com um trabalho importante sobre o livro *Angústia*, de Graciliano Ramos. Compara-o com *São Bernardo* e assinala no livro a rica transcrição do clima de época (final do século passado), marcado pelo pessimismo, pela descrença das possibilidades e pela obsessão do purismo lingüístico, Luís da Silva, o personagem, é, à semelhança de Graciliano em *Memórias do Cárcere*, um intelectual com problemas de identidade e que se entrega ao exílio voluntário. Realiza aí uma análise crítica também dos intelectuais latino-americanos que buscam nas metrópoles formas de projeção, deixando de lado a preocupação com o papel do pensador na realidade que dele mais necessita, o seu país.

Finalmente, a contribuição da professora Maria Regina Simões de Paula, que se preocupa com a recuperação da memória de Jean Gagé, falecido neste ano, o terceiro dos grandes geradores da Seção de Geografia e História da USP. Foi ele quem presidiu as primeiras defesas de teses de doutoramento em História. Após ter lutado pela FEB em 1945 em solo italiano, Gagé retornou a Estrassburgo, onde reassumiu a cadeira de História Romana, não mais voltando ao Brasil. Ainda hoje, frisa a professora Maria Regina, ele é um grande desconhecido no Departamento de História, merecendo sua memória ser necessariamente recuperada.

CONTEÚDO

Carta do Editor	1 a 4
Índice e Expediente	5
A cultura brasileira como problema histórico Carlos Guilherme Mota	7 a 40
Educação e Informática Henrique Rattner	41 a 54
O <i>campus</i> e a metrópole Aziz Ab'Sáber	55 a 90
Recordações da Universidade de São Paulo Miguel Reale	91 a 102
Evolução da farmacêutica no Brasil João Haikal Helou	103 a 116
A tradução e alguns de seus problemas Orlando Marques de Paiva	117 a 131
Angústia: cultura e mediação José Carlos Garbuglio	133 a 148
Jean Gagé, o consolidador dos estudos históricos Maria Regina Simões de Paula	149 a 156
Cabeça de um adolescente Marcelo de Almeida Toledo	157 a 160
Livros: lançamentos da Edusp	161 a 162
Dissertações e Teses recebidas	163 a 169

USP UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: José Goldemberg

Vice-Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho

Coordenador de Atividades Culturais: Orlando Pinto de Miranda

Diretor de Serviço de Artes Gráficas: Maurício Agra Ramos

Revista da **USP**

Editor Responsável: Orlando P. de Miranda (MTb 10.850)

Editor Adjunto: Laurindo Leal Filho (MTb 12.110)

Secretária de Redação: Maria Teresa Braga

Editor de Arte: Antonio Baikauskas Filho (MTb 10.328)

Revisor: Vivaldo Adhemar Campos Maia

Diagramação e Arte-Final: Caioco Sakihama

Capa: Maria Aparecida dos Santos

Composer IBM: Yara de Almeida Perez

Fotolito e Impressão: Serviço de Artes Gráficas/Codac

**A CULTURA BRASILEIRA
COMO PROBLEMA HISTÓRICO**

Carlos Guilherme Mota

Introdução: o tema, os conceitos e a abordagem

Neste estudo, focaliza-se a “Cultura Brasileira” como problema histórico. Não se vai, portanto, retrair a história linear dos eventos que comumente são entendidos como “culturais”, seja na perspectiva dos historiadores da literatura, da arquitetura, da música ou do teatro, seja na perspectiva dos antropólogos e sociólogos.

Na verdade, a intenção é problematizar a própria noção de *Cultura Brasileira*, noção relativamente recente nos discursos acadêmicos e políticos. A rigor, tal noção surgiu consagrada e estabilizada na obra-síntese do educador Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira* (1943), em pleno Estado Novo (1937-1945), sobre o que nos deteremos adiante. Cuidaremos também de localizar, além desse “intérprete”, alguns críticos que se debruçaram posteriormente sobre a problemática cultural brasileira.

A “Cultura Brasileira”, enquanto problemática, se torna mais nítida após 1930, com o surgimento de uma nova consciência histórica e, portanto, cultural e política. Não foi por acaso que três obras das mais significativas sobre o Brasil foram publicadas nos anos 30: *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933), *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Júnior (1933), e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1936). Livros de alta interpretação que renunciavam a obra-síntese de Fernando de Azevedo sobre a “Cultura Brasileira”. Como se sabe, Azevedo foi o sociólogo e educador que, por sua vez, daria passagem ao “grupo-geração” de Antonio Candido, Florestan Fernandes e Maria Isaura Pereira de Queirós, seus ex-assistentes na Universidade de São Paulo, chefes de “escolas” de pensamento que definiriam os parâmetros da nova crítica cultural, histórico-sociológica e dos estudos da chamada “Cultura Brasileira”.

Uma nova consciência histórica se delineia a partir de então, com utilização de métodos e técnicas de análise que marcariam as pesquisas sobre o nosso passado. Os estudos sobre o negro na sociedade de classes, sobre os índios, sobre os movimentos messiânicos, sobre a cultura caipira, sobre a sociedade industrial e sobre a formação da literatura brasileira trariam o esboço desse novo perfil da sociedade brasileira, sempre considerada em sua historicidade própria.

Nessa medida, não se vai aqui retrair a “história da cultura brasileira”. Até porque, conforme já discutimos em outra oportunidade,

“*não existe uma Cultura Brasileira no plano ontológico, mas sim na esfera das formações ideológicas de segmentos altamente elitizados da população, tendo atuado, ideologicamente, como fator dissolvente das contradições reais*” Além disso, valorizamos as linhas de interpretação tendentes a “*dessacralizar radicalmente a noção de Cultura, que seria tão-somente a maneira de se articular, de se arranjar, de se definir uma ideologia numa ‘região’ da superestrutura considerada uma formação econômico-social, num dado momento histórico*” (cf. Mota, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira*. Pontos de partida para uma revisão histórica, 1933-1974, 5ª ed., São Paulo, Ática, 1985, prefácio de Alfredo Bosi).

Raymundo Faoro: “Em lugar de integrar, o estatamento burocrático comanda; não conduz, mas governa. (. . .) O brasileiro que se distingue há de ter prestado sua colaboração ao aparelhamento estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e curriculum vitae aprovado de cima para baixo” Os donos do poder – Porto Alegre–São Paulo, Globo, EDUSP, 1973, vol. II, pag. 743.



Entendido o tema-problema e fixados esses conceitos preliminares, impõe-se dizer, nesta abordagem, que procuraremos oferecer referências para que se perceba as dimensões dessa *nova consciência histórica* pós-Revolução de 1930, através das obras-mestras de G. Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda (parte I). Em seguida, apontaremos alguns marcos no processo de produção cultural, indicadores dessa problemática constituída no último meio século (parte II). A busca da “Cultura Brasileira” será efetuada atra-

vés de dois críticos culturais expressivos, que estão na base da articulação da problemática da cultura contemporânea no Brasil, Antonio Candido e Raymundo Faoro, e que examinaremos com detalhe (parte III). Uma proposta mais recente para a elaboração de uma *história da cultura* no Brasil, de autoria de Antonio Candido, será discutida considerando-se os sistemas de valores que entraram em contato ao longo do processo (parte IV). Finalmente, comentaremos a questão da "Cultura Brasileira" hoje e a complexa integração do Brasil na América Latina contemporânea (parte V).

I. A nova consciência histórica após a Revolução de 1930

Este estudo prévio não se apresenta como sendo uma *história da consciência social*, de maneira taxativa, de vez que, como regra geral serviu-se das formulações oferecidas por escritos e depoimentos dos próprios agentes do processo no Brasil nas últimas décadas. Tampouco seria adequado denominar este relato de *história da cultura*, *tout court*, uma vez que o esforço permanente está justamente na tentativa de instauração de uma *história das ideologias* a partir da crítica às "visões", às "interpretações" realizadas a propósito da chamada "Cultura Brasileira"

A proposição básica reside exatamente na crítica reiterativa às noções de *cultura* tal como foram operadas, por exemplo, por autores como Fernando de Azevedo, Roland Corbisier ou Antonio Candido. Não se trata, pois, de uma nova história da cultura brasileira. E, menos ainda, de uma *história intelectual* do Brasil, onde o arrolamento sistemático dos principais intelectuais e suas obras, bem como a indicação das respectivas "influências" recebidas ou exercidas se erigiriam em conhecimento científico: a primeira dúvida se poderia insinuar na base de tal empresa, em perspectiva neopositivista, sempre incidindo no caráter "incompleto", lacunar ou pontilhista do inventário esboçado. O que se pretende, afinal?

Pretende-se, como ponto de partida, e tentando não recair na velha tradição historicista de "contar a história tal qual ela se passou", apreender alguns momentos significativos em que a intelectualidade se debruçou sobre si mesma para auto-avaliação ou, ainda, sobre o objeto de seu labor para defini-lo, situando-o em relação ao contexto vivido. *Os pressupostos ideológicos que jazem na base de*



Antonio Candido: Em busca de pontos, para uma revisão da história da cultura no Brasil, em sua dimensão latino-americana.

formulações sobre o que seja uma cultura ("brasileira", "nacional" "popular", "de massa" etc.), eis o que importa neste estudo.

Na raiz da investigação acha-se a inquietação absorvida nesta área dependente nos últimos quinze anos. No Brasil, de uma era populista e desenvolvimentista, transitou-se para as malhas de um Estado autoritário, muito articulado, e até sofisticado para absorver e consentir formas "ilustradas" de reflexão e produção cultural. Numa palavra, coloca-se como tema indagar dos problemas enfrentados e nem sempre resolvidos pela intelectualidade, num processo cultural que, em virtude de seu embasamento *ideológico*, e em virtude dos contextos vividos, assume dimensões políticas críticas. Cultura e política tornaram-se, mais do que nunca, componentes indissolúveis do mesmo processo: dizer que constituem níveis distintos de uma mesma realidade parece pouco mais que sonegar o essencial. Qualquer proposta nova para a elaboração de uma *História da Cultura Brasileira* não poderá evitar essa constatação.

Ouve-se falar, com freqüência, estar-se vivendo, atualmente, no Brasil o fim de um ciclo cultural. Sem entrar no mérito da questão de fundo — a da existência de "ciclos culturais" — e sem arriscar

demasiado no esforço (óbvio, de resto) de privilegiar o momento presente como pedra de toque para a localização da perspectiva a ser adotada, pode-se afirmar que o ponto de partida desta reflexão centra-se na localização e discussão de algumas *matrizes e formas de pensamento no Brasil*, em angulação que se pretende histórica. Daí impor-se a necessidade de redimensionamento da noção de *produção* cultural, reinstaurando o conceito de *processo* ideológico, menos atento às descontinuidades — tema que tanto absorveu os analistas, estruturalistas sobretudo, na última década — que às continuidades. Como, a rigor, não foi escrita uma *História da Cultura Brasileira*, ainda que em perspectiva neopositivista, liberal, factuálista etc., tais observações preliminares poderão ter alguma utilidade.

A preocupação em não considerar certas vertentes do pensamento conservador que, no Brasil, cuidou da “história das idéias”, prende-se menos à idiosincrasia contumaz em relação às variadas formas em que se apresenta tal pensamento no Brasil que ao interesse de buscar as motivações básicas do pensamento (por assim dizer) *progressista* — pensamento que às vezes se apresenta *radical*, mas nem sempre revolucionário, como apontou Antonio Candido, e que não está restrito apenas ao campo das ditas Ciências Humanas.

As dificuldades contidas nesta proposta não são pequenas, e seria ocioso tratar delas nesta reflexão prévia. Mas uma merece atenção especial, de vez que se inscreve na esfera das coisas consabidas e, por essa razão, desprezadas. Referimo-nos ao tom opaco de certos diagnósticos, de certos conceitos, de certas formulações que parecem dar por encerrado o debate e conhecido o objeto de estudo — a “Cultura Brasileira”. De fato, foi esse *tom opaco*, brumoso, que funcionou como estimulante primeiro da busca do tema central desta proposta. O tom opaco — aparentemente sem importância — de certos diagnósticos muito difundidos por “intérpretes” da História do Brasil, na verdade veiculavam termos bastante genéricos como “Cultura Brasileira”, “cultura nacional”, ou formulações amplas carregadas de ideologia, como “aspirações nacionais”, “consciência nacional”, ou ainda “caráter nacional da expressão estética” etc. Acabaram por sugerir uma “leitura” menos superficial de textos que, à primeira vista, parecem óbvios, não problemáticos.

Deixando de lado a atualidade da temática do nacionalismo enquanto ideologia (e realidade), colocou-se como tarefa inadiável rever

alguns códigos que repousavam nas estruturas de textos considerados representativos. Entretanto, mais que a descida aos meandros dos contextos que assistiram às produções focalizadas nesta proposta — descida, de resto, inesgotável e que demanda certamente trabalho de equipe — cedemos à urgência de visualização e estabelecimento de um lineamento geral, em perspectiva cronológica, o que conduz à inevitável e arriscada montagem de *um quadro referencial, uma demarcação prévia*. Para nós, o “problema (da Cultura Brasileira) é a história do problema”

Este quadro referencial deve ser entendido como uma periodização prévia que permita a localização de momentos significativos, em que algumas *matrizes básicas de pensamento* foram definidas ou reelaboradas no Brasil.

O “redescobrimento” do Brasil

Com efeito, um verdadeiro “redescobrimento” do Brasil pode ser registrado num conjunto de obras de alta interpretação surgidas logo após a Revolução de 1930. A Revolução, se não foi suficientemente longe para romper com as formas de organização social, ao menos abalou as linhas de interpretação da realidade brasileira — já arranhadas pela intelectualidade que emergia em 1922, com a Semana de Arte Moderna.

Lembre-se, ainda, que 1922 foi o ano de fundação do Partido Comunista e do início do movimento militar dos Tenentes. Assim como no plano da política e da vida social, novas interpretações se impuseram, contrapondo às explicações autorizadas de Varnhagen, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu e Oliveira Vianna concepções até então praticamente inéditas, e que soariam como revolucionárias para o momento. A concepção de História da elite oligárquica da República Velha (1ª República: 1889–1930) empenhada na valorização dos feitos dos heróis da raça branca, e representada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (fundado em 1838), vai ser contestada de maneira radical por um conjunto de autores que representarão o ponto de partida para o estabelecimento de novos parâmetros no conhecimento do Brasil e de seu passado. *Esse momento é marcado pelo surgimento das obras de Caio Prado Júnior (1933), Gilberto Freyre (1933) e Sérgio Buarque de Holanda (1936).*

A obra que certamente representa o início do “redescobrimento” do Brasil é a de *Caio Prado Júnior, Evolução Política no Brasil* (1933), anunciando um “método relativamente novo” dado pela interpretação materialista. Organiza ele as informações de maneira a não incidir e esgotar o enfoque “na superfície dos acontecimentos – expedições sertanistas, entradas e bandeiras; substituições de governos e governantes; invasões ou guerras” Para o Autor, esses acontecimentos constituem apenas um *reflexo* exterior daquilo que se passa no íntimo da História. Redefiniu a periodização corrente, valorizando os movimentos sociais como a Cabanada, Balaiada e Insurreição Praieira e demonstrando que “os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que acordam com os interesses das classes dirigentes em cujo benefício se faz a História oficial” Uma crítica vigorosa à Historiografia oficial fica estabelecida de maneira sistemática e fundamentada, ao mostrar que autores difundidos como Rocha Pombo, em volumes alentados, dedicavam simples notas de rodapé a movimentos do porte da Cabanada (Pará, 1833-1836).

A preocupação em explicar as relações sociais a partir das bases materiais, apontando a historicidade do fato social e do fato econômico, colocava em xeque a visão mitológica de Brasil que impregnava a explicação histórica dominante. É o início da crítica à visão monolítica do conjunto social, gerada no período oligárquico da recém-derrubada República Velha: *com as interpretações de Caio Prado Júnior, as classes emergem pela primeira vez nos horizontes de explicação da realidade social* – enquanto categoria analítica.

Mais divulgada e comentada, a obra de Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala* (1933) atingiu ampla popularidade pelo estilo corrente e anticonvencional; pelas teses veiculadas sobre relações raciais, sexuais e familiares; pela abordagem inspirada na antropologia cultural norte-americana e pelo uso de fontes até então não consideradas. A crítica mais recente não se demora em duvidar do caráter racista da obra na valorização dos traços mestiços da população brasileira (Dante Moreira Leite, Emília Viotti da Costa). Se, antes, Oliveira Vianna considerava de forma negativa a mestiçagem, Freyre agora a considera de forma positiva. Demais, operando com noções como eugenia, branquidão, morenidade, passou a elaborar teses sobre a adaptação adequada de “nossa” cultura aos trópicos, o Brasil repre-

sentando um país com poucas barreiras à ascensão de indivíduos pertencentes a classes ou grupos inferiores.

Um de seus críticos mais radicais, Dante Moreira Leite, indica que a deformação mais visível na obra de Freyre “decorre da história dos últimos trinta anos onde se deve incluir nossa história intelectual. Quando Gilberto Freyre publicou *Casa-Grande e Senzala* em 1933, o livro foi interpretado como uma afirmação corajosa de crença no Brasil, no mestiço e no negro, sobretudo se pensamos no prestígio de um escritor como Oliveira Vianna e no predomínio das doutrinas racistas que dariam base ideológica ao nazismo. Hoje, com a independência dos povos africanos e com a luta dos negros norte-americanos pelos seus direitos civis, a posição de Freyre parece inevitavelmente datada e anacrônica. Finalmente, as posições políticas de Gilberto Freyre – tanto no Brasil como em relação ao colonialismo português na África – contribuíram para identificá-lo com os grupos mais conservadores dos países de língua portuguesa e para afastá-lo dos intelectuais mais criadores. Disso resulta que Freyre é hoje, pelo menos no Brasil, um intelectual de direita, aceito pelos grupos no poder, mas não pelos jovens intelectuais”

Nesse sentido, ele é o grande ideólogo da “Cultura Brasileira” Mas sua obra representou uma *ruptura* com a abordagem cronológica clássica, com as concepções imobilistas da vida social do passado e do presente. Para o momento em que surgiu, *CG e S* deslocava a importância de obras “antecipadoras” como as de Oliveira Vianna, ofuscando o ambiente intelectual e provocando a celeuma que pode ser acompanhada através das ásperas respostas dadas pelo Autor à crítica mais reacionária (inclusive provenientes do clero católico). A obra de Freyre teve o peso de uma denúncia do atraso intelectual, teórico e metodológico que caracterizava os estudos sociais e históricos no Brasil. Ao bacharelismo, à cultura estagnada e elitista, suas análises contrapunham uma interpretação livre e valorizadora dos “elementos de cor” -- enfeixada numa obra de difícil classificação dentro dos moldes convencionais e compartimentados (Antropologia, História, Sociologia, Economia etc.). O enquadramento e a localização teórica de Freyre era difícil porque o tipo de explanação adotada pelos “explicadores do Brasil” não se limitava a um campo específico: ainda quando tratam de uma região ou de um tema determinado, generalizam suas conclusões *para o Brasil como um todo*; e

quando são especialistas em um ou dois séculos, extrapolam suas teses e conclusões para todos os tempos. Sob a capa de um tratamento científico, às vezes buscando instrumental na Antropologia e Sociologia, deixam escorrer sua ideologia – como é o caso do luso-tropicalismo gilbertiano. Talvez pela teima dialética em se considerar “escritor”, apontada por Antonio Candido, sua interpretação conseguiu ofuscar alguns dos principais historiadores que tentaram analisá-lo como José Honório Rodrigues, Amaro Quintas e Thomas Skidmore.

A terceira grande obra desse momento, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, transformou-se num clássico, embora de menor repercussão na época. Trazia em seu bojo a crítica (talvez demasiado erudita e metafórica para o incipiente e abafado ambiente cultural e político da época) ao autoritarismo e às perspectivas hierárquicas sempre presentes nas explicações do Brasil. Lembre-se, neste passo, que o Brasil transitava para o fechamento da crítica nas estruturas do Estado Novo (1937-1945) e que o debate intelectual estava polarizado por revistas de direita. Até mesmo a extrema direita já se impunha no debate, provocando desalento nos quadros do liberalismo oligárquico. *Raízes do Brasil*, cujo significado foi estudado brilhantemente por Antonio Candido no prefácio à edição de 1967, forneceu aos jovens “indicações importantes para compreenderem o sentido de certas posições políticas daquele momento, dominado pela descrença no liberalismo tradicional e a busca de soluções novas” A inspiração teórica culturalista alemã era temperada pelos avanços da metodologia francesa no plano da História Social. Um dos maiores estilistas brasileiros, Sérgio Buarque se notabilizava pelo “ritmo despreocupado e às vezes sutilmente digressivo” que, ainda na justa avaliação de A. Candido, representou “um verdadeiro corretivo à abundância nacional”, cuja retórica bacharelesca marcava a produção política, literária e interpretativa da época. Obra de difícil classificação dentro dos padrões tradicionais, reúne e combina elementos retirados da História Social, da Antropologia, da Sociologia, da Etnologia e da Psicologia. Como a de Freyre, propõe até hoje problemas para os estudiosos: segundo Emília Viotti da Costa, seria um trabalho de Psicologia Social; ou simplesmente uma obra ideológica sobre o caráter nacional brasileiro, cujo foco estaria localizado na descrição intuitiva do brasileiro de classe alta, segundo Dante Moreira Leite.

A crise da ordem oligárquica, com a Revolução de 1930, provocou a elaboração do conjunto de reflexões que atingiria seus pontos mais altos nas obras de Freyre e Buarque de Holanda. Novas formas de percepção e ajustamento à ordem vigente foram elaboradas — e não será difícil encontrar o saudosismo aristocrático perpassando as reflexões de ambos. Não parece o caso de Caio Prado Júnior, que ultrapassou o momento.

O momento é o da descoberta das oligarquias, em sua vida social, política, psicológica, íntima. A mestiçagem passa a ser valorizada, numa erudita procura de convergência racial cordial. Em contraposição, a obra de Caio Prado Júnior — que se aprofundaria com *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), obra de maioridade dos estudos históricos entre nós — procurava desvendar as bases materiais e sociais da colonização, com vistas à avaliação de suas *persistências* na vida brasileira. Consolidava-se a *ideologia* da “Cultura Brasileira”, mas também se definia sua *crítica*.

II. A nova consciência cultural no Brasil: quadro referencial para uma análise da produção cultural pós-1930

Como vimos, a noção de “Cultura Brasileira” se cristalizou e se consolidou muito recentemente na História do Brasil, por volta dos anos 30/40 deste século. A partir de então é que tal categoria passa a ser objeto de discussão e análise sistemática, nos marcos ideológicos do nacionalismo que tomou corpo após a Revolução de 1930.

No percurso trilhado pela intelectualidade no último meio século, podem ser apontadas algumas ocasiões de debruçamento significativo sobre a própria atividade intelectual e política para auto-avaliação. Nessas ocasiões — como no fim da 2ª Guerra Mundial, ou após o movimento militar de 1964 — foram elaborados diagnósticos gerais sobre a direção do processo histórico-cultural entre nós, sobre o papel dos intelectuais e as características “desta cultura”. É claro que não estamos aqui à busca de uma “cultura” entendida como um conjunto de produções mais ou menos articuladas num universo comum de símbolos, mas sim à procura de um lineamento geral de reflexões que permitam estabelecer uma *periodização prévia*, indicativa do processo em que se definiu o conceito de “Cultura Brasileira” na História do Brasil Contemporâneo.. Na verdade, esta periodização pressu-



Florestan Fernandes: "Enquanto não rompermos definitivamente com as cadeias invisíveis do passado, não conquistaremos o mínimo de autonomia" (. . .) "Nosso padrão de vida cultural foi moldado numa sociedade senhorial "(. . .)" O escritor brasileiro passou a ver-se à luz de uma concepção estamental do mundo".
(Florestan Fernandes, na "Conferência do Mês" do Instituto de Estudos Avançados, USP, setembro, 1986).

põe o estudo das maneiras pelas quais os segmentos intelectuais conceberam a história e a cultura do Brasil.

A primeira constatação mais importante: nos últimos 50 anos ocorreu a passagem da concepção aristocrática de cultura para a cultura de massa. A viragem, que pode ser acompanhada através da superação da perspectiva gilbertiana e seus mitos à perspectiva de um Florestan Fernandes, acompanha o processo de caracterização e implantação de uma sociedade de classes no Brasil. Embora nesta proposta nossa preocupação não seja a de retrair a passagem de uma *sociedade de estamentos e castas* para uma *sociedade de classes* em área de implantação do capitalismo dependente, deve-se ter em conta que o "chão social" das produções sobre a temática da chamada "Cultura Brasileira" alterou-se substancialmente no período.

Houve, de fato, amplo movimento social subjacente a essas produções histórico-sociológicas, literárias etc. que alterou em profundidade as linhas de estruturação da sociedade brasileira de 1930 aos dias de hoje, no sentido de uma organização mais definida das relações de produção nos moldes do sistema capitalista. O capitalismo periférico ajustou-se aos poderosos princípios do capitalismo mono-

polista, que transferiu para o subsistema periférico algumas determinações da divisão internacional do trabalho, que viria a colocar por terra, em algumas regiões, concepções patriarcais da organização social e da produção cultural. No último período, sobretudo após 1964, *os meios de comunicação de massa jogaram um poderoso papel nesse sentido, criando uma falsa "homogeneidade" cultural para encobrir as gritantes disparidades sociais e econômicas no País.*

No plano cultural, as coisas não se passam diversamente. De ensaios como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque, passa-se à elaboração de monografias de base que registram problemas como a da massificação e do esmagamento da "cultura popular" – de que os CPCs (Centros Populares de Cultura) foram das últimas expressões significativas. Essa a tendência geral. Quanto ao momento atual, marcado pela emergência da *nova sociedade civil* e pela desagregação do regime militar de 1964, novo instrumental e novos enfoques vêm sendo dados à temática da caracterização da produção cultural no Brasil. Mas ainda parece cedo demais para arriscar-se um diagnóstico. Se a própria existência de uma *nova sociedade civil* é discutível, que dizer de caminhos novos para a produção cultural? Limitamo-nos, portanto, a este levantamento de problemas e estabelecimento de pontos para uma futura História da Produção Cultural no Brasil.

Uma "Cultura Brasileira"? Tentativa de periodização

Procuramos agora, levando em consideração as dificuldades acima apontadas, e não desconhecendo os perigos que advêm da própria *extensão* do campo escolhido, realizar *cortes* em momentos que assistiram a produções culturais expressivas, bem como a reflexões *sobre* a produção cultural e seu(s) significado(s). Tais cortes foram efetuados tendo em vista a detecção de uma possível linha de estruturação de um *sistema cultural*. Sistema em que acabou por se consolidar uma ideologia da *Cultura Brasileira*, reforçada nos processos de massificação cultural (vale dizer, ideológica) que revestem a montagem do sistema. Tal sistema eliminou ou neutralizou gradativamente seus elementos críticos até o fechamento completo do debate político-cultural. A noção liberal de Cultura (de Fernando de Azevedo, de Sérgio Buarque) foi instrumento de abertura política no Estado Novo, ajudou na consolidação dos quadros da democracia liberal

durante certo tempo, entre 1945 e 1964, montando universidades, defendendo a Escola Pública etc. Mas em seu nome criaram-se também os argumentos para frear as manifestações que extrapolassem os interesses das classes dominantes. No momento em que, já nos inícios dos anos 60, segmentos populares iniciaram a mobilização de seu potencial crítico, foi em nome dos "interesses nacionais" da "cultura brasileira", da "cultura nacional" etc. que se cortaram as linhas dessa esfera da produção cultural.

Não será, pois, um paradoxo, que exatamente nessa fase de pesada massificação a *ideologia da Cultura Brasileira* surja revigorada: corresponde à velha concepção da organização social em termos de *elite/massas*, que substitui (ou mascara, quando menos) as concepções críticas que veiculavam a idéia de organização social baseada na divisão das classes — que as Ligas Camponesas no Nordeste, as Reformas de Base do período Goulart, o método de alfabetização de Paulo Freire, as análises da sociedade *de classes* de Florestan Fernandes vinham impondo e obrigando à descoberta de *um outro Brasil*.

Os momentos críticos em que a temática da produção cultural veio à tona com maior intensidade, discutindo e propondo a questão da "Cultura Brasileira", foram os seguintes:

a) Na década de 30, sendo marcantes as obras de Gilberto Freyre, Fernando de Azevedo e Sérgio Buarque de Holanda, correspondentes à era do "redescobrimento" do Brasil; momento das interpretações dos "grandes intelectuais" (ou "intelectuais tradicionais"), para retomar a expressão de Gramsci. Tratava-se de articular os elementos sócio-culturais que dariam sustentação à idéia "Nação" brasileira;

b) No fim do Estado Novo (1937-1945), apresentando duas frentes ou tendências: uma, voltada para o passado, para o ideal aristocrático de cultura; outra, voltada para o futuro, caracterizada já pelos marcos do pensamento radical de classe média. Alguns frutos do labor desta tendência se manifestarão através dos quadros universitários, num processo de institucionalização do saber. Assiste-se à substituição da *qualificação* intelectual pela *função* intelectual, na terminologia que A. Candido adotou em 1944. São exemplos dessa nova concepção de trabalho cultural o próprio Antonio Candido, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Vitor Nunes Leal, entre outros. Esboçam-se formas de pensamento radical na Antropologia, na História da Literatura, na Sociologia, na Ciência Política etc., embora o

pano de fundo ainda seja dado pelas concepções culturais criadas nos quadros das oligarquias;

c) Nos anos 50, a institucionalização de quadros intelectuais provoca o engajamento nas linhas do nacional-desenvolvimentismo. O nacionalismo como ideologia impregna os diagnósticos desenvolvimentistas. O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) marca esse momento, com vários intelectuais expressivos procurando fabricar uma ideologia para o Estado desenvolvimentista. É o caso de Helio Jaguaribe, de Álvaro Vieira Pinto, de Celso Furtado e, sobretudo, de Roland Corbisier, autor do livro *Formação e Problema da Cultura Brasileira*. Formulações críticas surgem no fim dos anos 50, como é o caso de Raymundo Faoro, autor de *Os Donos do Poder* (1958), que analisaremos adiante. Mas a radicalização do processo ocorrerá na primeira parte dos anos 60, quando o País se engolfa nas discussões das Reformas de Base. O pano de fundo é, todavia, dado pelo reformismo populista;

d) Na segunda metade dos anos 60, *revisões radicais* rompem com os quadros de diagnósticos da era desenvolvimentista. Após o golpe militar (*e civil também*) de 1964, o sistema reage aos avanços do populismo; o pensamento crítico se radicaliza, revendo-se, combatendo o reformismo populista, intensificando as pesquisas sobre as classes sociais, ampliando os estudos sobre dependência. Expressivas desse momento são as obras de Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira* (1966); *Subdesenvolvimento e Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes (1968); *O Colapso do Populismo no Brasil*, de Octávio Ianni (1968) e *O Caráter Nacional Brasileiro* (1969), de Dante Moreira Leite;

e) Após o período de *Revisões Radicais* (1964 a 1969, aproximadamente), tem-se o período de *fechamento* em resposta à radicalização (1970 a 1975, aproximadamente), que corresponde ao chamado "milagre econômico brasileiro". Linhas de produção científica e cultural foram cortadas, com a neutralização radical ou eliminação dos intelectuais "orgânicos". Foi a época da luta armada e da grande diáspora intelectual. Assiste-se à massificação e revitalização da *ideologia da Cultura Brasileira*: "democracia racial", eliminação nos discursos "científicos" sobre a Cultura Brasileira das contradições, dos antagonismos, dos conflitos etc. Os *meios de comunicação de massa* se desenvolvem e ampliam a divulgação de concepções

sobre a História e Cultura anódinas, incruentas e "harmoniosas" Gilberto Freyre, bem como a obra de Jorge Amado (dessocializada), ganham espaço significativo na televisão. Fechamento de eventuais brechas no sistema ideológico: está aparentemente "estabilizada" a noção de Cultura Brasileira, a serviço do esforço ideológico de sustentação do "Brasil-Potência Emergente"; na cultura de resistência, as teses sobre *dependência* se multiplicam;

f) Na última etapa, de 1975 aos dias de hoje, o sistema militar começa a sofrer abalos significativos, tanto por dissidências internas quanto por manifestações da "nova sociedade civil": o novo sindicalismo, a nova Igreja, os organismos representativos da sociedade civil (Ordem dos Advogados, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Brasileira de Imprensa etc.) trazem em suas lutas novos elementos para uma *reconsideração da problemática da cultura no Brasil*. Obra representativa dessa profunda revisão da História e da Cultura brasileiras foi elaborada por Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil* (1975), em perspectiva econômica, sociológica, histórica e antropológica.

Está claro que as obras citadas foram tomadas apenas como indicadoras dos diversos momentos e vicissitudes na fabricação de uma ideologia: a ideologia da Cultura Brasileira. Em decorrência, a tarefa magna de se reconstituir esse *novo passado* ainda está por se fazer. Com a "distensão", a "abertura" e os impasses que a "Nova República" cria para se alcançar a democratização, uma nova História da Cultura deverá se produzir.

III. Duas interpretações radicais sobre a "Cultura Brasileira":

Antonio Candido e Raymundo Faoro

a) A interpretação de Antonio Candido

A contribuição de Antonio Candido para a discussão da problemática da Cultura Brasileira atravessa toda sua obra crítica, histórica, sociológica e antropológica. Nos estudos sobre a cultura caipira, sobre a família brasileira, sobre a literatura brasileira e latino-americana, sobre a história da literatura entendida como expressão da vida social etc. o autor de *Formação da Literatura Brasileira* (1957) nunca deixou de entender a "Cultura Brasileira" como problema.

Sua postura vem definida desde praticamente o início de sua trajetória intelectual, indissociável do componente político. No fim do Estado Novo (ou seja, no fim da 2ª Guerra), Antonio Candido, recém-formado e jovem professor da Faculdade de Filosofia da USP, fixou sua posição num livro coletivo, *Plataforma da Nova Geração* (Porto Alegre, Globo, 1944). A tarefa central, para ele, não era menos que “o combate a todas as formas de pensamento reacionário” (p. 37):

— “Cada um com suas armas. A nossa é essa: esclarecer o pensamento e pôr ordem nas idéias”

No caso do Brasil, apontava três tendências que poderiam vir a ser nocivas, como de fato vieram a ser: as filosofias idealistas, a sociologia cultural e a literatura personalista. Quanto ao primeiro perigo, denunciava ele os descaminhos da atitude mental que empurrava as discussões metafísicas, terreno predileto para ocorrência de propostas de soluções de elite, em que o intelectual acaba por ficar segregado dos problemas recentes, reais. Advertência “antecipadora” surge, entretanto, ao mencionar, de passagem, o perigo representado pelas filosofias evolucionistas, e que tiveram “para a Reação um interesse



Dante Moreira Leite, defendendo sua tese na Faculdade de Filosofia em 1954 sobre o “Caráter Nacional Brasileiro”. Um desencontro áspero com os “intérpretes” da Cultura Brasileira.

enorme, uma vez que abrem caminho para a política liberal do progresso contínuo, e naturalmente gradativo, justificando todas as desarmonias sociais e embalando o espírito num liberalismo beatífico”

A ausência dessa crítica ao evolucionismo em outros autores que cuidaram da “Cultura Brasileira” talvez se explique se se lembrar das linhas de radicalização das posições, tanto nas formas de pensamento fascistas, como naquelas marxistas, definidoras do momento em que escrevia Antonio Candido. Essa tendência, entretanto, considerados não só os quadros liberais como marxistas, estaria impregnada mais fundamentalmente por orientação evolucionista, em que a História é concebida em etapas — e que tanto marcaria o pensamento de esquerda no Brasil.

A virulência de sua crítica surge mais radical na áspera condenação aos perigos da “sociologia cultural” Aí parece residir um elemento essencial da matriz de pensamento que representa e, talvez, inaugure, em oposição à interpretação de Brasil de Gilberto Freyre:

“Quanto à sociologia cultural, confesso que me arrisco a medo. Vou levantar umas hipóteses que ainda não vi formuladas, e receio ser malcompreendido.

A sociologia cultural, chamando assim àquela que, de um modo ou de outro, subordina a idéia de cultura à noção de ciclo, de estrato ou de círculo, tem prestado serviços enormes ao pensamento e às ciências sociais. Nos meus trabalhos universitários, sou o primeiro a tomar muitos dos seus métodos e das suas noções. No entanto, é preciso que se abra o olho para uma possibilidade perigosa desse método tão fecundo e tão caro à sociologia do Novo Mundo.

A concepção de ciclo ou de círculo cultural — principalmente a primeira — leva quase que necessariamente à de função; à de interdependência necessária entre os traços de uma cultura e da sua existência em função uns dos outros. Está certo, e muito bem. No entanto, a concepção de funcionalidade pode levar perigosamente a uma justificação e, portanto, aceitação de ‘todos’ os traços materiais e espirituais, dado o seu caráter ‘necessário’ E vem a tendência para aceitar *in totum* um complexo cultural e defender a sua inevitabilidade funcional, digamos assim, em detrimento do raciocínio que tende a revelar as suas desarmonias.

Não é uma conseqüência fatal da sociologia da cultura, está visto. É um abuso possível, uma deformação contra a qual chamo a atenção, num país em que ela vai entrando a toque de caixa. Veja você o nosso mestre Gilberto Freyre, a que ponto está levando o seu culturalismo. Suas últimas obras descambam para o mais lamentável sentimentalismo social e histórico; para o conservadorismo e o tradicionalismo. Enamorado do seu ciclo cultural luso-brasileiro, é levado a arquitetar um mundo próprio, em que se combine o progresso com a conservação dos traços anteriores característicos. Tudo estará justificado se trouxer a marca do mundo que o português criou e que nós vamos desenvolvendo e preservando, sim senhor, com a ajuda de Deus e de Todos os Santos Unidos. O mesmo movimento que o leva a gostar das goiabadas das tias e dos babados de prima Fulana o leva gostosamente a uma democracia patriarcal etc. etc. Como vê, Mário Neme, aí está um caso em que o método cultural carrega água para o monjolo da Reação” (p. 39).

A constância e a profundidade da crítica de Antonio Candido permitem situá-lo como um dos eixos para uma possível História das Ideologias no Brasil, nas últimas décadas. Sua crítica atinge, na base, todas as interpretações culturalistas, funcionalistas e evolucionistas (aqui não se excluem historiadores da cultura marxista) de “explicadores” da chamada Cultura Brasileira. Nesta retomada crítica da questão da cultura no Brasil (e na América Latina), suas análises não podem ser descartadas. Ao contrário, tomá-la — no caso da História do Brasil — como ponto de partida. A ele voltaremos adiante, examinando sua proposta para uma “história da cultura”

b) Raymundo Faoro: razões da frustração do aparecimento da “cultura brasileira”

Análise das mais penetrantes, e que surge em 1958 rompendo por dentro da linha de interpretação dos ideólogos da Cultura Brasileira é a de Raymundo Faoro, sobre a formação do patronato político brasileiro, intitulada *Os Donos do Poder* (título dado por seu editor, o notável romancista Érico Veríssimo). De inspiração weberiana, sua história se constitui a partir do enfoque em que privilegia o estamento burocrático na seqüência da História do Brasil, estamento esse responsável pela montagem e persistência de instituições anacrô-

nicas, frustradoras de *secessões* que poderiam conduzir à “emancipação política e cultural” (p. 271).

Um dos méritos do estudo reside no fato de que não entra nos velhos debates sobre distinções entre “cultura” e “civilização” — no interminável e vão esforço que vem de Freyre e Cascudo a Corbisier. Esforço que serve para camuflar a verdadeira questão, que é a das classes sociais, padrões culturais correspondentes e relações de dominação. Faoro é radical: procura indicar que “a principal consequência cultural do prolongado domínio do patronato do estamento burocrático é a frustração do aparecimento da genuína cultura brasileira” (p. 269).

A “genuína cultura brasileira” não se desenvolve, adverte ele, em vista do esclerosamento da “nação”, atrofiada na “carapaça administrativa”. Neste sentido, cultura brasileira seria “cultura nacional”:

“A civilização brasileira, como a personagem de Machado de Assis, chama-se Veleidade, sombra coada entre sombras, ser e não ser, ir e não ir, a indefinição das formas e da vontade criadora” (p. 271).

O estudo clássico de Faoro — aliás, pouco conhecido e discutido — surge num quadro político e cultural de certa limitação teórica, nos anos 50, dada pelas balizas da interpretação neocapitalista da economia brasileira (Celso Furtado), bem como pelas interpretações apoiadas numa rígida e mecânica teoria das classes sociais (Werneck Sodré), ou pela linhagem nacionalista algo ingênua (ISEB). Faoro introduz, além de uma nova problemática e constelação de conceitos, *dúvidas quanto à verdadeira feição das classes dominantes no Brasil* e ao tipo específico de expropriação econômico-social. Numa interpretação de história política, demonstra que o Brasil, a despeito de suas instituições, “não logrou sequer entrar no caminho da nacionalização do poder minoritário. O povo inculto e de costumes primários, ausente do interesse pela coisa pública, mesmo na pequena parcela que vota, não tem sombra de conhecimentos da máquina governamental e administrativa” (p. 264). Sobre a temática da revolução, nessa perspectiva, “como manifesta o povo a confiança, ou a desconfiança, nos governantes? Nem a revolução lhe é deixada, usurpada pelas baionetas que a substituem, com elegância, pelo golpe de Estado” (p. 265).

Esse Estado patrimonial e estamental-burocrático, onde se “apura a chefia única”, na cúpula da hierarquia administrativa”, tende a desvalorizar a direção da nação por órgãos colegiados, figurando como bom governante aquele que é bom provedor” (p. 267). A permanência desse estamento burocrático sustenta o Estado patrimonial e estamental, necessário à integração da “pobre economia nacional no ritmo da economia mundial” (p. 265). Dada a predominância do estamento burocrático, “a nação e o Estado se cindem em realidades diversas, opostas, que mutuamente se desconhecem. Formam-se duas sociedades justapostas: uma, cultivada e letrada; a outra, primária, com estratificações sem simbolismo telúrico” Dessa cisão é que deriva a orientação dos nossos legisladores e políticos de “construir a realidade a golpe de leis” Como falar de uma “cultura brasileira”, se “a legalidade teórica apresenta conteúdo e estrutura diferentes dos costumes e da tradição populares”? (p. 268).

Uma crítica radical

Como pensar, em face de tal cisão essencial, em cultura brasileira? Essa a brecha teórica que Raymundo Faoro abre no quadro das interpretações sobre a cultura no Brasil, *chegando a questionar sua própria existência*. Suas análises, aliás, não tiveram repercussão e penetração imediatas, e mesmo depois tiveram relativamente pouca divulgação, em vista talvez do excessivo consumo de diagnósticos mais simplistas, de mais fácil digestão e que se coadunavam com a referida cisão ideológica. Mesmo as propostas do marxismo dogmático dos anos 50 alimentavam a ideologia genérica (não-apoiada em teoria lastreada em pesquisa científica) de lutas de classes, com a falsa consciência de se compor a “Nação” O fato é que, com o auxílio da ideologia reformista desse marxismo dogmático e nacionalista, a esquerda se desviou das questões essenciais da luta concreta, atrelando-se à ideologia do Estado Nacional e do desenvolvimento. Faoro não só fugiu a esse quadro cultural e político, como propôs outra angulação e novos conceitos para uma interpretação renovadora da vida política no Brasil. *Com isso, escapou à pesada e conciliadora ideologia da Cultura Brasileira, diluidora de contradições reais, instrumento de dominação ela própria utilizada pelos estamentos dominantes*. O drama da possível história da cultura no Brasil fica explicado

dado o peso do “prolongado domínio do patronato do estamento burocrático” “A nação como se embalsamou com o braço enregelado da carapaça administrativa”, não sendo sensível a estímulos regeneradores de baixo para cima:

“A secessão do proletariado — na acepção toynbeana — não se operou completamente na história brasileira, frustrada pela capa dominante, dona do poder político, social e econômico. Nos raros interregnos de sua manifestação, a nação, suas classes e seu povo, não lograram diferenciar-se, formar um corpo comunitário com vida própria, abafados pela reação opressiva do estamento burocrático reorganizado. Assim ocorreu em todos os eventos principais de suas tentativas de emancipação política e cultural” (p.271).

Combinando a análise sócio-política com a reflexão sobre a vida cultural, o autor de *Os Donos do Poder* oferece um ponto de partida novo para uma futura e “genuína” história da produção cultural no Brasil.

IV. Imposições e adaptações culturais: análise de uma proposta para uma história da cultura no Brasil, de Antonio Candido.

Significativa para o estudo da emergência de uma nova História das Ideologias culturais no Brasil é a análise de Antonio Candido sobre a “consciência nacional”, estudada a partir de registros literários. Não se vincula, como Ferreira Gullar (autor de *Vanguarda e Subdesenvolvimento*) à perspectiva da busca imediatista do “caráter nacional” de expressões estéticas em seus desdobramentos políticos. Não está preocupado tampouco, como Dante Moreira Leite, em refazer a história de uma ideologia — a do caráter nacional brasileiro, presente na obra dos grandes explicadores do Brasil. Atento a esses problemas, por vezes mascarados por fortes coberturas ideológicas que tornaram tradicionais e batidos os caminhos explicativos para a chamada história das idéias (literárias, políticas, religiosas, filosóficas etc.) no Brasil, Antonio Candido não as esmiúça. Procura, antes, a partir de indicações muito precisas, levantar pontos (articulados entre si) para uma *revisão da história da cultura* (a denominação é do Autor).

Um autêntico *programa de trabalho* fica exposto no seu ensaio “Literatura e Consciência Nacional”, publicado no *Suplemento Li-*

terário de Minas Gerais (Belo Horizonte, 6 setembro de 1969, IV, nº 158), cujos pontos básicos procuramos levantar para os devidos comentários.

Parece claro, a partir da consideração de suas indicações, que se trata de texto básico para o estabelecimento de momentos fundamentais para o estudo do processo de emergência de uma historiografia relativa ao *problema da cultura brasileira*, menos isenta talvez de traços ideológicos que outras tentativas anteriormente apontadas.

Comentemos, primeiramente, a conjuntura intelectual em que Antonio Candido produziu o referido texto. Delinear, em poucos traços, as vicissitudes do pensamento político-cultural no Brasil nos anos que medeiam entre 1966 e 1969 implica considerar alguns problemas básicos vividos pela intelectualidade mais empenhada. Não só a cultura de massa já começava a inquietar várias frentes de reflexão — Gullar e Roberto Schwarz representam bem duas linhas distintas e engajadas — como também a temática do nacionalismo que rondava os horizontes “culturais”, sutil ou abertamente. Em contraste com o período posterior de abertura para a América Latina — lembremo-nos que um bom indicador dessa abertura foi a obra de Celso Furtado, *Formação Econômica da América Latina*, de 1969 —, este será marcado por um reencontro — nem sempre radical, antes revisionista, em sentido lato — com a temática da *identidade nacional*. E o revisionismo registrado no plano intelectual, onde germinavam projetos nacionalistas possuía correspondência insuspeitada no plano mais geral — onde o nacionalismo se ligava à necessidade de proteção estatal às grandes empresas privadas, que resistiram à crise do período anterior. Estas empresas, dependentes de grandes grupos internacionais, marcam a vida econômica do período, que pode ser melhor entendido no contexto da então proclamada “interdependência”

A chamada fraqueza estrutural da burguesia brasileira não deixaria de se fazer sentir no plano das produções teóricas mais articuladas — o projeto nacional, em suas múltiplas facetas e problemas, continuaria parasitando as reflexões, seja no sentido de seu combate e desmistificação, seja no estabelecimento de um roteiro que procurasse reconstituir os patamares do processo de evolução no sentido de se estabelecer uma *cultura* com fisionomia própria.



*Ferreira Gullar no Exílio (1976):
"O problema reside em saber se
nos países subdesenvolvidos,
existe um ângulo peculiar donde
se vê a História". (Foto de Juan
Blanco).*

No plano propriamente intelectual, vinha para a linha de frente a preocupação com o *problema da identidade nacional*.

Neste estudo de Antonio Candido, já não se está em face de uma investigação sobre a história da literatura brasileira, em sentido estrito. A própria *constituição* dessa literatura aparece como apenas *um* dos problemas a serem enfrentados. A montagem e as determinações próprias do quadro ideológico, em que essa possível literatura viceja, talvez sejam o problema maior a ser perscrutado pelo estudioso da História das Ideologias culturais no Brasil.

O ensaio "Literatura e Consciência Nacional" torna-se útil, portanto, para tipificar a situação vivida: oferece um *roteiro no qual uma série de pontos básicos ficam estabelecidos para a consideração da emergência de uma identidade nacional, em perspectiva histórica*. Embora privilegie o plano da literatura, as considerações sobre o problema do controle social, a historicidade do fato literário ou a utilização ideológica do passado para ajustamento ao presente são suficientes para fundamentar uma *teoria da história da cultura*, não-desvinculada de um (por assim dizer) projeto nacional. Não desconhecendo as investigações em que a linearidade de certas elaborações

propriamente históricas ficavam terminantemente contestadas — através de estudos percucientes como os de Florestan Fernandes, Emília Viotti da Costa, Maria Sylvia Carvalho Franco, entre outros — Antonio Candido formula uma interpretação ampla da história da cultura no Brasil, sem perder de vista as noções de *continuidade* e de *processo*. Entretanto, elabora uma visão não-cumulativa da História, sem desconhecer os marcos da abordagem culturalista. O fato literário é, antes de tudo, cultural, o que, para ele, significa tratar-se também de um fato social. Logo, histórico.

Mais do que uma revisão radical, o texto-proposta é de abertura e consolidação de uma linha de crítica cultural. Conhecedor das teorias que pressupõem a descontinuidade entre as produções intelectuais e o mundo social, bem como as que proclamam a continuidade, o Autor foge à abordagem paralelística encontradíssima, por exemplo, na obra de Cruz Costa, sobre a história do pensamento brasileiro. Para Antonio Candido, não se trata de delinear o desenvolvimento da história da literatura (ou do *pensamento*) em confronto com a história da sociedade (ou da *economia*). A proposição teórica surge mais abrangente, a literatura entendida como sistema de obras que são também instrumentos de *comunicação*:

“Neste estudo, escreve o Autor, a literatura no Brasil será encarada mais como fato de história da cultura do que como fato estético, pois tentar-se-á mostrar de que maneira está ligada a aspectos fundamentais da mentalidade e da civilização brasileira, em vários momentos de sua formação” (p. 8).

A maneira pela qual se instaura uma *história da cultura*, incorporando determinações do nível das mentalidades, eis a questão que interessa no estudo de uma proposta para uma História das Ideologias. E a proposta, aqui, é encarada de maneira direta, uma vez que se pode submeter o texto a uma análise ideológica — com vistas ao estabelecimento de um conceito de verdade, também passível de ser desvendado — através da qual seja estabelecido o quadro das variáveis que estão presentes na sustentação mesma do texto, apoiado num eixo (foco discursivo) central. Eixo em torno do qual se organizaria uma *história*. E uma *teoria* da História.

Sua postura assumida, de fato, é a do historiador. Explicita a cada passo o ângulo adotado para analisar o processo cultural, fu-

gindo todavia à perspectiva de uma *cronologia linear*. Os momentos decisivos dessa história vão sendo desvendados através de considerações sobre manifestações significativas, “descendo e subindo entre os séculos XVI e XIX, durante os quais o País adquiriu fisionomia própria”

A chave-mestra para a compreensão do processo cultural está consubstanciada na investigação da *imposição e adaptação cultural*. A partir dessa chave o Autor elabora um conjunto de posições que implicam na *revisão* radical de teses consagradas sobre a chamada Cultural Brasileira:

a) A tese veiculada, por exemplo, pela crítica romântica, segundo a qual “as normas clássicas não se prestavam a exprimir a realidade natural e social do País”, no período colonial. Já se está, segundo o Autor, num momento em que não mais há necessidade de se “inventar um passado tanto quanto possível nacional” como fez a intelectualidade da jovem nação no século XIX.

b) Como o resto do “equipamento cultural do português”, a literatura foi algo “imposto, inevitavelmente imposto”. Não se pode dizer, como para países que conheceram desenvolvidas civilizações pré-colombianas, que a colonização acarretou a destruição de uma produção literária original. Não somos os “hijos de la Malinche”, lembra, com Octavio Paz, e devemos abandonar os sonhos nativistas dos tempos de Joaquim Nabuco. “Em verdade, a nacionalidade brasileira e suas diversas manifestações espirituais só se configuravam mediante processos de pressão e transferência cultural” (p.11).

c) No período colonial, criou-se uma disciplina intelectual firme. “Os padrões clássicos foram eficazes”. Em suas diversas formas (humanismo de influência italiana no século XVI, barroco de influência espanhola no século XVII, neoclassicismo de influência francesa no século XVIII) geraram condições para a definição de uma cultura consistente e de resistência “na sociedade atrasada e por vezes caótica do período colonial”. “A convenção greco-latina era fator de universalidade”, e por ela a produção local se integrava na “civilização do Ocidente” (p. 11). O classicismo, por exemplo, possuía certos traços positivos: com sua disciplina, com suas convenções, permitiu a intelectuais participarem de maneira menos provinciana dos grandes temas contemporâneos. Neutralizou as “tentações da vulgaridade e o perigo potencial de absorção pelo universo do fol-

clore” “O que havia de *artificial* na moda clássica foi compensado largamente por esta circunstância, graças à qual a maioria dos escritores de valor dos séculos XVII e XVIII pareciam menos provincianos, mais abertos para os grandes problemas do homem que os românticos do século XIX” (*idem*). Para mostrar que a disciplina não excluía a liberdade, aponta os exemplos de Gregório de Matos e dos arcádicos.

d) No tocante à “esfera essencial da expressão, a imposição e a adaptação dos padrões culturais permitiram à literatura contribuir para a formação de uma consciência nacional” (*idem*). Nesse sentido, o romantismo teria propiciado a participação de níveis sociais mais modestos, enquanto a literatura clássica pressupunha público mais informado. Não se pode, entretanto, falar em ruptura histórica como houve a ruptura estética. Com o romantismo, no século XIX, prosseguiu-se na dupla tendência de diferenciação: incorporando “a mentalidade e normas do Ocidente culto” para a expressão dos “aspectos novos que iam surgindo no processo de civilização do País” No fecho da proposta, Antonio Candido é enfático quanto ao problema da “consciência nacional”:

“Esta circunstância dá continuidade e unidade à nossa literatura, como elemento de formação da consciência nacional do século XVI, ou pelo menos do século XVII, até o século XIX. A essa altura, tanto a literatura quanto a consciência nacional já podem considerar-se amadurecidas e consolidadas, como a sociedade, porque já são capazes de formular conscientemente seus problemas e tentar resolvê-los” (Id.).

O ensaio, fruto de uma conferência no estrangeiro, partindo de uma reflexão sobre a formação cultural do Brasil, abre perspectivas para uma História das Ideologias culturais. A emergência de uma produção nacional, com o que possui de irremediavelmente adaptado, com os empréstimos e os vícios gerados no período colonial — que marcou por três séculos nossa história da cultura — fica investigada a partir da base social. Sem incorrer nos pecados do sociologismo mecanicista (resguardando, por exemplo, o que denomina de “substância do ato criador”) estabelece as teias sutis que unem a vida social à esfera intelectual. E nessa articulação, o que é positivo é que nem sempre o resultado aparece marcado pela noção de processo linear, tão caro aos Enciclopedistas, que, apesar da distância no tempo, *con-*

tinua na base de tantas explicações de história da chamada cultura brasileira. "Consciência nacional" e processo cultural aparecem em Antonio Candido como níveis distintos, embora articulados, de um só quadro ideológico de uma mesma história. História que pressupõe a temática da dependência (e, portanto, dos compromissos e resíduos de um passado colonial).

Menos clara fica a análise quando desemboca no século XIX, por omitir a dependência mais sofisticada em relação à Inglaterra. A temática da "consciência nacional" fica delimitada por outras molduras não-indicadas, sobretudo no tocante aos modelos que então inspiravam a produção nacional. O indianismo, tão importante para a formulação de uma possível identidade nacional, como aponta o Autor, parece ter sido um ingrediente ideológico de grande peso, desviando a crítica de pontos nevrálgicos mais agudos dados pela situação de dependência (econômica e cultural) da Inglaterra e (cultural) da França.

Mas a contundência e eficácia de algumas posições de Antonio Candido se manifestam ao trabalhar com as relações entre vida cultural e controle social, ou com o problema de *mestiçagem* — ponto sempre vulnerável nas teorizações sobre a chamada cultura brasileira.

Ao estudar as relações entre a vida cultural e o controle social (quase se poderia inverter sem prejuízo os termos: vida social e controle cultural), o crítico examina a atividade da Igreja no Estado, nas Academias e o papel de obras literárias de vulto, no sentido de fabricar, estimular, procurar e/ou celebrar os valores ideológicos dominantes, até a crise do próprio sistema. Algumas agremiações, como a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, deslizaram para a faixa política, louvando a Revolução Francesa e discutindo a situação colonial. Demais, algumas produções posteriores, elaboradas no bojo desse sistema ideológico, já revelaram caráter nativista: *O Uruguai*, por exemplo, que está na raiz do individualismo — "uma das alavancas poderosas de identidade nacional" (p. 9).

Uma das características mais fortes dessa proposta de interpretação está na maestria com a qual articula os diversos níveis da realidade sócio-política e ideológica.

O controle social exercido pelas instituições apontadas não se desvincula de um quadro maior em que a repressão, a proibição, a restrição, a discriminação eram exercidas a partir dos valores de seto-

res dominantes da sociedade em formação, profundamente amarrados na tradição cultural do elemento colonizador. *Nesse ângulo é que Antonio Candido parte para a "crítica à idéia errada de que a literatura brasileira seria o produto do encontro de três tradições culturais: a do português, a do índio e a do africano"*

Quanto à tradição cultural dos índios e dos africanos, é peremptório: a presença deles se faz sentir apenas — "e ainda aí menos do que se pensa" — no plano folclórico. Não se pode indicar, segundo sua análise, a existência de uma combinação das três tradições para "formar uma literatura". Está-se, antes, em face de "ampliação do universo de uma literatura que já existe, importada por assim dizer com a conquista e submetida, com a colonização, ao processo geral de ajustamento ao Novo Mundo" (p. 8).

O crítico vai encontrar exemplo cabal nas restrições impostas pelas forças coloniais às possibilidades de eventual desenvolvimento das "*culturas dominadas*", (o termo é do Autor). Na Capitania de São Paulo, onde a presença indígena marcava os contornos das relações sociais, estabeleceu-se "uma competição cultural que foi resolvida, de um lado, pela fusão racial e espiritual; mas de outro, por uma acentuada repressão por parte das autoridades". Nessa medida, a Câmara proibia a participação de brancos nos festejos indígenas, bem como sua promoção, punindo severamente os infratores. Ao lembrar que a população era composta em grande parte por indígenas, Antonio Candido completa sua crítica, que por certo propõe a revisão das tradicionais "histórias sociais" e "histórias da literatura":

"Mais drástico ainda foi o caso da *língua geral*, falada correntemente por essa população bilíngüe desde o século XVI e proibida na segunda metade do século XVIII, extinguindo-se rapidamente no meio cada vez mais estabilizado dentro da cultura européia"

Registrem-se observações passageiras, mas de grande alcance para pesquisas futuras sobre estilos de pensamento no Brasil, como aquela sobre o estilo barroco, de ressonância permanente na história cultural do País:

"O estilo barroco foi uma linguagem provincial, e por isso gerou modalidades tão tenazes de pensamento e expressão que, apesar da passagem das modas literárias, elas ficaram em parte, como algo visceral do nosso país" (p. 9).

A importância desta *proposta* reside, para além dessas passagens, na consideração e articulação de níveis de realidade tão distintos como o da “consciência coletiva” (p. 10), o da ideologia dos setores dominantes, o do universo do folclore, o do consumo de produção acessível a grupos sociais modestos (século XIX). E, sobretudo, o nível da referida “consciência nacional” — considerados os horizontes das obras dos escritores que anteriormente se dedicaram ao problema da “Cultura Brasileira”

Duas anotações críticas finais poderiam ser feitas à proposta de Antonio Candido, com vistas à elaboração de uma História das Ideologias culturais no Brasil. A primeira, sobre um conceito passageiro emitido sobre a sociedade do século XIX, uma “sociedade já constituída e orientada para seu destino próprio”, onde “o senso rígido da ordem espiritual e estética eram menos necessários” Que a estabilização relativa estava longe de ser atingida atestam os conflitos relacionados com a passagem lenta do regime escravista ao assalariado, nas diferentes regiões; atestam os inúmeros movimentos sociais de porte (Insurreição Praieira, Cabanada, Balaiada, Revolução Farroupilha etc.); atestam as tensões sociais, culturais, religiosas que culminariam no movimento de Antonio Conselheiro, para não mencionarmos a problemática social e cultural relacionada com a ampliação das camadas médias urbanas no fim do século.

A segunda observação, em que se solicitaria maior ênfase na análise da relação entre o exercício de uma disciplina intelectual firme (de inspiração greco-latina, por exemplo) e o tipo de organização social (sociedade de base escravista, por exemplo). A esse tipo de disciplina intelectual corresponderam outras “disciplinas” (controle social) que provocaram a *exclusão* de fontes populares mais significativas — no texto circunscritas pela fórmula segundo a qual a literatura ficou preservada, ao serem neutralizadas “as tentativas da vulgaridade e o perigo potencial de absorção pelo universo do folclore” (p. 11).

Não se estaria, neste passo, nobilitando uma concepção de literatura (e de “cultura”) em detrimento de manifestações de cunho menos sofisticado mas que, nem por isso, deixam de ser elementos participantes da *cultura popular*? Em caso negativo, por que não distinguir, para efeitos de análise, o plano (ideológico) de cultura nacional e o plano (real) da cultura popular?

“Consciência nacional” e “consciência social”

Ao abordar a problemática mais geral da cultura na América Latina, Antonio Candido aprofundou sua proposta anteriormente discutida. De fato, no ensaio “Literatura e Subdesenvolvimento” (publicado em *América Latina en su Literatura*, México, Siglo XXI, 1972), lançou ele critérios fundamentais para abordagem (periodização, interpretação etc.) dos processos de produção cultural na América Latina (no Brasil, em particular). Embora a análise focalize mais propriamente o plano da produção literária, fornece pedras de toque para outras esferas do saber. Opera o crítico brasileiro num eixo de exploração ao longo do qual se passa da “consciência amena de atraso, correspondente à ideologia de ‘país novo’ ” (por volta dos anos 30) para a “fase de consciência catastrófica de atraso, correspondente à noção de ‘país subdesenvolvido’ ” (posterior à Segunda Guerra), alcançando a temática da massificação contemporânea.

Em seu estudo, extrai conseqüências que se alçam ao nível de *critérios* para a realização da *análise ideológica prévia* da produção cultural nos quadros da dependência, e que deve anteceder qualquer tentativa de elaboração de uma História da Cultura Latino-Americana:

a) sobre cultura de massa e dependência: “A alfabetização não aumenta proporcionalmente o número de leitores, como a entendemos aqui, mas atira os alfabetizados, junto com os analfabetos, diretamente da fase folclórica para essa espécie de folclore urbano que é a cultura massificada” (p.339);

b) critério para pensar a superação da dependência cultural: “Um estágio fundamental na superação da dependência é a capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciadas não por modelos estrangeiros imediatos, mas por exemplos nacionais anteriores. Isto significa o estabelecimento de uma causalidade interna, que torna inclusive mais fecundos os empréstimos tomados às outras culturas” (p.346);

c) sobre o nacionalismo cultural do Brasil e seus equívocos, o crítico, ao tratar das tendências regionalistas, indica a superação da modalidade como demonstração de amadurecimento: “Por isso muitos autores rejeitariam como pecha o qualificativo de regionalistas, que de fato não tem mais sentido. Mas isto não impede que a dimensão regional continue presente em muitas obras da maior im-

portância, embora sem qualquer caráter de tendência impositiva, ou de requisito duma equivocada consciência nacional” (p. 353).

Nota-se que Antonio Candido aprimorou aqui sua crítica, operando com maior eficácia a discutida noção de *dependência* e, sobretudo, de “consciência social” (p. 352). Homem de seu tempo, deixa de lado as preocupações com a consciência nacional e literatura e passa a dimensionamento maior (latino-americano) da literatura no quadro da dependência e do subdesenvolvimento: surgem radicais as reflexões do crítico sobre produções marcadas por “equivocada consciência nacional” Esse o sinal dos tempos: as balizas para se pensar produção cultural não mais são dadas pela ideologia da “consciência nacional”, mas pela noção de *consciência social*. E o dimensionamento não é apenas brasileiro, mas latino-americano: *a história passa a ser pensada em termos de sistemas culturais*.

V. À guisa de conclusão

Para além das constatações sobre a complexidade dos problemas levantados (sobre o objeto, periodização, métodos e técnicas de abordagem, a interpretação multidisciplinar, a visualização da história em termos de sistemas culturais com características próprias etc.), — que imporiam reflexões e desdobramentos teóricos outros — pode-se perceber a existência de *novas linhagens de interpretação* tendentes a romper com a tradição de se focalizar a História da “Cultura Brasileira”, ou a história do “pensamento brasileiro”, enquanto universos mais ou menos coesos e fechados. Os exemplos de Raymundo Faoro e Antonio Candido são expressivos, ao lado de outros analistas que estudamos em *Ideologia da cultura brasileira*. Pontos de partida para uma revisão histórica, 1933-1974, 5ª ed., São Paulo, Ática, 1985, como Florestan Fernandes, Dante Moreira Leite, Ferreira Gullar, Roberto Schwarz e Alfredo Bósi, entre tantos outros.

Nessas abordagens, a “cultura brasileira” já não aparece enraizada na ideologia mais ou menos difusa (conforme a conjuntura) da “consciência nacional”, presente nas interpretações de certos nacionalistas anteriores. Na mesma medida, o “pensamento brasileiro” já não aparece como simples “reflexo” das bases econômico-sociais, como entendiam os paralelistas dos anos 50. Idêntica modificação parece existir em formulações do marxismo ortodoxo: raramente se

entende hoje, em termos de história da cultura, o estágio cultural atual como apenas uma “etapa de um processo evolutivo” já pré-traçado.

Parecem nítidos os efeitos das “rupturas” que provocaram a série de impasses em que se encontram as frentes remanescentes da produção cultural, hoje discutindo políticas culturais nos quadros da abertura democrática controlada e limitada, e estimulada pela emergência tímida da “nova sociedade civil”. A definição desses rompimentos não foi provocada apenas pela compressão política, embora tal compressão por certo tenha exercido papel negativo, ao desorganizar sistematicamente linhas de produção – num reforço de tendência histórica analisada por Raymundo Faoro. A massa crítica incipiente viu-se obrigada a buscar nutrição teórica em núcleos de atividades exteriores e, embora estivesse sofisticando e aprimorando o instrumental conceitual, na verdade ampliava o distanciamento das realidades concretas.

As rupturas mencionadas, de maneira geral, se acham definidas a partir da revisão de certas teses que endossavam a história cultural do Estado-Nação, teses criticadas com o apoio de teorias de classes sociais de inspiração marxista; ou a partir, numa fase de predomínio do *mass-media*, da dificuldade de redefinição do intelectual “à antiga” isto é, da pouca plasticidade para a redefinição de padrões de organização cultural por parte dos remanescentes da ordem senhorial na sociedade de classes; ou a partir de uma série de pesquisas sobre a cultura popular, orientada segundo metodologia rigorosa.

Em suma, a ruptura pode ser registrada, por exemplo, através de investigações em que o estudo dos dinamismos específicos da dissimulação cultural das relações de classes surge vinculado à problemática de massificação e do controle social em área periférica.

Levando-se em consideração essas novas perspectivas é que se poderá levantar pontos de partida não para uma História da Cultura Brasileira, mas para uma História das Ideologias Culturais no Brasil, agora articulada no contexto histórico latino-americano. Nesse sentido, uma proposta foi por nós apresentada, nas *Notas para una reflexión sobre políticas culturales en América Latina*, publicada em *Latinoamérica* (Anuário/Estudios Latinoamericanos 15, México, 1982; republicada em *Comunicação e transição democrática*, José Marques de Melo (Org.), Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985).

FICHA CATALOGRÁFICA

MOTA, Carlos Guilherme. *A cultura brasileira como problema histórico*. Revista da Universidade de São Paulo. São Paulo, (3): p. 7—40, dezembro de 1986.

EDUCAÇÃO E INFORMÁTICA
Henrique Rattner

1. Introdução

O nosso mundo deste fim de século XX é caracterizado pela incerteza, os riscos e as profundas e rápidas mudanças sociais, sobre cujas ameaças e impactos as populações afetadas devem ser informadas. Referimo-nos, particularmente a:

- ameaça permanente de uma guerra nuclear;
- desastres ecológicos, em consequência de projetos megalomaníacos;
- novas tecnologias eliminando empregos, e
- centralização do poder e invasão da privacidade.

Esses dilemas da sociedade contemporânea exigem respostas ou soluções baseadas, inicialmente, em informações corretas e confiáveis, a partir das quais se possa construir caminhos e meios de ação eficazes.

Na sociedade de classes, onde saber é poder e, portanto, procura-se conquistar o monopólio da Informação, defrontamo-nos com o problema do acesso à Informação. Dada a complexidade crescente da técnica, da economia e da vida social e política em geral, o vocabulário básico eventualmente aprendido nos anos de ensino elementar é insuficiente para a compreensão e a comunicação, gerando uma defasagem nos níveis de acesso à Informação e, em consequência, de participação social. Ademais, o nosso ensino, mesmo nos níveis de 2º e 3º graus, transmite e condiciona uma postura mecanicista, ao isolar os respectivos problemas de seu contexto, analisando apenas algumas variáveis privilegiadas ou um segmento suficientemente pequeno de um conjunto para poder ser pesquisado, enquanto as situações concretas em que operamos são complexas, multivariacionais e, por isso, mais adequadas à metodologia de análise de conjuntos ou sistemas abertos. Logo, é, também com base em um conjunto integrado ou um sistema de informações que será possível reduzir a incerteza, adotar decisões “racionais” e adequar os meios aos fins.

A Informática pode nos ajudar nessa tarefa?

Nas reflexões que seguem, tentaremos encaminhar a discussão sobre essa temática que agita os meios educacionais.

As mudanças tecnológicas e suas implicações para a vida profissional e social dos indivíduos

a) O sistema e os processos produtivos, organizados em grande escala para fabricar quantidades de produtos padronizados, estão mudando com a introdução crescente de equipamentos e processos microeletrônicos. O SFF (Sistema de Fabricação Flexível) permite produzir, com alta eficiência, pequenos lotes de produtos diversificados, variando de acordo com a demanda mutante de consumidores afluentes. A introdução do SFF causa, também, mudanças na composição da força de trabalho, exigindo crescentemente as funções de analista de sistema, programador, técnico de manutenção do equipamento eletrônico; são eliminados e/ou deslocados empregos associados à tecnologia convencional, dificilmente compensados pela criação de novos empregos, em quantidade suficiente.

As novas máquinas e equipamentos (máquinas-ferramenta de comando numérico, robôs, CAD/CAM – *Computer Aided Design/Computer Aided Manufacturing* etc.) todos controlados por computadores, realizam as tarefas de forma mais rápida, eficiente e, portanto, a menores custos, pois consomem menos materiais, menos energia, exigem menor espaço e dispensam mão-de-obra.

Ao mesmo tempo, a linguagem do computador – o *software* cada vez mais complexo – dificulta o acesso à Informação relevante para a mão-de-obra menos escolarizada e treinada, agravando a polarização entre o “saber” e o “fazer”

b) Mesmo para aqueles que permanecem empregados, torna-se cada vez mais nítida a distinção entre o trabalho (*job*) e a vocação (*Beruf*) ou o ganha-pão e a auto-realização criativa.

Como conseqüência lógica da desqualificação e de alienação no trabalho, contingentes cada vez maiores de trabalhadores procuram escapar das rotinas, da monotonia, do atrofiamento de suas faculdades físicas e mentais, alimentando aspirações de desenvolvimento e de realizações pessoais.

À luz dessas tendências, torna-se mais imperiosa a necessidade de trabalhar menos, para que todos possam trabalhar e viver, ao mesmo tempo deixando-lhes suficiente tempo livre para dedicar-se, também a sua “vocação”

Sobre os impactos das novas tecnologias

As novas tecnologias que penetram em, e se difundem através de todos os setores da economia e da sociedade, exigem informações e acesso a essas, sem o qual é impossível obter e manter um emprego. Contudo, Informação não leva necessariamente ao conhecimento e o aumento da quantidade de informações, na falta de um método de integração, tende a aumentar a confusão e as dificuldades de processamento.

Neste sentido, as novas tecnologias (CAD/CAM, SFF, computador e processador de texto) parecem oferecer grandes vantagens, permitindo o processamento, armazenamento e recuperação de dados e informações consideradas relevantes. Paradoxalmente, a operação e a manipulação dos equipamentos microeletrônicos, por mais que fossem aclamados como instrumentos-chave de uma futura era de bem-estar generalizada, não nos proporcionam um sentido ou a direção de seu desenvolvimento nem tampouco uma justificativa de seu dinamismo. Entretanto, para alcançarmos a plenitude de nossa existência, necessitamos de significados e da legitimação de nossos atos e esses não podem ser derivados da quantidade ou mesmo da qualidade das informações das quais dispomos. Em outras palavras, para enfrentarmos os desafios existenciais da era microeletrônica, precisamos de sabedoria e de responsabilidade.

O contato e a familiaridade precoces com o computador estimulariam o desenvolvimento do senso de responsabilidade da criança?

Ao analisar as mudanças de conteúdo do trabalho nos estabelecimentos fabris que crescentemente são equipados com máquina e equipamentos microeletrônicos, verificam-se impactos também nos hábitos, costumes e nas relações interpessoais.

Ocorre, com o uso de computador, uma perda da função da memória, assumida crescentemente pelos *chips* e discos magnéticos. Da mesma forma, perde-se a habilidade manual, não somente para os robôs, mas sobretudo pela redução das operações ao simples ato de apertar teclas e botões. Entretanto, foi exatamente a evolução da capacidade de sincronizar as operações manuais com os comandos emanados do cérebro que foi responsável pelo salto qualitativo ou a mutação do primata para o homem e essa capacidade, bastante pre-

judicada pela produção semi-automatizada em esteiras rolantes (quem não se lembra das cenas de “Tempos Modernos”, de Charles Chaplin?), corre o risco de uma atrofia completa, reduzindo-se as operações produtivas a simples atos de digitar

Esse perigo de atrofiamento das características essenciais do ser humano, sua natureza de *homo faber* não se manifesta apenas nas fábricas e nos escritórios. Interesses comerciais tão poderosos quanto inescrupulosos forçam a entrada e inundam com sua publicidade escolas e lares, instigando educadores e pais a adquirir os equipamentos “indispensáveis” para a formação e o futuro das crianças.

A criança na era da microeletrônica

A familiaridade da criança com os equipamentos da telemática, desde a TV e jogos de vídeo a microcomputadores, torna-se, pelo menos, tão freqüente quanto a que tem com papel, lápis, régua etc. Mães se queixam ou se vangloriam que suas crianças passam horas a fio com o novo “brinquedo”, sem que se fizesse um esforço de avaliação mais sério da aprendizagem e do real aproveitamento da nova tecnologia.

Uma das maiores dificuldades no ensino da escrita é a combinação entre o movimento linear da mão com a progressão curvilínea das letras do alfabeto, o que é conseguido somente após muito exercício e aulas de caligrafia. Agora, todavia, basta pressionar o teclado do computador e o problema da curvilinearidade é resolvido, ou melhor, suprimido. Da mesma forma, o desenho manual — expressão da vocação estética da criança — é substituído pelo desenho eletrônico e as linguagens da programação do computador.

A memória coletiva, antes reunida e transmitida nas estórias, contos e poesias de bardos populares, passa dos livros e do papel impresso para novos arquivos, sob forma de discos e cassetes, sem dúvida, com muito maiores possibilidades de armazenagem, porém, tornando problemático o futuro do *folklore*, tendo em vista as dificuldades de acesso. Por outro lado, as investidas das empresas produtoras e comercializadoras do novo equipamento levam as escolas — privadas e públicas — a comprar microcomputadores, que são adquiridos, sem que houvessem sido elaborados diretrizes e progra-

mas de estudos, assegurando o seu uso racional. Assim, em vez de tornar-se uma ferramenta útil para os estudantes, o computador é, cada vez mais, um símbolo de *status*, enquanto a proliferação de tipos, modelos, programas e linguagens diferentes torna praticamente impossível um plano pedagógico e médio/longo prazo.

Alguns aspectos e características da sociedade informatizada

Seguindo o raciocínio dos arautos da Era da Informática, a sociedade industrial caminharia, inelutavelmente, para um estágio de evolução em que a maior parte das atividades econômicas seria representada pelo setor de Informação, tornando-se esta no elemento central, permitindo aumentar a capacidade e o potencial de pensar, produzir, organizar e coordenar.

Nessas circunstâncias, a geração, o processamento, a análise e a interpretação de informações tornam-se recursos cruciais para o funcionamento da sociedade. Convém, todavia, indagar sobre as implicações dessa tendência, para os membros do corpo social, e o processo de sua socialização.

Vejamos, inicialmente, algumas das características da Informação:

– A Informação pode substituir capital, trabalho e matéria-prima. A automação e a robótica deslocam operários e exigem transformações da força de trabalho. Máquinas e equipamentos são acessíveis via telemática e não precisam constar do inventário da empresa.

– A Informação necessita de, relativamente, pouca energia e recursos físicos ou biológicos, contrariamente às indústrias de base (aço, cimento etc.).

– A Informação pode ser ampliada, expandida e facilmente transferida. Palavras, números e imagens podem ser transmitidos com velocidade próxima à da luz, mudando nosso conceito de distância geográfica.

– A Informação tem um poder de difusão tremendo. Diferentemente dos recursos materiais objetos de intercâmbio, a Informação pode ser compartilhada, sem perda de seu controle.

Se as características dos objetos físicos levaram à formação de hierarquias de poder, baseadas no controle das armas; econômicas,

baseadas na propriedade de bens e de recursos naturais; e de classes sociais, de acordo com o acesso diferenciado à propriedade, na Era da Informática, a hierarquia do poder estará fundamentada no controle da Informação — elemento-chave da organização burocrática civil e militar, privada e pública.

Já dizia Francis Bacon, no século XVI, “saber é poder” Conseqüentemente, a difusão do saber levaria, quase automaticamente, à difusão ou democratização do poder e, nas sociedades industriais modernas caberia à educação essa função de difusão do saber.

A sociedade contemporânea nos oferece, todavia, um quadro contraditório, de tendências centralizadoras e democratizantes, em todas as esferas da vida social, cultural e política. Assim, encontramos paralelamente com a ascensão de organizações burocráticas, políticas e sindicais altamente centralizadas, inúmeros casos de formação de comissões, organizações comunitárias de bairro ou de vizinhança e de grupos de interesse que refletem uma aspiração generalizada de participação e de autogestão.

Por outro lado, temos potentes redes de Informação e de comunicação, operando em escala global e em benefício de interesses particulares cujo monopólio seria quebrado pela difusão generalizada da Informação. Por outro lado, torna-se cada vez mais patente a impossibilidade de concretizar um regime verdadeiramente democrático, sendo uma grande parcela da população analfabeta! Daí, inferirmos sobre a prioridade absoluta a ser atribuída à educação elementar, fator básico para a integração desse enorme contingente populacional à nação. O uso de todos os computadores não permitiria o salto qualitativo dos analfabetos. Provavelmente, aumentaria ainda mais o fosso que separa as elites da maioria do País, o que coloca claramente as opções para uma política educacional.

Em pronunciamento recente, o reitor da Universidade referia-se aos 35 milhões de classe média, a cujos anseios a Universidade deverá atender. Mas, nada foi dito a respeito dos outros, quase cem milhões de brasileiros! O compromisso da Universidade é com a nação toda, em busca de um sistema aberto, de Informação, de comunicação e de diálogo, enfim, de uma sociedade pluralista e democrática.

O fracasso verificado, ao longo das últimas décadas, das diversas tentativas de planejamento — local, regional, nacional, econô-

mico, urbano ou setorial, foi devido, em boa parte, à concepção autoritária que presidiu a sua concepção, elaboração e execução, distante dos anseios e aspirações da população. Tal concepção autoritária não consegue a adesão, identificação e colaboração da população, indispensáveis para a consecução das metas formuladas. Entretanto, a tomada de decisão participatória exige muita Informação, sua difusão e retroalimentação, tal como funciona um organismo biológico. Isto significa mais "abertura", menos sigiliosidade, mais acesso e menos discriminação, mais consultas e co-responsabilidade e menos ordens e controles autoritários, como condição *sine qua non* da sociedade pluralista e democrática.

Educar para a cidadania

O debate sobre a eficácia do sistema educacional, sobretudo na área de ensino superior, está agitando periodicamente os meios universitários, as instituições do poder público diretamente ligadas à educação e os próprios pais dos alunos. Entram em choque as correntes utilitaristas, preocupadas com a formação especializada, profissionalizante, e os defensores de um *curriculum* humanista e interdisciplinar. Há os que se preocupam com o desenvolvimento da capacidade de operação e manipulação dos diferentes equipamentos e máquinas, inclusive os computadores, baseada numa lógica técnica e cartesiana, enquanto outros vislumbram possibilidades de uma formação plurivalente, contínua e capaz de transmitir aos jovens educandos não somente conhecimentos mas, também, atitudes construtivas e de responsabilidade para com os destinos da comunidade.

Na impossibilidade de se prever a evolução do mercado de trabalho, tendo em vista as mudanças tecnológicas e organizacionais em curso nas empresas e setores mais dinâmicos da economia, não seria mais lógico e importante desenvolver nos jovens a capacidade de aprendizagem contínua, de tomada de decisão, em condições de incerteza, e de participação responsável nos assuntos que afetam seu destino?

Há quinze ou vinte anos, quem poderia antecipar a demanda por pessoal qualificado em navegação espacial, energia nuclear, análise de sistemas, bancos de dados, ecologia etc.?

Se é praticamente impossível quantificar a demanda futura do mercado, pode-se, contudo, prever algo sobre as características da força do trabalho da qual será exigido menos trabalho manual e mais esforço cerebral e intelectual e, sobretudo, mais habilidade nas relações interpessoais. A familiaridade com as operações do computador será provavelmente tão indispensável quanto hoje o são os conhecimentos básicos para ler, escrever e o cálculo elementar, pelo menos, no ensino de segundo e terceiro graus. Outra tendência fundamental, estreitamente associada à acumulação e expansão do capital transnacional, é configurada na internacionalização da produção, do comércio e das transações financeiras. O número crescente de operações e empreendimentos que se realizam em escala global exige do pessoal envolvido não somente o conhecimento de idiomas e da cultura, dos hábitos e valores de outros povos mas, também, uma certa disposição mental para a mobilidade geográfica, funcional e setorial. Nessas condições, o conceito e a prática da educação permanente passam a incorporar-se às diretrizes e programas de recursos humanos, como o comprova o direito conquistado pelos trabalhadores na Itália, em Israel e outros países, a um período variável de 150/200 horas por ano, destinado à reciclagem, aperfeiçoamento ou fins educacionais em geral.

Não bastariam todavia, a simples compilação de informações e o aumento quantitativo de conhecimento. O problema central da educação, exatamente pela quantidade infinita de informações existentes e, diariamente acrescentadas, é relacionar e integrar conhecimentos de diversas áreas, em combinações funcionais para a solução de nossos problemas existenciais.

O ensino de disciplinas acadêmicas estanques, cada uma centrada em um conjunto de técnicas de pesquisa específicas, mais do que resolver problemas, leva à formação de uma mentalidade reducionista e um pensamento mecanicista e linear. Entretanto, os problemas reais, vivenciais não cabem nos limites estreitos dos departamentos acadêmicos, como bem o ilustram os casos de patologias de fundo psicossomático, do crescimento explosivo das áreas metropolitanas ou toda a problemática do desenvolvimento em países de capitalismo tardio.

Não deixa de ser curiosa a concessão da mais alta distinção acadêmica àqueles que dominam segmentos estreitos do conhecimento

científico, enquanto a procura de soluções dos problemas que afligem a sociedade nos leva a uma abordagem interdisciplinar, não necessariamente através de uma comissão de estudos e sim, mediante uma visão sinótica e uma mentalidade integradora, preocupada sobretudo com os aspectos éticos, a legitimação dos meios e dos fins e as respostas às perguntas “por que” e “para que”

O nosso sistema de ensino, mais orientado para a classificação e análise de parcelas do conhecimento, do que com a interação e integração em um todo, produz especialistas com pouca capacidade de acertar no diagnóstico, nas propostas e soluções de problemas, situação essa agravada pela visão destituída de ética.

O computador, ou melhor, a Informática, pode transformar-se em instrumento poderoso de integração, mediante simulações complexas e ligações a uma rede mundial de comunicações que possibilitam a indivíduos ou grupos ter acesso a informações e analisar fenômenos e sistemas naturais e sociais complexos (tais como: fenômenos meteorológicos, oscilações em mercados de matérias-primas, de câmbio etc.) e, assim, tomar decisões mais rápidas e adequadas aos desafios nacionais.

As máquinas que processam e armazenam informações, apesar da tão aclamada “inteligência artificial”, só conseguem contar de zero a um, somando e transmitindo os resultados com a velocidade próxima à da luz. São os indivíduos operadores que devem definir as necessidades e objetivos, selecionar e analisar os dados relevantes, formular premissas e hipóteses que levam a inferências e conclusões, organizar, programar, tomar decisões e, sobretudo, comunicar-se com outros indivíduos.

Em suma, necessitamos prioritariamente de uma teoria de educação geral e que seja relevante para a vida e o trabalho na Era da Informática — um cenário de mudança contínua, em que a incerteza constitui o principal fator de planejamento e da tomada de decisão.

Por outro lado, continuamos em busca de uma síntese entre a educação geral e a educação orientada para o mercado de trabalho, que transcenda a mera compilação e memorização de informações que se tornam, via de regra, rapidamente obsoletas.

Neste sentido e, em forma de tentativa, a discussão sobre o conteúdo da educação nos diferentes níveis de ensino deveria versar sobre:

a) metas individuais e grupais, objetivos públicos, custos/benefícios e custos/oportunidades em um mundo de escassez crescente e de recursos finitos;

b) capacidade de auto-análise mediante o estudo da herança étnica, da religião, filosofia, literatura e artes, que permitiria aos jovens responder às indagações existenciais, tais como: "quem sou eu?, donde vim?, em que direção vou?";

c) um raciocínio e pensamento integrador, desenvolvendo a capacidade de síntese;

d) práticas de comunicação e de negociação referentes, especialmente, a situações problemáticas ou de conflito, visando desenvolver e reforçar atitudes de cooperação, de responsabilidade e de sentimentos éticos;

e) uma visão e perspectiva globalizantes — "navegamos todos no mesmo barco" — levando a assumir parte da responsabilidade pelo que acontece na família, na escola, na empresa, na comunidade e, mais tarde, na vida pública.

À guisa de conclusão

Seria possível conciliar os objetivos enumerados com o advento e a difusão da Informática?

A Informática nos ajudaria na criação de uma sociedade em que prevalecem a liberdade, a responsabilidade e a participação, baseadas em acesso generalizado às informações relevantes?

Indubitavelmente, o potencial de processamento de dados dos computadores é enorme e, certamente, ainda crescerá com o desenvolvimento dos *chips* de VLSI (*Very Large Scale-Integration*). Mas, a quantidade não gera, necessariamente, qualidade e, sem discernimento da qualidade, não cresce nossa capacidade de julgar, não nos tornamos mais sábios e mais responsáveis.

O futuro de nossa sociedade, assim como toda a história da humanidade, são inconcebíveis sem a ação e o sentimento de responsabilidade. Parafraseando Descartes, dir-se-ia "sou responsável, portanto existo!"

Entretanto, a sociedade de consumo criou condições para escapar da responsabilidade e as tecnologias modernas, mormente a In-

formática, nos desengajam da vida real, levando-nos a delegar decisões importantes aos especialistas e tecnocratas.

A própria participação — base do sistema democrático — torna-se ilusória, quando dispensada a comunicação direta, o intercâmbio de aspirações, emoções e idéias, que não podem ser transformadas em *bits*.

A Informática nos ajuda a expandir o nosso espaço de comunicação e atuação, ampliando e estendendo as fronteiras da liberdade?

Dependerá do uso e, sobretudo, do controle exercido sobre as tecnologias. As evidências acumuladas, em praticamente todos os países, apontam para invasões da privacidade, e tentativas maldisfarçadas de manipulação, coerção e controle estrito dos cidadãos.

Até agora, as maravilhas da Informática têm contribuído para organizar, estruturar, e controlar melhor empresas, instituições e a sociedade em geral. Sem os computadores, as grandes organizações burocráticas e complexas ficariam paralisadas. Mas, sua integração de forma criativa ainda não ocorreu. À medida que são estruturadas todas as relações e interações de uma organização, em um programa de computador, elimina-se a liberdade e, com ela, a responsabilidade dos indivíduos que, por ventura, permanecem empregados. Se todas as decisões são tomadas, se tudo é feito pelas máquinas, robôs e computadores, desaparece com a ausência de responsabilidade, também a sua liberdade, negando a essência do ser humano, manifesta pelo estado e o grau de responsabilidade. Para alcançar esse estado, não bastam informações e conhecimentos. Estes são parciais, transitórios e inoperantes quando não-selecionados e articulados por atos de sabedoria. Não se trata de uma determinada teoria filosófica ou um conjunto de princípios permanentes e, sim, de uma atitude aberta para o momento histórico-social e as mudanças que se processam, cuja percepção requer muito mais do que uma estrutura cognitiva rígida. Agindo sabiamente, teremos condições de reestruturar e rearticular os nossos conhecimentos, transformando criativamente as informações em *práxis* de vida.

Aludimos anteriormente à dificuldade de se prever o futuro, não somente pela multiplicidade dos fatores intervenientes mas, antes de tudo, porque o futuro não é algo pré-determinado e imposto — nós construímos o nosso próprio destino, embora possa haver variações de grau de consciência a esse respeito.

Entretanto, se é possível vaticinar que indivíduos carentes do tipo de educação postulada anteriormente, serão cada vez mais marginalizados do processo produtivo e da vida cultural e política na sociedade informatizada, também parece correto antecipar que as sociedades que não souberem proporcionar a todos os seus membros oportunidades de uma educação relevante e contínua, ficarão à margem das grandes correntes da história.

BIBLIOGRAFIA

- CLEVELAND, H. *Educating for the information society*. **Change**, jul./ago., 1985.
- FERRAROTI, F. *Cinque scenari per il 2000*. Laterza, Roma, Bari, 1985.
- GORZ, A. *Wege ins paradies*. Rotbuch Verlag, Berlim, 1984.
- HECHINGER, F. M. *Schools Face Risks in Rushing to Buy Computers*. **The New York Times**, 11.10.1983.
- KOCHEN, M. *Information and Society*, **ARIST**, 18, 1983.
- LARICK, K. T. & J. FISCHER. *Introducing tecnologia to schools*. **The Futurist**, May-June, 1986.
- PAIVA, V. & H. RATTNER. *Educação permanente e capitalismo tardio*. Cortez Editora, São Paulo, 1985.
- SKOLIMOVSKI, H. *Information society*. **Vital Speeches**, L, (16): junho, 1984.

FICHA CATALOGRÁFICA

RATTNER, Henrique. *Educação e informática*. *Revista da Universidade de São Paulo*, (3): p. 41–54, dezembro de 1986.

O *CAMPUS* E A METRÓPOLE
Aziz Ab'Sáber

O ponto de partida para uma pesquisa, de relevância científica e potencial de aplicabilidade, pode ser o próprio fundo do quintal de nossa própria casa. A gleba sendo maior, e mais representativa de certas unidades da natureza ou de certas peculiaridades do espaço social, aumenta consideravelmente a diversidade virtual das temáticas de pesquisas. Nos quadros urbanos da grande cidade, que é São Paulo, não é preciso ir muito longe para se observar os complicados esquemas da projeção da sociedade subdesenvolvida sobre o espaço urbano total. Nesse sentido, a pirâmide social brasileira — elaborada em uma estrutura sócio-econômica forjada por um desenvolvimento desigual e incompleto — pode ser percebida em suas projeções espaciais, com grande transparência, nos arredores da própria Cidade Universitária. Todos os que convivem com o cotidiano da Universidade sabem disso.

Mas o fundo do quintal da Cidade Universitária, para as bandas da “Raia Olímpica”, próximo à marginal do Pinheiros e ao seu canal, (para comprovar a tese de que tudo pode ser motivo de pesquisa, ajudado às vezes pelo acaso de uma descoberta relevante) já nos deu informações sobre a história física e ecológica do vale do rio Pinheiros, para não falar da região de São Paulo como um todo, com um detalhamento que abrange pelo menos 50 mil anos de história evolutiva. Por outro lado, no seu planejamento físico, zoneamento de atividades e volumes construídos, a Cidade Universitária revela uma participação muito grande de arquitetos, engenheiros, paisagistas e administradores. Apresenta certamente, exemplos de aplicações corretas e incorretas de diretrizes científicas ao planejamento de um centro universitário, que é provavelmente uma das mais importantes universidades do Terceiro Mundo.

Ser Universidade na estrutura do subdesenvolvimento é um projeto centrado na dificuldade. Numa luta permanente contra a ignorância, a competição e a multiplicidade dos problemas que afetam a sociedade, a fragilidade das estruturas políticas, o corporativismo e a burocratização, imperantes na estrutura administrativa do País. Assim como, as posições elitistas dos que defendem a todo custo a comodidade pessoal de seu tempo de trabalho e de seus projetos. “Toujours fidèle a sois même”, para citar uma frase irônica de mestre Jean Dresh.

Acontecimentos importantes acompanharam, e em grande parte determinaram, a escolha de novos locais e novos sítios para a implan-

tação das Unidades de ensino superior, que um dia iriam dar origem à instituição maior: a Universidade. Uma análise dessa marcha complicada de opções por locais diferentes – incluindo relocações sucessivas no interior do organismo urbano e no entremeio dos subespaços que compõem as colinas do Planalto Paulistano – guarda um tipo especial de memória, que por numerosos motivos deve ser preservada.

A Universidade cresceu e se desdobrou, através de uma trajetória, que envolve algum tempo e diversos espaços. Ela é relativamente muito jovem. Certamente, possui defeitos de estrutura e funcionamento. Nasceu com muitos ranços. Mas se comportou como um dos mais vigorosos centros de defesa dos direitos humanos e de combate ao poder das oligarquias, de todo o Novo Mundo. Em sua marcha no tempo e no espaço, conseguiu incorporar idéias, modelos e novas dimensões conceituais do conhecimento universal e regional acumulados, ao mesmo tempo em que desgarrou asas para sua própria criatividade. Quer queiram ou não seus detratores, com todos os seus numerosos defeitos, a Universidade de São Paulo tem o seu lugar definido na história cultural, científica e política do País, no século que começa a terminar.

Numa época em que os estudos históricos envolvem as “histórias” de todas as histórias; em que a antropologia envolve os fatos relativos ao homem, em todas as suas múltiplas dimensões; e, em que a sociologia pode ser a análise e discussão de todas as (sócio)logias, tornou-se indispensável multiplicar os pontos de partida das investigações científicas. Ao nível do tempo, ao nível dos diferentes tipos de espaços, ao nível do cotidiano. Mesmo porque mal nenhum para a história das idéias foi maior do que a teoria da “big science; little science”

As relações entre o *Campus* da Universidade e a grande Metrôpole nos parecem merecedoras de maior número de estudos. Tais estudos, muito bem poderiam começar pela análise do próprio sítio do *Campus* e seu entorno imediato.

Muito tempo passou até que a Universidade tivesse seu corpo principal implantado numa gleba de além-Pinheiros, em espaços pertencentes à antiga Fazenda Butantã. Uma verdadeira sucessão de prévias, com a quase duração do Brasil Independente. Cinco anos após a libertação do jugo colonial português, a pequena cidade de traçado colonial e de modestíssimas funções urbanas – capital de

uma província em vias de revitalização pela expansão da cultura cafeeira — recebeu do governo imperial uma ação cultural que iria modificar o cenário e a dinâmica do mundo urbano paulistano, por mais de um século: a Academia de Direito. São Paulo tornou-se, aos poucos, uma espécie de Coimbra do Novo Mundo. Um animado burgo de estudantes, à moda do que foi Ouro Preto, por tantos anos, com sua Escola de Minas, implantada nos fins do Segundo Império.

Enquanto os sisudos habitantes de São Paulo de Piratininga viam das glórias de um passado que não podia retornar, a civilização criada pelos excedentes do café começava a se fazer sentir no novo ritmo da vida urbana. Grande parte dos excedentes gerados pelo café foram aplicados na construção de luxuosas casas-grandes, em plena gleba das fazendas. Logo, porém, houve um transbordamento e uma polarização dos excedentes para a Capital da província, a velha cidadela dos jesuítas, dos bandeirantes e dos estudantes de Direito. O bacharelismo em expansão era parte integrante dessa polarização. Uma nova organização comercial para viabilizar a exportação do café. Uma nova burguesia urbana, socialmente refinada. O advento das estradas de ferro. Uma industrialização múltipla, de pequeno porte. E, daí, a necessidade de desencastelar-se do espaço da velha e estreita colina central, onde muito antes havia sido estabelecido o Colégio, a Sé e a estrutura triangular de arruamentos coloniais. O sangue novo do braço imigrante, parcialmente retido na Capital, ocupando todos os interstícios do corpo urbano em crescimento e adensamento. Uma nova cidade em expansão para além-Anhangabaú. E, logo, novas Unidades de ensino superior, mais condizentes com as necessidades profissionais de um mundo urbano em crescimento e diferenciação. Instituições de ensino para formar profissionais nas mais diferentes áreas: farmacêuticos, dentistas, enfermeiros. Pouco depois, engenheiros. E, por fim, na segunda década do século XX: médicos, clínicos e cirurgiões. 1934: a decisão tardia, porém, correta e indispensável de aglutinar partes e iniciar a construção de uma Universidade.

Do Largo de São Francisco ao *Campus* do Butantã

A velha cidadela dos jesuítas e das bandeiras, implantada “serra-acima”, em uma colina dotada de uma certa centralidade geográfica no meio do Planalto Paulistano, permaneceu sem a presença e o in-

centivo cultural de escolas superiores, por quase três séculos. A primeira Unidade de ensino, daquilo que um dia seria a Universidade, nasceu modestamente, no interior de um velho convento. A cidade inteira, à época da instalação dos primeiros cursos jurídicos no Brasil, estava contida na esplanada de terrenos elevados e enxutos; bordada por vertentes escarpadas, da colina existente no ângulo interno de confluência do Tamandateí e Anhangabaú. Não havia qualquer tradição medievalesca no ato de abrigar a Academia de Direito no interior de um velho mosteiro. Tratava-se de abreviar sua instalação, utilizando-se o espaço mais disponível, dentro do acanhado sítio original da cidade. Era o sítio mais elevado que a cidadezinha possuía, ao início do século passado.

O Pátio do Colégio, a Sé e o Triângulo de arruamentos coloniais da cidade estavam voltados, ou pelo menos amarrados, à face leste da colina central. Olhavam para o longo horizonte do nascente, o caminho do vale do Paraíba, o caminho das Minas Gerais. A Academia de Direito foi instalada doutra banda da colina histórica, numa área mais próxima do simétrico Anhangabaú do que do assimétrico Tamandateí. Seu destino ficaria amarrado em grande parte às terras de oeste, à hinterlândia de solos ricos que se estendia pelos planaltos interiores de São Paulo, ocupadas por ricos fazendeiros de café, desde o início transformados em uma nova e poderosa oligarquia.

Pequenos rios meândricos — não mais do que ribeirões — com suas largas planícies de inundação, ocupavam os eixos dos dois vales que ladeavam a estreita colina central, primeiro sítio da cidade. Por ocasião das grandes chuvas, como o observaram diversos viajantes antigos, a cidadezinha ficava sitiada pelas águas transbordadas pela calha maior dos riachos afluentes e subafluentes do rio Tietê. De resto, o rio principal do Planalto de Piratininga passava de três a quatro quilômetros, mais ao norte, em sua rota leste-oeste, ao longo das mais largas planícies submersíveis que um planalto poderia conter. O caráter defensivo, em meia-acrópole, do sítio original da cidade no Pátio do Colégio — modelo ideal para o século primeiro da colonização portuguesa na América Tropical — tornou-se mais tarde um fator de complicações e de estrangulamento para a expansão urbana da Capital de uma província, em plena revitalização e desenvolvimento ao iniciar-se o ciclo do café e a chegada das primeiras grandes levas de imigrantes.

Um movimento de renovação urbana, relacionado à própria chegada dos imigrantes em busca de trabalho, e, a um movimento contínuo de famílias enriquecidas com a cultura e o comércio do café, iria propiciar a produção de novos espaços urbanizáveis, além dos limites contidos da colina central. A velha cidade acolheu a Academia de Direito, mas não tinha outros espaços disponíveis para a implantação de novas Unidades de ensino superior. Meio século após a criação dos cursos jurídicos (1927), já funcionavam as primeiras ligações ferroviárias com o porto de Santos e as hinterlândias cafeeiras. A conexão entre Rio e São Paulo, por estradas de ferro, decretara o início rápido do fim do ciclo do transporte animal. A partir de pequenos núcleos rururbanos, um tanto tímidos, desenvolvidos além-Anhangabaú, iniciou-se a conquista dos terrenos planos e medianamente elevados, da outra banda daquele vale inciso; o vale que por tanto tempo limitara o crescimento urbano na direção do poente. Enquanto os bairros proletários e populares ocupam os espaços menos favoráveis e mais distantes, a cidade ganha novos espaços urbanos, ao longo do dorso quase plano do interflúvio situado entre o Anhangabaú e o ribeirão da Barra Funda.

Para alojar a Escola Politécnica, recém-criada (1893), adquiriu-se o solar do Marquês de Três Rios, situado na avenida Tiradentes, em gleba situada logo após o Jardim e a Estação da Luz (antiga estação inglesa da *São Paulo Railway*). A construção do antigo Viaduto do Chá (1888-1892) tornava factível a incorporação progressiva de novos espaços das colinas de nível intermediário, existentes nas duas margens altas do vale do Anhangabaú. A produção do espaço urbano, nas colinas de além-Anhangabaú, tinha sido iniciada a partir da década dos 80, por meio do loteamento de antigas chácaras da região. Foi um crescimento em traçados de tipo hipodâmico, incluindo a partilha de espaços até então pertencentes ao cinturão periurbano da cidade: Chácara do Chá, Chácara do Campo Redondo, Chácara do Henrique, Chácara do Bom Retiro, Chácara Dulley e Chácara do Conde Prates. Desta forma, a cidade projetava o seu corpo de bairros residenciais para noroeste. De certa forma, procurava-se o caminho das estações, numa época em que os terminais de circulação ainda não eram um fator complicador na ecologia urbana da cidade em expansão. Entrementes, a cidade tinha grande dificuldade em absorver os terrenos de além-trilhos. A primeira linha de bondes a tração ani-

mal que a cidade obteve ligava o centro histórico à Estação da Luz, pelo eixo da rua Florêncio de Abreu (1872). O prolongamento da alameda Nothmann até a rua do Bom Retiro (atual José Paulino), o estabelecimento de uma nova linha de bondes a tração animal para os Campos Elíseos, e por fim o prolongamento da rua do Bom Retiro até ao interespaço aberto entre a Estação da Inglesa (da Luz) e o Passeio Público (depois, Jardim da Luz), foram essenciais para que a cidade ultrapassasse os limites impostos pela larga faixa de trilhos das antigas estradas de ferro (*Sorocabana e São Paulo Railway*). Estava assegurado o acesso às novas escolas que se instalariam na porção terminal norte das colinas de nível intermediário, no Bom Retiro e Luz.

Relatando os primeiros tempos de vida da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade, conta-nos Maria Aparecida Pourchet Campos a fundação do núcleo inicial da escola na rua Brigadeiro Tobias, esquina da ladeira de Santa Ifigênia, em 1899, sob o nome de Escola Livre de Farmácia. Transformada em 1902 em Escola de Farmácia, Odontologia e Obstetrícia de São Paulo, a jovem instituição, de grande relevância para a formação de profissionais em diferentes áreas, resolveu construir um edifício próprio para atender a todos os seus objetivos de ensino e treinamento. Seguindo o exemplo da Escola Politécnica, a nova instituição optou pela colinas situadas entre o Bom Retiro e a Luz. Diz M. A. Pourchet Campos: "A escolha do terreno era problema importante, pois o porte do futuro prédio exigia que ele saísse do centro urbano" (1985, p.11). O importante edifício da Escola foi construído entre novembro de 1904 e outubro de 1905, pelos construtores Rosa Martins e Fomm. Nomes de origem portuguesa, nomes dos primeiros imigrantes.

Para alojar a Escola Politécnica, criada em 1893, o esquema de obtenção de um espaço construído foi outro: adquiriu-se o solar do Marquês de Três Rios, situado na avenida Tiradentes, esquina da rua que mais tarde receberia o nome Três Rios. Iniciava-se o procedimento, que depois se repetiu por diversas vezes, de adquirir, para uso institucional, alguns dos solares ou mansões mandados construir por representantes de uma burguesia abastada e de inegável bom gosto, na maneira de viver. O arquiteto paulista, formado na Bélgica, Francisco de Paula Ramos de Azevedo providenciou adaptações para o imediato funcionamento da nova Unidade de ensino superior, tão reclamada

pelas elites paulistanas. Mais tarde, no mesmo espaço do antigo solar do Marquês de Três Rios, o engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo — construtor preferido das famílias abastadas de São Paulo e docente da Escola Politécnica — construiu o conjunto de edifícios da Poli-Tiradentes, nos quais a Escola desenvolveu suas atividades de formação e treinamento de engenheiros, para a Metrópole e o Estado, até o ano de 1970, quando se transferiu definitivamente para o *Campus* da Cidade Universitária, no Butantã.

A Faculdade de Medicina, por sua vez, foi criada com um certo retardo em relação às outras Unidades de ensino superior existentes na Capital da província do café. Quando chegou a vez da construção definitiva das instalações de nossa principal escola médica, os únicos terrenos disponíveis e favoráveis encontrados eram aqueles situados num dos setores do Espigão Central das colinas paulistanas, à altura do bairro de Cerqueira César. De início, a Faculdade de Medicina e Cirurgia, criada em 1912, utilizou espaços da Escola de Comércio Álvares Penteado e dependências da Escola Politécnica, além de três mansões da rua Brigadeiro Tobias, no distrito de Santa Ifigênia. Logo, o ativo grupo de médicos responsáveis pela fundação da Faculdade resolveu escolher os altos de Cerqueira César (820 m.), à altura da avenida Dr. Arnaldo, para sítio das atividades integradas da Escola. Um projeto de Ramos de Azevedo, iniciado em 1919, somente produziu o edifício em que mais tarde passou a funcionar o Instituto "Oscar Freire", na esplanada terminal mais alta da rua Teodoro Sampaio, junção com a avenida Dr. Arnaldo. Controvérsias em torno do projeto determinaram sua paralisação, em meados de 1920. O interesse da Fundação "Rockfeller" pela edificação da Faculdade — sob garantia de um ensino vinculado à pesquisa e a residência médica em hospital integrado ao conjunto das edificações escolares — viabilizou a elaboração de um novo projeto multifuncional, elaborado entre 1927 e 1928. Três anos depois, em 1931, a cidade ganhava o grande edifício de uma escola médica padrão, instalada em amplos espaços ajardinados, nos altos de Cerqueira César-Sumaré. Os terrenos que lhe foram reservados tinham, no interior da cidade em expansão generalizada, uma área equivalente a muitos *campi* universitários, de outras grandes cidades do mundo. Nessa gleba, aos poucos seria constituído um notável conjunto de Unidade de ensino, treinamento e hospitalização.

Dos brejais da Fazenda Butantã à implantação do *Campus*

O sítio do *Campus* no Butantã, ele próprio, constitui um excelente tema para investigações científicas. Múltiplas pesquisas, que começam no fisiográfico e no ecológico, e podem atingir o nível de sondagens paleoecológicas. Mas que ganharão força e importância, quando voltadas para a ecologia urbana de áreas metropolitanas, inseridas no dramático contexto do subdesenvolvimento.

A escolha da gleba foi um tanto aleatória, para não dizer cômoda. Tratava-se de um espaço público, parte integrante da antiga Fazenda Butantã. Era um dos muitos setores tradicionalmente repulsivos à urbanização, devido à incapacidade tecnológica e financeira de toda uma época, para domesticar rios meândricos submersíveis. A cidade de São Paulo nasceu e cresceu em colinas ou setores de colinas, somente vindo a ter forças para drenar as várzeas mais próximas da colina central, e incorporar seus espaços à paisagem urbana, ao início da década dos 30, deste século. As obras de canalização e paisagismo projetadas para o Parque Pedro II, e para setores do vale do Anhangabaú, mudaram a fisionomia dos dois núcleos históricos da porção central da cidade. Seria necessário mais um quarto de século para se efetivar a conquista das grandes planícies de inundação para o espaço urbano de São Paulo. E, assim mesmo, a recuperação total dos terrenos aluviais foi uma obra de enxugamento generalizado, tornado possível pela reversão das águas do Tietê, remontando o canal do Pinheiros, para os reservatórios da antiga *Light and Power*, nos altos da serra. Ali existia apenas a sede de uma velha fazenda da época do bandeirismo, em um baixo terraço fluvial confinado, relegado ao esquecimento e à decadência até há poucos anos atrás (Katinsky, 1980).

A Cidade Universitária tornou-se viável na planície do Pinheiros, graças às peculiaridades do sistema hidroelétrico regional de São Paulo e piemonte da Serra do Mar, na Baixada Santista. E, naturalmente graças às contínuas ações técnicas para a retificação do Tietê e do Pinheiros, no interior da área metropolitana. Após numerosas discussões e controvérsias, foi definida uma área de 170 alqueires paulistas (posteriormente, aumentados para 200, à custa de desapropriações), em terras da antiga Fazenda Butantã, para servir de suporte físico à futura Cidade Universitária. Um trato de terras da baixada do

Pinheiros, entre os ribeirões Jaguaré e Aricanduva, e um setor das colinas da margem esquerda do Pinheiros, até o limite das instalações do Instituto Butantã, e, para o interior, até a linha da antiga adutora de Cotia. Toda a preocupação com os primeiros projetos do *Campus* esteve sempre voltada para as colinas e planícies do próprio vale do rio Pinheiros, de onde se avistavam as altas colinas terminais do Espigão Central, do Sumaré ao Alto da Lapa. Da barra do ribeirão Jaguaré até a confluência Tietê-Pinheiros, onde hoje está construído o sistema de viadutos recurvos e entrelaçados conhecido sob o nome popular de "Cebolão", havia uma distância de apenas quatro quilômetros. A retaguarda do *Campus*, incluindo as áreas por último desapropriadas, sempre foi muito mal-administrada. Daí, porque, sujeita a invasões e ocupação ilegal, fatos introdutórios de complicações irreversíveis, devido às sérias questões sociais envolvidas. Somente agora, com a construção do Hospital Universitário e com as iniciativas do Instituto de Física e do Instituto de Energia Atômica, para obter espaço e acessos para a avenida Corifeu de Azevedo Marques, é que se definiu o perímetro do *Campus*, na contravertente interior de seu setor colinoso.

A planície do Pinheiros, na região reservada para o *Campus*, entre os ribeirões Jaguaré e Pirajussara, constituía-se, até os meados do século, num quadro remanescente, muito bem-preservedo, de ambientes fluviais em condições tropicais e subtropicais úmidas. Rios pardos, escuros, transportando sedimentos finos. Fonte das partículas representadas quase sempre por solos originados de rochas profundamente decompostas (micaxistos, gnaisses, granitos), ou de camadas siltico-argilosas da bacia sedimentar paulistana. Ascensão e transborde d'água *pari passu* com a chegada da estação chuvosa de primavera-verão. Cheias anuais habituais, no decorrer do verão. Inundações excepcionais, quando, sobre solos já saturados, ocorriam fases de precipitações pluviais, anormalmente elevadas. Transborde lateral das águas do rio em ascensão, a partir de um afogamento da barra dos riachos, ou pela ultrapassagem dos "altos" de diques marginais, dotados de florestas beiradeiras, retentoras das partículas aluviais mais grosseiras. Raríssimas vezes, algum material residual arenoso retrabalhado das formações basais da planície.

No baixo rio Pinheiros, alguns quilômetros antes da confluência com o rio Tietê, a planície aluvial meândrica, embutida entre as coli-

nas terminais do Sumaré-Alto da Lapa e as do Morumbi-Butantã, apresentava uma largura total da ordem de 1 200 a 1 800 metros. No centro dela, em cinturão meândrico típico — que recortava outros tantos cinturões meândricos abandonados em passado recente — caminhava lentamente o rio Pinheiros. As depressões brejosas que à margem do rio documentavam seus velhos traçados, constituíam-se em um verdadeiro mostruário de tipos de leitos abandonados de rios. Havia de tudo em matéria de depressões lineares contorcidas: setores altamente contorcidos, canais semi-anastomosados, e, para jusante, verdadeiras lagoas em forma de crescente ou ferradura (*oxsbow lakes*). Tudo, porém, em avançado processo de colmatagem; sob o estágio de cicatrizes. Cicatrizes de leitos lombrigueformes. Cicatrizes de leitos de duplos ou triplos meandros. Cicatrizes de meandros, a partir de unidades isoladas, transformados em lagoas em ferradura e posteriormente colmatados. A ausência de lagoas de meandros com águas livres, a par com a superabundância de leitos abandonados em avançado processo de assoreamento, permite inferir uma notável velocidade para os processos de colmatagem biogênica, na planície do Pinheiros.

Enxugar a várzea no seu conjunto e aterrar as depressões sinuosas dos leitos abandonados, na gleba em que seria feita a urbanização, eram tarefas indispensáveis. Conciliar os espaços localizados nas vertentes das colinas com o grande espaço maldrenado da planície, para formar um todo harmônico, era outro desafio. Para tanto, os recursos eram pequenos, e a tecnologia disponível, ainda muito incipiente. Pensou-se primeiramente no planejamento físico e volumétrico do espaço. Para, muito tempo depois, refletir sobre a significação cultural integradora, associada a uma Universidade endereçada a um País de estrutura subdesenvolvida e a uma sociedade evoluída sob o estigma de numerosas desigualdades. Parece ter sido mais simples elaborar planos na prancheta do que domesticar o espaço natural que deveria servir de sítio para o futuro complexo universitário (fase 1937-1960). E, muito mais difícil, foi pensar com seriedade e profundidade o ideário da própria Universidade. Mas isso já é outra história.

O fato do Pinheiros estar canalizado, à frente da gleba do futuro *Campus*, ao fim da década dos 30, tornou possível uma lenta recuperação dos terrenos alagadiços pertencentes à planície aluvial,

que se encontrava praticamente intacta ao início daquela década. As obras corriam lentas e onerosas, a despeito dos esforços de muitos técnicos e professores para torná-la irreversível. O projeto de urbanização da *Companhia City*, (para os terrenos ribeirinhos situados entre a avenida Vital Brasil, o Instituto Butantã e o futuro *Campus*) ajudou a uma visualização das possibilidades de urbanização da antiga várzea, recém-enxugada. Identicamente, as obras de construção do Jóquei-Clube, em plena várzea, beirando o canal do Pinheiros, constituíam-se numa demonstração da viabilidade da urbanização em terrenos de planície recém-drenada. Desde 1938 até 1960, as propostas de zoneamento, estrutura viária interna, acessos, e edificações, sucederam-se com uma impressionante soma de modificações. A tese do arquiteto João Roberto Leme Simões, defendida na FAU-USP em 1984, sob o título de "O Espaço Construído" recupera a complicada história dos planos e projetos, propostos para o *Campus* da Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira". Os engenheiros e arquitetos, chamados a colaborar com as comissões técnicas, deram asas à imaginação criativa, filiando-se, porém, às mais diversas concepções estéticas e funcionais. Existe de tudo nos planos-mestres esboçados: desde o versalhesco e monumentalista até ao "organográfico" e burocrático, altamente rígido e pouco flexível. Mas o certo é que os novos partidos foram sendo substancialmente aperfeiçoados. Brasília estava sendo construída. Não era possível adotar soluções urbanísticas e arquitetônicas de um passado cultural defasado, no principal canteiro de obras de São Paulo. O amplo chamamento dos próprios arquitetos da Universidade a colaborar na reformulação e no detalhamento dos planos da Cidade Universitária, salvou a obra. Permitiu sua implantação em tempo relativamente rápido, contra todos os entraves políticos e administrativos.

A Cidade Universitária restou inserida na Metrópole Intermediária

As regiões metropolitanas mergulhadas na estrutura do subdesenvolvimento apresentam uma projeção espacial da sociedade, que tornam extremamente berrantes e visualizáveis as desigualdades existentes no interior da pirâmide social. É sabido que os setores mais centrais das grandes cidades do Terceiro Mundo — em função da boa organização de seus espaços abertos, estruturas viárias, dinâmica urba-

na e volumes construídos — criam para o observador desavisado uma impressão de pleno desenvolvimento. Aliás, esse é bem o caso de São Paulo. Entretanto, esta primeira imagem da cidade grande, do mundo subdesenvolvido, torna-se pouco consistente quando se atenta para o padrão de vida médio da população metropolitana, e, sobretudo, para as condições subhumanas de vida dos que ajudaram a construir viadutos, linhas de metrô e grandes volumes arquitetônicos. Poderíamos acrescentar: os que construíram escolas, hospitais, mansões e palácios. Trata-se de legiões de trabalhadores braçais, sem opção para outro nicho operacional de sobrevivência. Gente com cidadania maldefinida, que já trabalhou nas mais diferentes obras, vivendo em cortiços e casas de cômodos, em áreas degradadas subcentrais, ou em periferias distantes. Alimentação deficiente. Possibilidades praticamente nulas de participação na vida social e cultural da cidade.

Em muitas cidades do Terceiro Mundo, o jogo dos contrastes ainda é mais berrante e exposto. A proximidade entre centros comerciais ativos ou bairros burgueses de alto padrão com as colônias de pobreza representadas pelas favelas, tornam o contraste mais transparente ainda, denunciando de imediato, na paisagem urbana, a soma das desigualdades sociais que afetam a sociedade total (Rio de Janeiro, Caracas).

São Paulo cresceu e se diferenciou, até a década de 50, sob a forma de um organismo social muito parecido com as grandes cidades do Ocidente. Primeiramente, no modelo europeu; depois, com uma transmutação parcial para o modelo americano. Por algum tempo, sua ecologia urbana era um quase carbono das estruturas internas identificadas pelos sociólogos da Escola de Chicago. No meio do século, a cidade se apresentava como um corpo social relativamente harmônico. Pelo menos não exibia contrastes sociais tão violentos e massificados. Trinta anos depois, tornou-se a Metrópole-receptáculo de todas as desigualdades. Alinhada com o capitalismo internacional. Lutando para garantir a sobrevivência da pequena e média empresa. Quase se afogando na conjuntura de uma inflação desintegradora. Perdendo força como mercado de trabalho. E, fazendo todo tipo de pressão para garantir algumas reservas de mercado para seus produtos industriais mais elaborados. Além do que, e nada pior do que isso, perdendo sua velha tradição de auto-organização espacial, devido à escassez de recursos e às sucessivas sangrias tributárias a que foi

acometida pelos governos centrais. Não é de admirar que, neste contexto, a Metrópole se transformasse em um dos grandes formigueiros humanos do mundo moderno; sujeita ao comando paralelo de administrações incompetentes, e às interferências de todas as forças econômicas e expectativas de lucros de especuladores de todos os portes.

Um bem-avisado estudo das questões da utilização do solo urbano em São Paulo, do arquiteto Malta Campos, colaborou decisivamente para decifrar as novas tendências da estruturação interna da Metrópole. Distinguiu, Malta Campos, uma espécie de macrozoneamento espontâneo de combinações na ecologia urbana metropolitana: a *Metrópole Interna*, a *Metrópole Intermediária* e a *Metrópole Externa*. Trata-se, evidentemente, de áreas com diferentes amplitudes, e, ordens de complexidade, não-progressivas. Uma combinação regional de espaços ocupados por diferentes agrupamentos da complexa sociedade urbana da Grande São Paulo. Independentemente de suas divisões municipais, de valor mais propriamente administrativo.

Os pontos de partida de Malta Campos para caracterizar a Metrópole Intermediária foram centrados em diferentes parâmetros: a forte perda de continuidade da mancha urbana, numa faixa intermediária entre a Metrópole Interna e as grandes periferias, maldiferenciadas, que envolvem a Metrópole por quase todos os quadrantes; uma sensível baixa do patamar nos preços médios da terra urbana, comportando, porém, terrenos muito mais caros do que os das grandes periferias; e, um lento, porém, visível, processo de melhoria das condições internas e externas das moradias da classe média, transformando para melhor o padrão residencial de áreas que, até 30 ou 40 anos atrás, eram periferias esgarçadas e monótonas de uma cidade grande, em processo incipiente de metropolização.

De nossa parte, julgamos essencial o conceito de Metrópole Intermediária para o próprio entendimento do fato urbano na Metrópole total. E, no caso específico do trabalho a que nos propusemos, para entender a posição da Cidade Universitária no espaço urbano global da cidade de São Paulo.

A cidade de Sorocaba, em São Paulo, por muito tempo foi setORIZADA popularmente, em três parcelas diversas: o centro, além-linha e além-ponte. No caso particular da gigantesca Metrópole, esta visão particular da compartimentação social urbana, constitui-se em uma

chave urbanística. Chave sobretudo no plano da Ecologia Urbana. A MetrÓpole Intermediária definiu-se em certa parte da grande cidade porque, em relação à MetrÓpole Central, ela envolvia toda uma soma de velhas discriminações sociais, impostas a certos tecidos do corpo urbano metropolitano. Existe, certamente, um caráter de faixa de além-rio, na gênese destas modificações. Quando não era o rio e suas várzeas, tão-somente, era a faixa de trilhos. E, os corredores de velhas áreas industriais, amarradas aos trilhos. Depois, vieram as vias expresas de conexão entre a circulação externa e a circulação interna: as marginais, com seu alto nível de fluxos, acompanhantes da beira-rio. E, assim, tais componentes, de origem fisiográfica ou de origem antrópica, através de combinações setoriais as mais diferentes, ficaram solidários para criar rupturas no espaço social urbano de São Paulo. Em raros casos, somam-se a capacidade de influência e "barragem" dos diversos fatores limitantes superpostos: rios, largas planícies, faixas de trilhos, corredores de circulação rápida, o fluxo ininterrupto das marginais. Um gravíssimo problema para a sanidade e o funcionamento futuro da MetrÓpole.

Disso tudo, resulta que as zonas intermediárias metropolitanas de São Paulo se comportem como tecidos intersticiais, com funções altamente diversificadas, sob a forma de um complicado tampão de diferenciação social e funcional, postado entre as grande e aparentemente monótonas periferias e o setor altamente urbanizado e demograficamente adensado da MetrÓpole Central. Muito embora o pano de fundo da MetrÓpole Intermediária, do ponto de vista social, inclua bairros de classe média em lenta ascensão sócio-econômica e baixo desenvolvimento cultural, o certo é que existe de tudo no seu interior. Coexistem componentes tais como os ricos bairros do Morumbi com os remanescentes de grandes favelas em recuo forçado. Aparece a Cidade Universitária acolá, espremida entre os setores industriais do Jaguaré e o bairro pequeno-burguês da City Butantã e City Pirajussara. Mas logo, por detrás do grande complexo de edificações universitárias, está presente a favela da própria Cidade Universitária. Ela própria. E, mais além, os bairros residenciais de classe média e pequena burguesia, do Jardim Bonfiglioli, Parque Continental e altos do Jaguaré. Nas colinas íngremes do Jaguaré, olhando para o rio, o Ceasa e o Alto da Lapa. Velhas favelas, de morros escoando pela planícies. Tecidos urbanos razoavelmente elaborados, coexistindo de

novo, com células de grande pobreza e carências múltiplas. Para completar o esquema, um importante subcentro comercial no Butantã, à altura da Vital Brasil e adjacências. E, mais além, um comércio varejista e faixa de serviços ao longo da avenida Corifeu de Azevedo Marques, na velha estrada para Osasco. Pequenos subcentros comerciais, mais modestos, situados no entroncamento de artérias ou em setores privilegiados de algumas avenidas de ligação: altos do Bonfiglioli, São Domingos, avenida do Rio Pequeno, altos da avenida Presidente Altino.

Outra aliada para a geração de contrastes urbanos e sociais foi certamente a grande demora na ocupação das faixas principais de planícies de inundação. Até 1955, toda a urbanização se concentrava no subconjunto colinoso interfluvial Tietê-Pinheiros. Para além, existia uma névoa de bairros-dormitórios mal ligados com o centro e praticamente não-ligados entre si. As grandes planícies, em franco processo de enxugamento, permaneciam um espaço à disposição da inspiração dos urbanistas e dos tecnocratas. E, à mercê de todos os especuladores. A rentabilidade mais certa e garantida, na partilha do espaço urbano em produção, permanecia voltada para as faixas de aquém-rio. Mesmo assim, numerosas glebas de diferentes áreas foram sendo reservadas para ulterior comercialização. Fossem elas destinadas a indústrias ou para qualquer outra função autovalorizadora, que viessem a ter. Eram espaços em partilha. Sítios de reserva para ocupação futura, mais rendosa. Não existe moral na cartilha dos especuladores. Às vezes, pelo uso abusivo da autoconfiança, alguns se viram traídos, por erros de previsão. Descuidando da fiscalização de seus vastos domínios fundiários nas planícies (e nisto o Estado e os particulares embarcaram no mesmo esquema de imprudência), tornaram possíveis extensas invasões por parte de favelados provenientes de todas as periferias. Impossibilitados de conviver com a distância ou se localizar à margem de toda a possibilidade de trabalho (ainda que fosse subemprego), alguns grupos da base da pirâmide social optaram pelo apossamento da terra urbana inativa. E o drama da moradia carente — feita à custa do descarte da sociedade consumista — desdobrou-se graças à interferência dos pequenos e médios especuladores, fabricantes de embrião de favelas. A favela, em si, é a principal sintomatologia dos defeitos de organização sócio-econômica da sociedade, vista no plano nacional, no plano regional e no plano metro-

politano. Criminosos são todos aqueles que propiciam o aparecimento forçado do personagem despossuído de quase tudo, candidato a habitante de favela. Inconscientes e tão criminosos quanto eles, são os que colaboram para ampliar a reprodução das desigualdades no ambiente subhumano das nossas mais lamentáveis colônias de pobreza. Nesse sentido, a favela pode se transformar num tecido social anômalo e irreversível, multiplicando o drama humano, na sua aventura urbana.

A explicação do surgimento de favelas no interior da Metrópole Intermediária obedece a mecanismos extremamente primários. O homem das periferias optou pelas margens buscando nichos-dormitórios e nichos de trabalho, à custa de esforços desdobrados. Disputa um pedaço de espaço por sistemas populares de aquisição. A longo prazo; a sofrido prazo. Constrói sua moradia, vagarosamente, à custa da autogestão. A periferia brasileira é o maior reduto de construtores natos do mundo. Relega a estética ao segundo plano. E, vai emendando e superpondo compartimentos. Adapta-se rapidamente ao uso de novos materiais de construção. Sofre os sustos provocados por criminosos proprietários de imobiliárias desonestas. Tem que contar mais com os recursos de seus próprios braços, e a ajuda dos familiares, para sobreviver com salários baixos e intermitentes. Convive com a falta de saneamento básico, com a criminalidade endêmica, e com a falta de compreensão de bisonhas autoridades municipais. É um herói da Metrópole, a seu modo.

Os favelados, por oposto, já desistiram de lutar no plano do regime da propriedade privada. Não encontram um bom nicho de moradia e trabalho nos interstícios dos bairros e vilas de periferia. Têm que disputar a sobrevivência mais próximos da Metrópole Central. A rigor, o melhor sítio do Mundo para exercer o subemprego seria a Praça da Sé. Mas, evidentemente, lá existe mais policiamento. Outros, mais fiscalização. É uma boa área para o trânsito e a reunião da pobreza urbana, uma nova ágora dos despossuídos. A Metrópole Interna já se garantiu: não é sítio de moradia para pobres. Daí, porque, nesse processo de refluxo da pobreza para dentro da Metrópole, o único nicho adequado a uma ocupação por apossamento da terra pública ou particular congelada, fica sendo o cinturão dos espaços que constituem a Metrópole Intermediária. Não podendo penetrar mais

para dentro da Metrópole Central, uma massa de população residual, da triste base da pirâmide social metropolitana, fica retida na área-filtro, constituída pelos baldios situados entre palácios, pontes, centrais de abastecimento. E, por que não dizer, entre cidades universitárias.

Seria de estranhar que a favela não provocasse ou deslanchasse alguns filamentos de criminalidade. No interior de uma célula social carente, com forte desagregação familiar, com freqüentes situações de conflito e relações interpessoais anômalas — era de se prever um ambiente ainda mais propício para o fomento da violência. Há, sobretudo, uma permanente situação de conflito entre os valores impostos pela sociedade industrial e a impotência participativa de quem vive predominantemente do subemprego. Todos os que não são favelados, são por eles considerados, de certa forma, ricos e privilegiados; e, como tal, exploráveis. Não há como distinguir patamares de riqueza. E, na escalada do crime, tudo o que possa ser convertido em dinheiro, é considerado normalmente digno de apropriação. Assim se cobra, por igual, a soma das desigualdades reais. Faz-se a catação de tudo quanto é descartado. Tudo o que pode ser trocado por dinheiro.

A riqueza aparente da Cidade Universitária também está no alvo: aparelhos complicados, carros de professores, alunos ou funcionários, bolsas descuidadas, restos de construção, e até caixas com lixo de material atômico. Mas, do outro lado, vivencia-se a desigualdade plena, sob o triste espaço dos cubículos de madeira e lixo recuperado. Desconforto total. Ninguém tem condições psicológicas de permanecer por muito tempo dentro de casa. A riqueza do favelado é a rua e a avenida. As esquinas das ruelas. Os cruzamentos morosos. Lixões e outros pontos de descarte. Alguma tranqüilidade, quando a altas horas da noite, cessam os ruídos do mundo urbano, na complicada Metrópole Intermediária.

Mais do que uma simples instituição da Sociedade, implantada para recuperar o estoque acumulado das conquistas intelectuais e científicas do homem, e gerar novos conhecimentos — procurando realimentar permanentemente o mundo da cultura — a Universidade tem a grande responsabilidade social e humana, de melhor entender e atender a situações paradoxais da parte da humanidade que lhe está mais próxima. Grandes pesquisas de ciência básica, e de aplicações de ciências, poderiam começar dentro e fora dos muros simbólicos

do seu próprio *Campus*. Com pouco dinheiro, mendigado às agências financiadoras.

A Raia Olímpica e os lençóis de areias basais da planície no *Campus* da Cidade Universitária

Os que não acreditam que planejamento e acaso às vezes podem se cruzar, talvez não saibam que isso também ocorreu na história da construção de nossa Cidade Universitária.

Os exploradores de areias do rio Tietê, que operavam no trecho de Itaquaquecetuba, às proximidades da Penha, e nos arredores de Carapicuíba, tinham feito uma grande descoberta prática, importante para a própria história da edificação da cidade de São Paulo. Verificou-se que, abaixo das aluviões finas e dos terrenos brejosos escuros, amplamente estendidos na superfície da grande planície de inundação, existiam grandes espessuras de areias grosseiras, com baixo teor de argilas associadas. Em numerosos pontos da planície, bastava remover a camada superior de solos hidromórficos, para se encontrar, abaixo de um horizonte cascalhento, grandes lentes de camadas cruzadas de areias fluviais, com vários metros de espessura. Tais lentes basais de areias grossas, geradas em outras condições climáticas e ecológicas, eram descontínuas no eixo da planície. Não havia qualquer relação entre a área dos extensos depósitos atuais com a área efetiva dos depósitos basais, mais antigos. Na linguagem prática dos exploradores de areias na planície do Tietê, era necessário "destampar a várzea" para encontrar ou não uma mina de areias, aproveitáveis para material de construção. Em função dessa remoção superficial das camadas argilosas turfosas escuras, fizeram-se buracos de todos os tipos e portes, em alguns setores onde a exploração de areias era mais intensa. Um verdadeiro labirinto de "caixas" de exploração de areias foi aberto em Itaquaquecetuba, outros, nas proximidades da Penha, e, outros, ainda, em Carapicuíba. Certamente, porém, foram os grandes volumes de areias exploradas nessas condições que ajudaram a edificação da moderna cidade de São Paulo, ultrapassada a fase de construção com taipas de pilão e a etapa mais recente, de uso generalizado dos tijolos.

Pois um dia, em área contígua ao canal de Pinheiros, em plena gleba reservada para construção da Cidade Universitária, descobriu-

se o mesmo esquema estratigráfico já conhecido para a planície do Tietê. Era normal que os dois vales irmãos apresentassem depósitos aluviais iguais ou similares, em função de sua contigüidade; sobretudo, por terem sido submetidos a flutuantes condições fisiográficas e paleoecológicas similares, ao longo de suas bacias, durante a última parte dos tempos quaternários.

Não se podia avaliar, até o começo da década de 60, o quanto os depósitos existentes na base da planície do Pinheiros — encimados por duas outras seqüências de lençóis aluviais mais recentes — podiam nos “falar” sobre os últimos episódios da história física e ecológica de toda a região de São Paulo.

Pelo estudo dos terraços e patamares de colinas embutidos nos vales do Tietê e Pinheiros, sabíamos que o modelado do sistema regional de colinas do alto Tietê fez-se, a grosso modo, entre o fim do Terciário e o Quaternário, envolvendo um intervalo total de tempo da ordem de um a três milhões de anos. Mas, éramos impotentes para conhecer em detalhe qualquer episódio mais concreto da evolução fisiográfica e ecológica, ocorrido entre o Quaternário Antigo (Pleistoceno) e o Quaternário Recente (Holoceno): período fundamental para a elaboração da roupagem das paisagens naturais herdadas pelo colonizador, e de certa maneira pela cidade.

As camadas cruzadas de areias, que formam espessas lentes descontínuas na base da planície, com sete a oito metros de espessura (apresentando troncos fósseis presumivelmente associados a antigas florestas—galerias) puderam nos dar uma chave para o entendimento da última parte da evolução paisagística do espaço regional. As areias, através de suas estruturas primárias, deram uma parte da solução; os troncos fósseis, datados por Carbono 14, forneceram o parâmetro temporal insuspeitado (45 mil anos de idade, no mínimo). Tornou-se claro que os depósitos basais arenosos foram elaborados durante um epíclio de reentalhamento de soleiras cristalinas e rochas sedimentares mais antigas da Bacia de São Paulo. Sob uma hidrodinâmica que comportava canais anastomosados em um clima subtropical, com prolongado período de estiagem. Há 40 mil/50 mil anos atrás, a região estava sofrendo o impacto modificador, criado por um intervalo flutuante do último grande período glacial, incluindo condições de temperatura média um pouco mais baixas, e com estiagem de fim de ano certamente mais longa do que a atualmente vigente

entre agosto e setembro. O clima era mais frio e certamente mais seco do que o atualmente dominante na região de Curitiba, e parecido com aquele existente no sudoeste do Rio Grande do Sul e Uruguai, muito embora com menor taxa de precipitações anuais. Isso, para se ter um ligeiro e aproximado parâmetro de comparação com situações climáticas regionais, da atualidade.

Para que a região gerasse tanta areia, chegadas em massa aos canais trançados dos antigos rios Pinheiros e Tietê, por certo deveriam existir condições de gênese de solos e de morfologia climática, suficientes para criar áreas-fontes arenosas, no alto Tietê e alto Pinheiros. A região devia comportar solos fortemente arenizados nos terrenos cristalinos existentes nas cabeceiras das drenagens, e algum desmonte laminar de sedimentos arenosos das próprias colinas sedimentares e terraços fluviais mais antigos, onde quer que eles ocorressem. Uma vegetação de pradarias mistas sobre solos rasos e predominantemente arenosos deveria recobrir as vertentes das colinas, terraços e baixos morros; enquanto florestas-galerias descontínuas ocupavam os setores aluviais laterais dos canais anastomosados, sendo que componentes dessa última vegetação, durante a estação torrencial das águas, eventualmente tombavam sobre os canais arenosos, vagando como balsas de troncos caídos, até serem soterrados. São eles que nos possibilitam conhecer a composição florística e a filiação das mais velhas florestas-galerias dos compartimentos de planaltos subtropicais do Brasil de Sudeste e Sul. Se as florestas encontradas pelos europeus na região de São Paulo, desde o século XVI até os fins do século passado, recobriam indiferentemente todos os compartimentos da topografia regional, afogando bosquetes de araucárias, em um espaço total da ordem de mais de 90%, a paleocobertura vegetal, da época dos rios com camadas cruzadas, deveria incluir predominantemente pradarias mistas nas vertentes e interflúvios, incluindo quiçá bosquetes espaçados de araucárias. Ao fundo, réstias de florestas por entre faixas arenosas de rios sujeitos a fortes flutuações hidrológicas.

Mas, a história não parou aí; os depósitos de cascalhos fluviais grosseiros, que se situam acima das camadas cruzadas de areias e abaixo das aluviões finais atuais e subatuais, representam o máximo da degradação climática sofrida pela região, durante a fase terminal do Quaternário Antigo (Pleistoceno Terminal). A ampliação dos

glaciários nos pólos e altas montanhas andinas fez baixar o nível dos mares a -80 ou -100 metros do que o seu nível atual relativo. Um refrigério quase universal desintegrou a tropicalidade, à medida que a corrente fria, trabalhando em nível mais baixo e de modo mais ativo, estabeleceu uma barreira para a penetração dos ventos úmidos atlânticos continente adentro. Todas as depressões interplanálticas do grande Planalto Brasileiro tiveram sua temperatura média diminuída de alguns graus; e, seus níveis de precipitação cortados para índices similares aos dos atuais climas semi-áridos, subdesérticos, e eventualmente subúmidos. A região de São Paulo sofreu atenuadamente o impacto desse rebaixamento generalizado de temperaturas, e teve seu teor da umidade rebaixado para níveis situados entre semi-árido moderado e subúmido. Foi sob tais condições climáticas que os solos anteriormente formados foram recortados e desigualmente escarificados, liberando calhaus que, ao atingirem os cursos d'água, forneceram matéria-prima para afeiçãoamento de lençóis de seixos fluviais, durante um espaço de tempo da ordem de 6 a 10 mil anos (entre 13 mil e 20 mil antes do presente). Os lençóis de aluviões cascalhantes ficaram sotopostos aos depósitos de areias cruzadas. Enquanto as areias cruzadas tiveram razões especiais para seu espessamento — maior tempo de ações hidrodinâmicas, uma reativação da velha tectônica quebrável responsável pela gênese da bacia (descoberta relevante de um jovem pesquisador da Universidade, Armando M. Coimbra), e uma forte liberação de arenas nas cabeceiras dos cursos d'água — as camadas de cascalhos foram contemporâneas da fase principal de formação de chãos pedregosos. Em manchas descontínuas, ao longo da paisagem total. Houve mais pavimentos detríticos em setores baixos das colinas, em locais menos expostos à umidade, situados em base das vertentes. Um matacão de granito, semi-enterrado, do Horto Florestal, está envolvido por fragmentos da importante época das *stone lines* (termo técnico para indicar a visão em corte das camadas de antigos chãos pedregosos). E, finalmente sobre os lençóis aluviais cascalhentos, estabeleceram-se os depósitos aluviais finos e *pro-parte* orgânicos, das grandes várzeas atuais, que tamponaram e esconderam os lençóis de cascalhos e as espessas formações de areias cruzadas, da base da planície de inundação. Os terraços rochosos, talhados em gnaisses, existentes em alguns lugares do Butantã, próximos à entrada da Cidade Universitária, são do tipo designado *rock defended*

terrace, e têm idade anterior à formação dos grandes bolsões, de areias cruzadas da base da planície (arredores do sítio da Casa dos Bandeirantes). Pela sua posição na compartimentação interna da planície, eles documentam a fase de reentalhamento do eixo do velho plano aluvial, ao início do processo de formação das camadas cruzadas de areias (Ab'Sáber, 1978).

Nos últimos seis ou oito milênios, o rio Pinheiros — como o rio Tietê e a maior parte de seus afluentes — tornou-se um rio meândrico, transportando e depositando sedimentos finos, em seus transbordamentos anuais. O extraordinário contraste entre a sedimentação grosseira da época das *stone lines* e a sedimentação síltica e argilosa dos últimos milênios, está relacionado ao retorno de uma tropicalidade para o conjunto do relevo do Planalto Paulistano. O recuo da corrente fria para as águas da plataforma sul-ocidental atlântica (ao sul do Uruguai, na direção da Patagônia) processou-se *pari passu* com o retorno da tropicalidade. A umidade de novo penetrou fundo no conjunto das terras brasileiras, menos no interior do Nordeste. Alargou-se a área de atuação da massa de ar equatorial continental e a área de expansão da umidade, impulsionada pela massa de ar polar atlântica. Aumentou a taxa geral de chuvas de primavera-verão, em todo o corpo territorial do País. Enquanto ao longo da fachada atlântica houve penetração sensível de umidade, com alternância de chuvas de outono-primavera, que passaram a ser dominantes ao norte do Espírito Santo, por todo o espaço da atual Zona da Mata nordestina. De modo descontínuo, a retomada da tropicalidade progrediu até influir na profunda decomposição das rochas cristalinas, formação de oxissolos e eliminação de amplos setores anteriormente sujeitos à arenização e argilificação. Com a tropicalidade reconstituída e a argilificação deslanchada, as florestas desceram, subiram ou se ampliaram lateralmente, a partir de suas áreas-refúgios, situadas que estavam em “ilhas de umidade” da época das *stone line*. E, coalesceram, e afogaram os bosquetes de araucárias das colinas de São Paulo, somente poupando os setores de solos hidromórficos das várzeas, à margem dos solos aluviais florestados, existentes no centro das planícies de inundação meândricas. Também deixaram relictos de vegetação arcaica — geralmente de cerrados — nos setores onde afloravam crostas de limonita, encimadas ou não por manchas subsuperficiais rasas de chãos pedregosos. Via de regra, esta retomada da

decomposição química das rochas ou a alteração profunda geradora de oxissolos, um pouco por toda a parte, ocasionou a liberação de finos nas vertentes, que, sob a forma de depósitos de cobertura, passaram a ser os novos suportes e camadas de sustentação, para a expansão relativamente recente das florestas da região de São Paulo.

Quando se iniciaram os trabalhos de construção da Cidade Universitária, a planície do Pinheiros se apresentava, ali, mais ou menos em sua contextura natural. Um cinturão meândrico no centro da planície aluvial, argilosa ou siltico-argilosa. Várzeas anualmente alagáveis, para os lados dos diques marginais principais, asilando um sem número de meandros abandonados, duplos ou triplos. A uma faixa central de solos aluviais se contrapunham duas faixas ribeirinhas de solos hidromórficos. Nos solos aluviais, florestas baixas; nas várzeas de solos hidromórficos, predominantemente campos submersíveis. Um minienclave de cerradões nas altas colinas, afogado por todos os lados nas vertentes, por florestas tropicais atlânticas de planalto, similares àquelas ainda hoje passíveis de serem vistas e estudadas, por seus remanescentes, nas vertentes das colinas do Morumbi. O primeiro documento cartográfico de detalhe, feito com base em fotografias aéreas, do levantamento da S.A.R.A. Brasil (1930), apresentado em duas escalas (1:10.000 e 1:25.000), mostra com nitidez impressionante a paisagem natural da planície do Pinheiros. Com seus meandros divagantes e suas lagoas de duplos ou triplos meandros abandonados, totalmente colmatadas por uma combinação de tampões argilosos e bacias orgânicas.

Para domesticar esta planície de inundação meândrica, em que a seção plana alagável era 20 a 25 vezes mais larga do que o leito do antigo rio Pinheiros, foi preciso uma longa operação de aterros. Sobretudo, para eliminar as cicatrizes de meandros e tamponar os setores mais habitualmente sujeitos a inundações. O primeiro nível de aterros, com apenas 60 a 80 centímetros em média de colmatagem artificial, foi insuficiente; já que o lençol d'água restou muito à superfície do solo recriado, dificultando construções e arborização. Novos empréstimos de terra foram feitos nas colinas, para espessar os aterramentos, ainda que de modo descontínuo, já que um ou outro edifício já havia tido sua construção iniciada, ao nível do primeiro aterro. Em pleno espaço da antiga várzea, na margem direita do Pinheiros, criou-se um mosaico de aterros de níveis altimétricos

diferentes, numa espécie de compartimentação rasa, onde a arborização se desenvolve de maneira desigual. Às vezes, é necessário plantar arvoretas, em grandes cilindros de cimento amianto, para proteger as raízes em relação à rasura perigosa do lençol freático: caso do pátio de estacionamento da Reitoria Velha. Entre o setor relativamente plano da antiga várzea e o setor semiconvexizado das vertentes das colinas, há um grande contraste de traçados: mais geométrico na planície, semi-oitavado nas colinas. Este último, com maior adaptação aos acidentes de relevo das microbacias, que se engastam nas vertentes de base rochosa decomposta, e, nas cimeiras dotadas de remanescentes das formações siltico-argilosas da Bacia de São Paulo.

As escavações feitas na várzea, em áreas situadas à margem do Canal do Pinheiros, puseram à mostra as camadas cruzadas de areias da base da planície. Daí por diante, iniciou-se uma exploração ininterrupta de areias para construir as edificações principais da Cidade Universitária, com materiais do seu próprio sítio. E, numa das revisões inteligentes dos velhos planos, abandonou-se a idéia de aproveitar parte da margem direita para o setor esportivo da futura cidade, então em construção. Deu-se um arranjo paralelo à grande cava das areias, a fim de se elaborar a Raia Olímpica, em disposição paralela à marginal e ao canal do rio. Desta forma, ao mesmo tempo em que se explorava as velhas areias, para uso próprio, a Cidade Universitária esboçava a construção sistemática de um futuro lago, profundo e de águas facilmente tratáveis, dentro dos equipamentos esportivos e paisagísticos concebidos para sua estruturação. Um pouco diferente, evidentemente, de soluções mais absurdas e fora de controle da administração pública, em que grandes cavas feitas para exploração de areias foram posteriormente alagadas pelo Tietê: o rio, poluído, caindo dentro do buracão irregular estabelecido por selvagens e inescrupulosos exploradores de areias (caso de Carapicuíba, no Tietê, à saída de São Paulo).

O episódio da construção da Raia Olímpica, na Cidade Universitária, exemplifica bem a maneira pela qual boas pesquisas de ciências básicas (geologia, sedimentologia, geomorfologia, fitogeografia, paleoclimas e paleoecologias), podem se entrosar com aplicações de ciências (arquitetura, geotécnica, hidráulica, planejamento urbano e paisagismo ecológico), a serviço de toda a comunidade. Mostra, também, que se pode encontrar temáticas importantes para investi-

gações científicas em sítios aparentemente banais, a partir do quintal de nossa própria casa. Imagine-se o teor das pesquisas que se poderia fazer, a partir da análise do próprio entorno de um *campus universitário*, colocado em uma área em que a projeção de uma sociedade subdesenvolvida apresenta uma transparência à toda a prova.

As derivadas de uma reflexão, de nível exploratório, sobre o *Campus* da USP e a grande Metrópole são numerosas. Haveria que obter um quadro mais completo dos locais de proveniência de todos os alunos. De onde vêm, como vivem, como chegam. E, os professores: quais os seus nichos sociais? Como estão vivendo. Como chegam. Como sobrevivem. E, os funcionários: onde vivem? De que maneira sobrevivem. Como chegam. Quanto tempo gastam em trânsito. Quanto gastam com transporte. De que modo todas as comunidades básicas da Universidade convivem no *Campus*. Que tratamento recebem os mais fracos; os excluídos do circuito do saber. Uma sociedade complexa, num *campus* de média centralidade, numa metrópole de dimensões agigantadas.

O *Campus* restou espremido entre uma subárea industrial (Jaguapé), o Instituto Butantã, o bairro pequeno-burguês do Butantã-Pirajussara, o denso fluxo de tráfego da marginal esquerda do Pinheiros, os bairros de classe média do Jaguapé, Bonfiglioli, Parque Continental, as áreas proletárias do Rio Pequeno, São Domingos e Jaguapé, e as grandes favelas intersticiais do Rio Pequeno, "Cidade Universitária", Jaguapé e Ceasa. Doutra banda do canal do Pinheiros, envolvendo terrenos baldios pendentes, que a administração municipal não soube incorporar aos espaços abertos da Metrópole Interna, estendem-se bairros da pequena burguesia ascendente e classe média sofrida (Alto da Lapa, Alto de Pinheiros e Sumaré). E, dois importantes pólos de atividades comerciais inteiramente diversas entre si: a CEAGESP – Companhia de Entrepasto e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo e o sub-centro comercial de Pinheiros-Teodoro Sampaio. Não muito longe, uma importante área de relocação de funções centrais, representada pela avenida Brigadeiro Faria Lima. E, dois *shopping centers*, de grande diversidade funcional e alto nível de movimentação comercial. Os trilhos da FEPASA – Ferrovia Paulista S. A., paralelamente com a marginal direita do Pinheiros, com seus trens urbanos metropolitanos vêm adquirindo importância progressiva e descentralizadora: eixo Osasco-Santo Amaro, com estações no

Jaguará, Cidade Universitária e Pinheiros. Enquanto o Largo de Pinheiros e o primeiro setor da avenida Brigadeiro Faria Lima vêm funcionando como terminais de linhas de transporte coletivo, procedentes de porções centrais da cidade ou de distantes itinerários periféricos. Tal conjuntura de transportes criou a condição de bairros terminais da MetrÓpole Interna, com funções de núcleos de "transbordo" para se atingir a MetrÓpole Intermediária e a própria MetrÓpole Externa. Por essa razão, identificamos em Pinheiros um tipo especial de função a que chamaríamos de "bairros estuários" Estuários de homens. Estuários de padrões culturais. Estuários de relações econômicas e sociais, entre diferentes circuitos da vida urbana metropolitana.

Na Cidade Universitária não há limites definidos entre o dia e a noite. Mal estão se encerrando as aulas, os trabalhos de pesquisas, os serviços administrativos, reuniões e seminários de todos os tipos, ocorre um primeiro refluxo da circulação na direção de todos os quadrantes da MetrÓpole. Logo inicia-se um novo fluxo de circulação, uma nova injeção de usuários, relacionados aos cursos noturnos. De dia, ensino, pesquisa, atividades administrativas: a Universidade funcionando a todo pano. À noite: predominam atividades de ensino, cursos de extensão, simpósios e reuniões culturais. Fim de semana: a MetrÓpole passa a utilizar o *Campus* para o seu lazer, como se fora um de seus parques públicos de funções metropolitanas. Um novo patrimônio da comunidade: uma opção de lazer para uma pequena parcela da imensa população metropolitana. Os prédios e conjuntos de edifícios de ensino e pesquisa não foram preparados para conviver com essa despreocupada invasão semanal. É curioso como a modernidade da Arquitetura pode pregar peças ao destino das instituições as quais procurou servir. Conciliar estética, racionalidade, com fatores complicadores previsíveis; um espaço aberto para futuras pesquisas. Sobretudo quando se conhece os mecanismos de reações de algumas comunidades envolvidas na aventura cotidiana do subdesenvolvimento. Trombadinhas, travestis, prostituição, ladrões de carros. Acompanhantes dramáticos do subdesenvolvimento. Não podendo excluí-los da realidade, há que planejar evitando multiplicar os nichos habituais para sua atuação. E, muito mais do que isso, colaborar para eliminar as causas-raízes de sua emergência no campo da sociedade.

Existe previsão de uma linha de Metrô para servir aos bairros de Pinheiros e Butantã, a partir de alguma estação da área central da

cidade. Parece uma empreitada simples, dependente apenas da existência de recursos financeiros. O projeto dessa linha remonta aos primeiros tempos das pesquisas para a implantação do sistema metropolitano de transportes coletivos na cidade de São Paulo (administração do brigadeiro Faria Lima). No entanto, em face da dinâmica atual do quadrante sudoeste da MetrÓpole paulistana, existem muitas variáveis a se repensar. Hoje, essa região possui uma das organizações mais complexas de funções, direções de tráfego e movimentação de massas humanas, conhecidas nos bairros terminais antigos de São Paulo. Não se trata mais de um dos pequenos sub-centros de antiga ponta de cidade, do tipo da Lapa, da Penha e do Ipiranga. Pinheiros vem sendo cada vez mais um bairro de transbordo – um “bairro-estuário” – para as populações residentes na MetrÓpole Intermediária e nas grandes periferias. E tornou-se, ao mesmo tempo, um setor de relocação de funções centrais, desde a avenida Brigadeiro Faria Lima até ao Largo de Pinheiros, os primeiros setores da rua Teodoro Sampaio e os grandes *shoppings centers* “Eldorado” e “Iguatemi”. Há uma ampliação sensível de funções comerciais, através de uma sobreposição complexa de ruas de comércio varejista popular e de pólos de comércio selecionado, freqüentado por clientes vinculados a todas as classes sociais. O conjunto, recebendo um substancial apoio bancário, abrindo espaço para a penetração de escritórios comerciais, aglutinando funções ligadas a profissões liberais, sem eliminar a presença de funções residenciais. Faltam, ainda, centros culturais, uma biblioteca metropolitana condigna e outros equipamentos para atenuar a agressividade do capitalismo.

Nesse contexto, a futura linha do Metrô para Pinheiros será, a um tempo, o trajeto para se atingir esse vigoroso sub-centro de funções complexas, dar condições para um acesso mais direto e rápido à Cidade Universitária, e colocar as massas humanas que trabalham na MetrÓpole Interna em pontos nodais de transbordo para as grandes periferias ocidentais da MetrÓpole. E, por fim, criar uma oportunidade única para estender os tecidos compactos da mancha urbana metropolitana para além-Pinheiros, no Butantã e circunvizinhanças.

Permanece um desafio para os planejadores urbanos: onde colocar o novo terminal de ônibus para o transbordo da grande massa de passageiros em trânsito pelos bairros “estuários”? Certamente, o ponto terminal do Metrô não poderá ser o próprio interior da Cida-

de Universitária (no esquema da linha Boston-Cambridge). Entre nós, uma solução tão civilizada, seria altamente elitista e complicadora. Não tendo havido providências para congelar espaços destinados à futura integração ônibus-metrô na região de Pinheiros-Butantã, tudo se tornou difícil, no país da descontinuidade administrativa e falta de previsão. Será necessário repensar sobre onde começar a linha "Pinheiros" do Metrô: uma vinculação com a estação "Santa Cecília" ou "Marechal Deodoro"? Ou, uma extensão curta da futura linha da avenida Paulista? De qualquer forma, cumpre evitar maiores concentrações de fluxos humanos nas estações dos núcleos centrais tradicionais ("Sé", "República" ou "Anhangabaú"). Por razões óbvias.

O *Campus* é o começo e o laboratório adequado para numerosas pesquisas de aplicação de ciências, técnicas e artes. Enquanto algumas iniciativas da administração pública se voltam para espetaculares processos de reurbanização, num apelo entremeado de emoção e estratégia política às melhores cabeças da arquitetura contemporânea brasileira, a dura realidade permanece no mosaico dos padrões de ocupação urbana da Metrópole Intermediária e Metrópole Externa. No próprio fundo da Cidade Universitária e arredores do Palácio do Governo, no Morumbi.

Será possível relocar uma favela. Duas favelas. Três favelas. Mas será sempre muito mais difícil, problemático e demorado o processo de reincorporação das massas de pobreza (imensas massas de pobreza absoluta) aos quadros de uma sociedade industrial sustentada pela desigualdade e pela indiferença maciça das oligarquias. É um desafio para algumas gerações de brasileiros interessados numa verdadeira cruzada racional contra as causas da pobreza humana, no universo da sociedade. Ao pacote econômico que envolveu toda a nação brasileira deveria se seguir o pacote do resgate da pobreza. Resgate das massas, como quer o professor Hélio Jaguaribe. Mas, para tanto, ainda encontramos um governo sem idéias e elites dominantes extremamente reacionárias. Mais interessadas no controle do Estado, do que na ascensão social e cultural das comunidades carentes.

A política demográfica brasileira dos últimos 25 anos conduziu o País a uma exacerbação das desigualdades. A reprodução da desigualdade foi um fato (Macedo, 1979). Não uma mera questão semântica. O crescimento da população se fez principalmente na base

de uma pirâmide social, já demasiadamente inchada. No caso particular de São Paulo, apelou-se para a geração de um potencial humano de força de trabalho braçal, acima de qualquer possibilidade de integração socialmente condigna ao proletariado urbano. Por muito tempo, ninguém colaborou seriamente para fazer acréscimos compensadores no plano das relações entre o Estado, a Educação e a ascensão social e cultural das massas (Freitag, 1979). Sem dimensões de emprego e sem condições culturais e profissionais competitivas, para abrir espaço, numa sociedade capitalista, cada vez mais agressiva, e num mercado de trabalho progressivamente mais restrito, aumentou o volume dos excluídos. Fatos que se projetam nas grandes periferias metropolitanas de urbanização rústica, e que apresentam o seu extremo na miserabilidade dos mais oprimidos, distribuídos um pouco por toda a parte: os favelados, os "bóias-frias", os garimpeiros, os barragistas, os "sem-terra". E todas as minorias desempregadas, vivendo em condições lamentáveis. Pensar neles e na melhoria das suas condições de vida é a tarefa mais digna e gratificante para todos quantos freqüentam os *campi* da Universidade brasileira.

Evidentemente, bom espaço e construções notáveis nada representariam se a Universidade a que servem não pudesse refletir o Mundo de sua época. Ou se ela desistisse das grandes buscas. Busca de soluções para a Economia. Busca de soluções para a transformação da sociedade. Soluções para a sobrevivência, o bem-estar, e a preservação da dignidade humana. Somente assim ela poderia retribuir, minimamente, o grande custo social de sua implantação e manutenção. Uma Universidade termômetro do Mundo e consciência cultural da nação.

Nunca houve tanta necessidade de reorganizar a economia em consonância com a *reorganização* da Sociedade. E a Universidade está ciente de que não se reorganiza a sociedade e a economia, sem a reorganização da Educação. Para tanto, sabe-se que é preciso reformar a mentalidade dos homens. Conter os zangados e execrar os reacionários. Evitar as soluções simplistas, tanto quanto as soluções faraônicas. Tão a gosto das elites; tão a gosto dos tecnocratas; tão a gosto das empreiteiras de um desenvolvimento distorcido. À Universidade caberá, enfim, talvez, fazer um novo chamamento à seriedade dos homens públicos diferenciados. Sem concessões à mediocridade.

BIBLIOGRAFIA

I. A Universidade, o *Campus* e o seu entorno.

AB' SÁBER, Aziz Nacib

1984 — A Universidade de São Paulo, raízes, mudanças, sobrevivência (1934-1984). ACIESP (IX Simpósio Anual). São Paulo.

A GAZETA

1954 — A Cidade Universitária de São Paulo e suas adjacências. *A Gazeta*, 3 de abril de 1954. São Paulo.

AZEVEDO, Francisco de Paula Ramos de

1900 — Os edifícios da Escola e suas dependências. *Anuário da Escola Politécnica*, 1900, pg. 3-103.

AMARAL, Antonio Barreto

1969 — O bairro de Pinheiros. — Série *História dos bairros de São Paulo*, vol. II. Prefeitura do Município de São Paulo — Departamento de Cultura — São Paulo.

BACELLI, Roney

1982 — Jardim América — Série: *História dos bairros de São Paulo*, vol. 20. Departamento de Patrimônio Histórico — Divisão de Arquitetura Histórica — Gráfica Municipal de São Paulo. São Paulo.

BARBOSA, Neusa

1983 — *Campus* também é local de lazer da cidade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 25 de dezembro de 1983.

CAMPOS, Ernesto de Souza

1954 — Cidade Universitária da Universidade de São Paulo. Comissão da Cidade Universitária. USP. São Paulo.

CAMPOS, Ernesto de Souza

1954 — *História da Universidade de São Paulo*. São Paulo.

CANNABRAVA, Alice (Org.)

1984 — *História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo. 1946/1981*. Promoções e Propaganda Ltda. São Paulo.

CARDOSO, Irene de Arruda

1984 — A USP salva do incêndio emergirá das águas? — *Folha de S. Paulo*, Folhetim, São Paulo. 29 de janeiro de 1984.

CHAUI, Marilena

1984 — A cidade e o campo. *Folha de S. Paulo*, Folhetim. São Paulo. 22 de janeiro de 1984.

CHAUI, Marilena

1984 — O dia em que Maria Antônia pegou fogo. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro/São Paulo. 3 (3) julho-agosto de 1984.

COUTINHO, Petrônio de Matos

1956 — Arrastam-se as obras da Cidade Universitária. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 10 de setembro de 1956.

DIÁRIO DE SÃO PAULO

1951 — Erguem-se no Butantã os primeiros edifícios da futura Cidade Universitária de São Paulo, *Diário de São Paulo*, São Paulo. 16 de setembro de 1951.

DUARTE, Paulo

1967 — *O processo dos rinocerontes (Razões da defesa e outras razões)*. Ed. do Autor. São Paulo.

FOLHA DE S. PAULO

1984 — Comissão aponta pouco uso do Hospital da USP. *Folha de S. Paulo*, São Paulo. 4 de setembro de 1984.

- FRANKEN, T. (&) GUEDES, R. (Entrevistadores)
 1984 – A criação da USP, segundo Paulo Duarte. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro/São Paulo. 3, (3) julho-agosto de 1984.
- GASQUES, Marcus Vinicius
 1984 – **Mudanças no CRUSP, para afastar os invasores**. **Jornal da Tarde**, São Paulo. 30 de março de 1984.
- CIÊNCIA E CULTURA – SBPC
 1984 – USP: vários aspectos. **Trabalhos de H. L. de Oliveira, F. Fernandes, M. I. P. de Queiroz, E. A. Blay (&) A. B. da S. G. Lang, Senize, A. C. da Silva, F. W. Lima, I. Raw & A. Simão. Ciência e Cultura**, São Paulo, 36 (12): dezembro de 1984.
- GOLDENSTEIN, L. (&) ROSSINI, R. E.
 1972 – O bairro industrial do Jaguaré, S. P. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, (47): 30-72, maio de 1972.
- JORNAL DA TARDE
 1966 – Uma avenida cria problemas. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 1º de novembro de 1966.
- KATINSKY, Júlio Roberto
 1976 – Casas Bandeiristas. Nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. **IGEOG. USP (Ser. Teses e Monogr. nº 26)**. São Paulo.
- LETAIF, Nelson
 1982 – Uma gigantesca máquina que ameaça a Universidade: a burocracia. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 29 de novembro de 1982.
- LIMA, Fausto W.
 1984 – 25º aniversário da primeira operação do reator de São Paulo. **Ciência e Cultura**. São Paulo, (12): 2151-2155, dezembro de 1984.
- MAIA, Prestes
 1952 – Cidade Universitária. **Última Hora**. São Paulo, 5 de junho de 1952.
- MELO, Marina Teixeira de
 1984 – Moradia, um problema para futuros alunos da USP **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14 de outubro de 1984.
- MENDES, Josué Camargo
 1977 – Universidade de São Paulo. Símula de sua História. – **Academia de Ciências do Estado de São Paulo**. São Paulo.
- MENDES, Josué Camargo
 1977 – Ação universitária e comunidade – **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16 de outubro de 1977.
- MENDES, Renato Silveira
 1958 – Os bairros da zona Sul e os bairros Ocidentais. "A cidade de São Paulo – estudos de geografia urbana" (Dir.: Aroldo de Azevedo), 3, 194-256, São Paulo, Nacional.
- O ESTADO DE S. PAULO
 1956 – O nome do fundador da USP à Cidade Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 31 de outubro de 1969.
- O ESTADO DE S. PAULO
 1960 – Arquitetos estudam a reorganização da Cidade Universitária da USP – **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 31 de dezembro de 1960.
- O ESTADO DE S. PAULO
 1950 – 61 – A Cidade Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 7 de janeiro de 1960 (e) 1º de janeiro de 1961.
- O ESTADO DE S. PAULO
 1961 – A arquitetura valoriza o empreendimento. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo. 26 de março de 1961.
- O ESTADO DE S. PAULO
 1961 – Novos projetos incluídos no plano da Cidade Universitária de São Paulo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. 28 de maio de 1961.

O ESTADO DE S. PAULO

1966 – As construções da Cidade Universitária. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 2 de julho de 1966.

O GLOBO

1977 – Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira, SP – Uma cidade ao pé da letra. **O Globo**, Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1977.

OLIVEIRA, Hélio Lourenço de

1984 – USP – 50 anos. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 36, (12): 2109-2112, dezembro de 1984.

OLIVEIRA, M. J. e outros

1982 – Evasão Escolar e Fatores Sócio-Econômicos no Ensino de 1^o grau. (O caso do bairro do Jaguaré). **Aqui, Agora**. Ensaios e Pesquisas em Educação, UNESP. São José do Rio Preto, (40)

PETRONE, Pasquale (org.)

1963 – Pinheiros – aspectos geográficos de um bairro paulista (Diversos autores). São Paulo, Edusp, 1963.

POURCHET CAMPOS, Maria Aparecida

1984 – **A vida da Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo**. Notas históricas. – Ed. Homenagem do Cinquentenário da USP. Ponto Cardeal Publs. Ltda.

REALE, Ebe

1982 – **Brás, Pinheiros, Jardins, Três bairros, três mundos**. São Paulo, Edusp, 1982.

REIS FILHO, Nestor Goulart

1984 – Universidade, diga-me com quem planejas. **Jornal da ADUSP**, São Paulo, ano 8, (9/10), outubro de 1984.

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos

1984 – A Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. 1894-1984. Escola Politécnica. USP (Mimeografado). São Paulo.

SIMÃO, Aziz

1984 – USP 50 anos – Ciências Sociais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, 36 (12): 2161-2165 dez. de 1984.

SIMÕES, João Roberto Leme

1984 – O espaço construído. Tese de Mestrado. FAUUSP. São Paulo.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA

1985 – Universidade Brasileira: Organização e problemas. SBPC. **Ciência e Cultura**, 37, (7), julho de 1985. Suplemento. (Contém trabalhos de D. de A. Dallari, P. L. C. L. de Mattos, W. S. Hossne, R. Tramontine R. Braga, L. de Veiga, H. L. de Oliveira, F. Florestan, J. B. A. e Oliveira, R. P. Dagnino, A. C. da Silva, C. M. Castro, A. Gracelli e C. de M. Castro, H. M.)

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de

1984 – Um *campus* mal-assombrado. **Veja**, São Paulo 17 de outubro de 1984.

SOUZA, Maria Adélia de

1984 – A segurança no *campus*. **Jornal da ADUSP**, São Paulo, ano 8, (5) 1984.

TELLES, Francisco E. da Fonseca

1946 – Cinquenta anos de existência da Escola Politécnica. **Anuário da Escola Politécnica**, 1946, pgs. 89-110.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – Prefeitura da Cidade Universitária – “Armando de Salles Oliveira”

1985 – O espaço da USP: presente e futuro. Diversos Autores. (Org. de Maria Adélia Aparecida de Souza). USP. São Paulo.

VILLARES, Henrique Dumont

1946 – **Urbanismo e Indústria em São Paulo**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1946.

ZANINI, Walter

1952 – A maior da América. Surge em Butantã, a Cidade Universitária de São Paulo. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, 12 de março de 1952.

II. O sítio do *campus*

- AB'SÁBER, Aziz Nacib**
 1957 — Geomorfologia do sítio urbano de São Paulo. F.F.C.L., bol. 219 — Geografia nº12. USP. São Paulo.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib**
 1963 — O sítio urbano inicial da cidade de São Paulo. *Acrópole*, São Paulo, (295/6): 239-246, junho de 1963.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib**
 1969 — Ocorrências de "linhas de pedras" na região de São Paulo. *Geomorfologia*, São Paulo, (10): 9-10. IGEOG — USP.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib**
 1969 — O quaternário na bacia de São Paulo, estado atual dos conhecimentos. *Geomorfologia*, São Paulo, (8) IGEOG—USP
- AB'SÁBER, Aziz Nacib**
 1978 — A planície do Tietê no Planalto Paulistano. *Geomorfologia*, São Paulo, (57) IGEOG—USP.
- ALMEIDA, Fernando F. M. de**
 1958 — O Planalto Paulistano. — in *A cidade de São Paulo—Estudos de geografia urbana*. São Paulo, 1, 113-168.
- BIGARELLA, João José**
 1971 — Variações climáticas no Quaternário Superior do Brasil e sua datação radiométrica pelo método do Carbono 14. *Paleoclima*, São Paulo (1) IGEOG — USP
- BANDINI, Alfredo**
 1954 — O aproveitamento do rio Tietê à montante de Pirapora. — Publ. nº1 do Departamento de Águas e Energia Elétrica, Secr. de Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo. São Paulo.
- BRITO, F. Saturnino Rodrigues de**
 1926 — Melhoramentos do rio Tietê em São Paulo. — São Paulo.
- COIMBRA, A. M. (e) ATENCIO, D. (e) BRANDT NETO, M.**
 1980 — Sulfatos secundários associados às aluviões antigas do rio Tietê, Itaquaquecubata, S. P. — 31º Congresso Brasileiro de Geologia Anais, Camboriú, 4, 1970-1981.
- COMISSÃO DE MELHORAMENTOS DO RIO TIETÊ**
 1924 — Carta da bacia hidrográfica do rio Tietê até Parnaíba. — São Paulo.
 1947 — Planta da retificação do Tietê (Escala: 1:20.000).
 1948 — Planta da retificação do rio Tietê entre Osasco e a Ponte de Guarulhos. (Escala: 1: 5.000).
- EMPRESA SARA DO BRASIL S/A**
 1930 — Mapa Topográfico do Município de São Paulo. Ed. da Prefeitura do Município de São Paulo. Esc.: 1: 20.000. Folha I. São Paulo.
- FRANÇA, Ary**
 1958 — O quadro climático-botânico. — in *A cidade de São Paulo — Estudos de Geografia Urbana*, Nacional, 1: 69-112. 1958.
- HOCHTIEF — MONTREAL — DECONSULT**
 1968 — Sistema Integrado de Transporte Rápido Coletivo da Cidade de São Paulo. — 1º vol. Estudos Sócio-Econômicos de Tráfego e de Viabilidade Econômico-Financeira, 2º vol. Estudo Técnico Pré-projeto de Engenharia.
- INSTITUTO DE ENGENHARIA**
 1923 — A canalização do rio Tietê no Território da Capital e Municípios adjacentes. Relatório do Prof. J. A. Fonseca Rodrigues, a que se refere o parecer da Diretoria de Obras Municipais (e) Nota sobre o Relatório apresentado pelo Eng. do Munic. J. F. de Ulhoa Cintra. Bol. do I. E., vol. IV, nº 19 (janeiro de 1923). São Paulo.
- YEZLER, H.**
 1971 — Recursos hídricos na região metropolitana da Grande São Paulo. São Paulo.

- JOLY, Aylthon Brandão.
1950 – Estudo fitogeográfico dos campos do Butantã. (São Paulo). *Boletim da F.F.C.L.*, (109), Botânica (8): 3-68. USP São Paulo.
- JUNQUEIRA, Claudete Barriguela
1969 – Camadas cruzadas de areias, gravas e cascalhos fluviais do vale do rio Pinheiros (*Campus da Cidade Universitária, S. P.*) *Geomorfologia*, São Paulo, (10): 7–9. IGEOG– USP
- LIGHT – Serviços de Eletricidade S/A. São Paulo.
s/d – Cinquenta anos de progresso com São Paulo 1900–1950. São Paulo.
- MELFI, Adolpho José
1970 – Arenização de granitos em clima tropical úmido. – Congresso Brasileiro de Geol. (24^o), Resumo de Confs. e Comuns. (1970): 392-393. Soc. Bras. de Geol. – Núcleo Centro-Oeste. Brasília.
- PENTEADO, Antonio Rocha
1950 – Paisagens do Tietê. – Comentários e fotografias aéreas de Paulo C. Florençano. *Bol. Paulista de Geografia*. São Paulo, (6) outubro de 1950.
- SAMPAIO, Teodoro
1899 – Observações sobre a topografia, o solo, a água e o subsolo da Cidade de São Paulo. in PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionário Histórico e Geográfico Brasileiro* 3^o vol. Rio de Janeiro, 1899.
- SANTOS, Eliana de Oliveira
1958 – Tietê, o rio de São Paulo. – in “A cidade de São Paulo – Estudos de geografia urbana”, vol. 1, São Paulo, Nacional, 1958, 45-67.
- SETZER, José
1955-6 – Os solos do Estado de São Paulo. – *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, (20) julho de 1955, (22) março de 1956; e (24) outubro de 1956.
- SUGUIO, Kenitiro
1980 – Síntese dos conhecimentos sobre a sedimentação na bacia de São Paulo. – in “Mesa-Redonda” sobre aspectos geológicos e geotécnicos da bacia sedimentar de São Paulo. – ABGE/SBG, Anais, pgs. 25-31. Publ. Esp. n.º 3. São Paulo.
- SUGUIO, Kenitiro (e outros)
1971 – Novos dados sedimentológicos dos aluviões antigos do rio Pinheiros, S. P., e seu significado na interpretação do ambiente deposicional. 25^o Congresso Brasileiro de Geologia, Anais, São Paulo, (2): 219-225, 1971.
- SUGUIO, Kenitiro (e) MUSSA, D.
1977 – Madeiras fósseis dos aluviões antigos do rio Tietê – São Paulo (estudos anatômicos e paleoecológicos). In 1^o *Simpósio de Geologia Regional*, 1977, pg. 45. Soc. Bras. de Geol. – São Paulo.
- SUGUIO, Kenitiro (e) MUSSA, D.
1978 – Madeiras fósseis de aluviões antigos do rio Tietê, – São Paulo. *Boletim IG – USP*, São Paulo, (9): 24-45.
- SUGUIO, K. (e) TAKAHASHI, L.
1970 – Estudo dos aluviões antigos dos rios Pinheiros e Tietê, São Paulo. S. P *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, Rio de Janeiro. 42 (3): 555-570, setembro de 1970.
- USTERI, A.
1906 – Contribuição para o conhecimento da flora dos arredores da cidade de São Paulo. *Anuário da Escola Politécnica*. São Paulo, (1906).

III. Bibliografia das Bibliografias.

- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – Prefeitura da Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”.
1985 – Bibliografia (Pesquisa bibliográfica sobre a USP) – Equipe sob orientação de Maria Adélia Aparecida de Souza. – IMESP – USP. São Paulo.

AB'SÁBER, Aziz Nacib

1984 – Universidade de São Paulo: uma bibliografia compreensiva. Produção científica e filamentos ideológicos. In “USP – raízes, mudanças, sobrevivência” São Paulo, ACIESP, 1934–1984.

CORDEIRO, Helena Kohn

1980 – (Bibliografia) – Relação dos itens bibliográficos. In “O Centro da Metrópole Paulista-Expansão Recente” – Ser. Teses e Monogs. nº 40. IGEOG.–USP. São Paulo.

AZEVEDO, Aroldo de

1970 – Bibliografia (s/as Cidades) – In “O Brasil: a terra e o homem”, pgs. 262-282. S. Paulo, Nacional e Edusp.

AZEVEDO, Aroldo (Org.)

1958 – Bibliografia Geral.–in: **A Cidade de São Paulo – estudos de geografia humana.** (IV): 181-220. São Paulo, Nacional, 1958.

COMISSÃO DE GEOGRAFIA REGIONAL C. N. G. – IBGE

1957 – (Bibliografia) – A cidade de São Paulo e sua região. in **Manual Bibliográfico da Geografia Paulista – junho de 1956.** – Organ. p/Com. de Geogr. Reg. s/a Pres. de Aroldo de Azevedo – Relator Geral., pgs. 235-252. CNG – IBGE.

CNG – IBGE – Dir. Reg. (SP)

1962 – Bibliografia. – in **Guia do Estado de São Paulo – A região da Capital Paulista.** 253-262. IBGE. São Paulo.

FICHA CATALOGRÁFICA

AB'Sáber, Aziz – “O Campus e a Metrópole” – in **Revista da Universidade de São Paulo**, (3): p. 55–90, dezembro de 1986.

**RECORDAÇÕES DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Miguel Reale

Quando, em 1934, foi criada a Universidade de São Paulo, já havia no Estado, além de outros de menor tradição, quatro centros de ensino e pesquisa bem-definidos, dotados de notável lastro cultural próprio: a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, a Faculdade de Medicina e a Escola Agrícola "Luiz de Queiroz"

A primeira dessas entidades, sem prejuízo de sua destinação jurídica específica, constituía o pólo natural de atração para os jovens que desejavam cultivar as ciências sociais ou dedicar-se ao mundo das letras, conforme tradição que vinha desde os primórdios do Império, dada a inexistência de ensino autônomo de Filosofia ou de Letras, uma das contribuições mais altas dos fundadores da USP. As outras três entidades citadas já possuíam bem-delimitado campo de ação, todas possuindo corpos docentes representativos dos mais altos valores da cultura paulista em cada um dos distintos ramos do saber.

Ao contrário do que alegam alguns, parece-me que a nova Universidade surgia sob bons auspícios ao se reconhecer a valia das estruturas já existentes, integrando-as numa unidade complexa, onde, ao invés de uma Faculdade de Educação, tal como prevista no modelo federal, se lançava a idéia de uma "Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras", com a tríplice função de servir como ponto de referência para todos os ramos do saber; de atuar como sede permanente de pesquisa nos diferentes campos de suas especialidades; e, *last, but not least*, como centro de formação dos quadros docentes do curso secundário. Desse modo, deveria a Universidade ter uma face voltada para a esperada reforma de nossos ginásios e liceus, e uma outra projetada no sentido da investigação criadora, tão essencial aos países em desenvolvimento, desprovidos dos núcleos de pesquisa de natureza empresarial: ao mesmo tempo, em suma, uma espécie de "Escola Normal Superior" e um centro polivalente de pesquisas de vanguarda.

Note-se, aliás, que a inclusão das Politécnicas na estrutura universitária aproximava a USP mais do modelo norte-americano do que do francês, com implicações de ordem tecnológica, como a do IPT, que iriam permitir a sua fecunda participação também no desenvolvimento industrial e agrícola de São Paulo. Abria-se, assim, desde o início, a perspectiva de uma ampla prestação de serviços à comunidade.

Pode-se dizer, pois, que se constituiu, há mais de meio século, uma entidade plural na raiz de sua gênese, alimentando alguns a esperança de sua integração cultural graças à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o que albergava certa compreensão enciclopédica de feitio positivista. A experiência iria, no entanto, revelar a fragilidade dessa concepção que não abriu caminho para a interdisciplinaridade, até hoje um *desideratum* não-atingido, mesmo porque os diplomados para exercer apenas funções docentes logo passaram a reivindicar o exercício das profissões vinculadas ao seu currículo, obtendo em juízo decisões favoráveis. Lembro-me de ter patrocinado, por exemplo, uma causa na qual foi reconhecido aos licenciados em Química o direito de exercer a respectiva profissão em sua plenitude. Com isso, porém, iria prevalecer na novel Faculdade um feitio que talvez não estivesse nas intenções de seus instituidores.

De outro lado, a fundação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como estabelecimento do mais amplo espectro, não podia deixar de dar origem a uma reiteração ou duplicidade de disciplinas também objeto de estudo nas Faculdades de caráter profissional, como se dava com a Física, a Química, a Matemática, a Estatística etc

Em um primeiro momento, não se perceberam as linhas de resistência que tal situação suscitava, mesmo porque, de início, sobretudo graças à participação humanística e criadora de grandes mestres estrangeiros, o que prevaleceu foi uma salutar dedicação à formação de núcleos irradiantes de investigação, visando à complementaridade de valores teóricos e práticos, sem que o pragmatismo profissional desde logo viesse reivindicar suas prerrogativas. Vale aqui salientar o superamento de nosso tradicional nativismo, ao decidir-se convidar um grupo numeroso e altamente qualificado de mestres europeus, os quais, tanto na área tecnológico-científica como na humanística, contribuiram poderosamente para a reunião dos critérios de pesquisa e de ensino.

O fato de não ser a USP uma entidade constituída *ex nihilo*, mas sim o resultado de uma integração de Unidades antes isoladas e distintas, cuja complementaridade teoricamente remontava à árvore multi-ramificada da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, teve o mérito de fazer com que, desde a sua fundação, ela se constituísse sob o signo do *pluralismo cultural*, ainda que correndo o risco de

duplicações de centros de interesse e de ensino. Observe-se, aliás, que mesmo a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco nunca deixou de ser um pólo irradiante de valores nos domínios da Filosofia, das Letras ou do Jornalismo, como se pode confirmar com o mais sucinto exame de dezenas de nomes de bacharéis em Direito que, nestas últimas décadas, ao invés de se projetarem na advocacia ou na magistratura, se notabilizaram e se notabilizam antes como escritores, historiadores, jornalistas, diplomatas, políticos, politicólogos ou pensadores.

Se, porém, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não logrou realizar a missão integrante e diversificada que dela se esperava no contexto da USP, é inegável que lhe devemos todos um *sentido novo* no que se refere aos trabalhos de equipe, e a um relacionamento mais aberto e constante entre mestres e discípulos. Além dos méritos que os professores europeus possuíam, deram-nos eles um exemplo de *continuidade cultural*, contribuindo para a formação de correntes de pensamento e de escolas, não como expressão de um querer vaidosamente artificial, mas como resultado natural da convivência investigadora e crítica, o que, aliás, já acontecera antes em alguns Institutos isolados, como no caso, por exemplo, do ensino de Anatomia na Faculdade de Medicina da Capital; de Matemática, na Politécnica, ou de Genética, em Piracicaba. Foi esse novo espírito de dedicação à pesquisa, muitas vezes graças a convênios com entidades públicas e empresariais, que permitiu verdadeira renovação em nosso processo cultural.

Foi-se impondo, na USP, dela se irradiando para todo o Brasil, o trinômio "ensino-pesquisa-prestação de serviços à comunidade". No caso da Universidade de São Paulo, *como consequência do regime de tempo integral*, cada vez mais predominante (há estabelecimentos onde a dedicação plena atinge 90% do corpo docente) foi possível alcançar um índice bastante elevado no que se refere às investigações, tanto científicas como humanísticas.

Bastará dizer que a USP, no ano de seu centenário, com um orçamento de 200 bilhões de cruzeiros, possuía 4.798 professores e 9.900 servidores (sendo 5.905 autárquicos) distribuídos em 33 Unidades, na Capital e no Interior. Os estudantes, em número superior a 30.000 (o que dá a média elevada de 1 professor para cada 6 alunos) freqüentam 144 cursos de graduação e, note-se, 357 de

pós-graduação, sendo 204 de mestrado e 153 de doutorado, o que explica seja a USP, inclusive em razão de vários outros Institutos complementares, responsável por mais de 50% das pesquisas científicas, literárias e jurídicas realizadas no País. Seu campo de ação vai desde o ensino de Armênio e Sânscrito até pesquisas nucleares ou de Oceanografia, com um navio especializado que tem sido elemento fundamental nas expedições à Antártica que o governo federal vem proficientemente desenvolvendo.

Isto tudo não impede a existência de graves deficiências, resultantes da falta de recursos em determinadas áreas de pesquisa, com desatualizações de bibliotecas especializadas. Mas o maior mal provém do despreparo escolar, dada a decadência visível de nosso ensino médio, e o predomínio de valores ideológicos sobre os valores teóricos desinteressados no seio da juventude. Outra falha é a carência de integração mesmo quando a USP conquistou maior autonomia, adquirindo as prerrogativas de um *ente autárquico* — o que se deu em virtude do Decreto-Lei nº 13.855, de 29 de fevereiro de 1944, — a cuja feitura me foi dado participar no seio do Conselho Administrativo do Estado. Não se pode dizer que se tenha conseguido lograr maior integração entre as suas Unidades, além da decorrente da subordinação comum aos mesmos órgãos dirigentes e administrativos, mal de que padecem, em geral, as universidades brasileiras e de que se queixam não poucas das universidades européias e latino-americanas. Lembro, aliás, para dar a medida da projeção da USP nos quadros administrativos que foi, então, aprovada emenda de minha autoria, desvinculando-a totalmente da Secretaria da Educação, com a declaração expressa de que passavam a ser exercidas pelo reitor todas as atribuições antes conferidas ao titular daquela pasta no tocante à Universidade. Desse modo, o reitor adquiria *status* de secretário de Estado, passando a despachar diretamente com o governador todos os papéis relativos ao ensino superior.

Essa situação, por assim dizer, mais de correlação formal do que de efetiva integração cultural, manteve-se mais ou menos imutável até os fins da década dos quarenta, quando, com a volta ao regime democrático e a instauração das diretrizes sociais da Constituição de 1946, também a USP iria passar por uma série de modificações que, num primeiro momento, foram objeto de crítica hostil, fruto de descabido apego ao passado.

Refiro-me sobretudo a quatro pontos essenciais, que coincidem com o meu primeiro reitorado, no sentido de pôr termo a certo elitismo que ainda existia a favor de determinadas categorias de professores (Direito, Engenharia, Medicina e Filosofia, Ciência e Letras) em detrimento dos mestres das Escolas de Agronomia, Medicina Veterinária, Economia, Odontologia, ou Farmácia, conforme terminologia da época. Embora hoje nos custe admiti-lo, até outubro de 1949 houve na USP três categorias de professores, com escala distinta de vencimentos, até que o Conselho Universitário, por proposta de autoria do ilustre prof. Zeferino Vaz, subscrita por mim e por todos os conselheiros, fez ver à Assembléia Legislativa do Estado (órgão então competente na matéria) que “aquela discriminação de carreiras universitárias não encontrava qualquer fundamento, quer quanto ao grau de cultura, quer quanto à importância econômica de qualquer delas” Estabelecia-se, em suma, a *unidade cultural* no seio da USP, também no concernente ao problema não despidendo da remuneração de trabalho docente, a demonstrar a equivalência de todas as investigações, científicas ou não, consoante lema que, já no meu segundo reitorado, elaborei para circundar a torre da USP: “No universo da cultura o centro está em toda parte”

Foi na mesma época que tomei as providências necessárias ao funcionamento dos *cursos noturnos*, criados por força de dispositivo expresso da Constituição do Estado, o que significava mais uma forma de abertura da Universidade rumo aos interesses das classes sociais menos favorecidas. Talvez se possa afirmar que, complemento dessa projeção no sentido do povo, foi também a iniciativa de abrir a USP para o Interior do Estado, aprovando-se um plano orgânico de 10 Institutos regionais, infelizmente depois abandonado, tais foram as injunções político-eleitorais. Nesse plano figurava, em primeiro lugar, a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, cuja pedra fundamental foi posta por mim a 27 de abril de 1950, por sinal que após um acidente aéreo que quase custou a vida ao reitor e a vários mestres que o acompanhavam. Todavia, era tal meu empenho em fundar a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto que, apesar do desastre no aeroporto de Congonhas, seguimos todos de automóvel para aquela cidade, lá chegando alta madrugada. Perdoem-me se reivindico a fundação dessa Faculdade, depois implantada por Zeferino Vaz com alto descortino. Diga-se de passagem que, quando se comemorou o

jubileu da citada instituição, recebi uma circular comum convidando-me a participar dos festejos, enquanto especiais homenagens eram prestadas a diversas personalidades

Além disso, nessa mesma época, senti a necessidade de conferir à USP uma nova atribuição: a de *promover o desenvolvimento cultural*, quer com a criação de sua *Revista*, que ficou no primeiro fascículo, muito embora tivesse sido concebida como instrumento de integração interunidades; quer através de ciclos de conferências e exposições artísticas e literárias na Capital e no Interior. Em boa hora, pois, o reitor José Goldemberg retomou a publicação da citada Revista. Não será exagero dizer que a USP de certo modo se popularizava, sem pecar de populismo, por saber preservar sempre a sua função diretora e crítica. Quando penso no que é hoje a USP, com seus museus, suas orquestras e corais, e com as atividades culturais a cargo da Codac penso na semente lançada na década dos quarenta, quando se reestruturou a primeira Diretoria de Assuntos Culturais, diretamente subordinada ao reitor.

Cabe, outrossim, recordar que foi no mesmo período que começou a tornar-se realidade a constituição do *campus* universitário, cuja área, inicialmente programada com manifesto gigantismo, foi reduzida à atual, que a muitos ainda parece excessiva, efetivando-se a sua desapropriação. Não me cabe aqui, examinar quais os efeitos da opção por um *campus* não-integrado, com Unidades distantes umas das outras, sem haver, como nos Estados Unidos da América, áreas residenciais para mestres e estudantes, característica essencial da solução norte-americana, inspirada nos modelos de Oxford e Cambridge. Daí certo paradoxo no fato de coexistir o tempo integral de professores com o tempo parcial do corpo discente, o qual consagra à Universidade apenas o tempo que lhes consentem as necessidades da vida. Não há dúvida, porém, que o *campus*, com todas as suas possíveis deficiências, veio permitir novas perspectivas pedagógicas à USP, nem sempre devidamente aproveitadas, graças a providências tomadas pelo saudoso reitor Jorge Americano, a quem devemos a sua localização no Butantan.

Os limites deste artigo não me permitem fazer referências a outros importantes acontecimentos intermédios da história da USP. Meu objetivo é assinalar apenas os episódios ou realizações de que tive a feliz oportunidade de participar.

Foi o que se deu quando sobreveio a que poderíamos denominar terceira fase da USP, a qual tem início com a reforma universitária que se começou a implantar em novembro de 1969, coincidindo, o que muito me desvanece, com o período de meu segundo reitorado.

No fundo, ponto básico da reforma foi tentar superar a dualidade ou duplicidade de funções que se gerara com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a qual passou a ser, exclusivamente, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, adquirindo autonomia diversos Institutos básicos, os quais nasceram da simbiose de "corpos de disciplinas" daquela antiga Faculdade com as matérias correlatas das demais Unidades. Surgiram, assim, como que compondo um *ciclo básico diversificado*, os Institutos de Matemática, de Física, de Química, de Psicologia, de Geologia, de Ciências Biomédicas, de Oceanografia, de Educação, como suporte das Unidades profissionalizantes, que continuaram com a denominação de Escolas e Faculdades. Foi essa concepção plural e vertical do *ciclo básico* que a USP reivindicou para si, não se subordinando jamais à idéia uniformizante e deformadora do *custo básico* que as autoridades federais quiseram nos impingir, e que foi objeto de formal repulsa no nunca assás lembrado "Manifesto de Juiz de Fora" subscrito por mim, como reitor, pelo saudoso prof. Laerte Ramos de Carvalho e pelos professores Roque Spencer Maciel de Barros e Antonio Guimarães Ferri.

Complementando essa reformulação da estrutura universitária, com a extinção das cátedras, surgiram os Departamentos, para os quais foi mister distribuir, em curto prazo, mais de 4.000 professores, o que implicou a necessidade de superar velhos e resistentes preconceitos. Talvez tais preconceitos, ou excessivos zelos inerentes a cada Unidade, tenham levado a constituir-se um Conselho Universitário por demais numeroso, com gritante predomínio dos professores titulares, cada Unidade com dupla representação, a de seu diretor mais um membro eleito pelas Congregações, o que penso eu, não pode deixar de ser objeto de necessária reforma.

Não se compadece com a natureza destas recordações, a crítica da reforma, que auxiliiei a implantar por dever de ofício, nem sempre a julgando satisfatória, mas vendo nela antes um ponto de partida para novas experiências, como é próprio de um organismo vivo como

é uma Universidade, destinada a disseminar cultura entre o povo, sem se tornar populista, permitindo o acesso e a revelação das competências, livre de quaisquer privilégios, mas também sem quebra de valores hierárquicos que não se constituem em razão das pessoas, mas sim como resultado de natural respeito a um grau maior de saber e de experiência.

Mas, se a USP se preparava a exercer novas tarefas, tornava-se ainda mais necessário cuidar de suas estruturas físicas, ou, por melhor dizer, de prédios e equipamentos exigidos pelos Institutos recém-criados. Nessa oportunidade, foi-me de grande valia minha experiência empresarial, infensa ao estamento burocrático que prevalecia no Fundo de Construção da Universidade de São Paulo (Fundusp) que tardava em realizar obras, devido aos embaraços próprios de uma repartição pública rotineira. Feitos os cálculos, concluí que era preferível dispensar centenas de operários, pagando-lhes a indenização trabalhista, para passar a atuar no sistema de administração indireta, mediante concorrência pública entre empresas especializadas. A mudança no ritmo dos trabalhos foi rápida e manifesta, ficando a USP, além disso, livre de crescente encargo trabalhista, podendo salientar que as empreiteiras admitiram nos serviços contratados os trabalhadores que antes se vinculavam ao Fundusp, dirigido com alta competência pelo arquiteto Luciano Bernini, com a supervisão do saudoso mestre Luís Ignacio de Anhaia Melo que, por sinal, já em meu primeiro reitorado, me dera especial assistência para a elaboração do plano da Cidade Universitária o qual, sem alterações substanciais, veio a ser o definitivo. Nesse plano renovador de trabalho, foi também de grande magnitude a cooperação do Conselho do Fundusp.

Não teria, porém, alcançado resultados altamente positivos se não tivesse obtido recursos ponderáveis por parte dos governadores Roberto de Abreu Sodré e Laudo Natel, com os quais despachava semanalmente, inclusive para resolver questões relativas a aumento de vencimentos, cujas novas bases eram, depois, estendidas à Unicamp que então ia se constituindo, graças sobretudo ao pessoal docente da USP, às vezes privada da colaboração de mestres com cursos especializados no estrangeiro. Não posso silenciar que, na época, houve reação por parte dos diretores de nossas Unidades, mas todos justificá-

vamos o empenho do Zeferino Vaz em levar a bom termo a sua obra, como efetivamente o fez.

Outro ponto que desejo aqui focalizar é o relativo às atividades esportivas, reduzidas, então, a um campo de futebol de várzea e a uma quadra de basquete em precárias condições. Com recursos do Estado e da Loteria Esportiva, obtidos junto ao Ministério da Educação e Cultura, foi possível implantar todo um parque esportivo, depois completado pelo caro amigo Orlando Marques de Paiva, que me sucedeu à testa da USP.

Uma de minhas vaidades foi ter concluído o mandato sem ter havido uma só greve, não por temor das autoridades militares, mas por serem reconhecidos os propósitos do Conselho Universitário e do reitor de tudo fazer para preservar a autonomia da Universidade. Minha preocupação diuturna era impedir que preconceitos ideológicos viessem perturbar a vida universitária, influenciando na nomeação dos diretores de Institutos e Faculdades, ou na seleção das obras publicadas em coedição com várias casas editoriais, até o ponto de livros de professores cassados serem patrocinados pela Edusp, a qual adquiriu estrutura jurídica autônoma.

Outro ponto que merece ser lembrado se refere aos *campi* do Interior, os quais começaram a ser dirigidos por coordenadores dotados de relativa autonomia, merecendo verbas e atenção especiais do Fundusp, que, desse modo, passou a atuar em função de toda a Universidade. O certo é que a fisionomia da USP se transformou, adquirindo o porte que correspondia à qualidade de suas categorias docentes. O clima de confiança, então estabelecido, era tão grande que a representação estudantil no Conselho Universitário passou a ser feita por eleição direta facultativa, o que não impedia o comparecimento de significativo número de eleitores.

Igual atenção penso ter sido dada aos Institutos anexos, aos Museus e ao IPT, cuja transformação em empresa pública me pareceu um erro de conseqüências irreparáveis, por afastá-lo de suas finalidades primordiais de pesquisa não-empresarial.

Quando se fizer a história da USP, reconhecer-se-á que, mesmo em períodos aziagos, é possível preservar os valores universitários, quando a comunidade docente e discente se capacita da dignidade de seu *status*, que acaba sendo objeto de respeito e admiração, mesmo por parte de regimes autoritários.

Creio que é somente com fidelidade ao seu pluralismo e aos fins conjugados do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços à comunidade, que uma Universidade poderá afrontar as novas transformações que se aproximam, realizando a democratização progressiva dos meios de acesso à cultura, sem perda de sua função de vanguarda crítica no processo de desenvolvimento da sociedade civil, tanto no que se refere aos valores materiais, como no concernente aos de ordem espiritual.

Escrevi, alhures, que o desenvolvimento de São Paulo é, até certo ponto, um subproduto de sua Universidade, e não creio tenha exagerado. Nessa ordem de idéias, contribui ela, em primeiro lugar, com profissionais capazes que se afirmaram nas mais diversas esferas da atividade social; pelo aprimoramento de seus quadros docentes, pela manutenção de 50% dos cursos de pós-graduação do País, pelas pesquisas teóricas e operacionais realizadas em seus laboratórios e nas entidades conexas, podendo contar, felizmente com contribuição relevante proveniente da esfera empresarial, além de convênios com órgãos oficiais da União e do Estado.

É dentro dessa visão, talvez um tanto otimista, que devemos afrontar os novos problemas com a convicção de que a integração cultural da USP, que todos almejamos, não pode ser atingida tão-somente graças à crescente interdisciplinariedade das pesquisas científicas, mas também mediante valores literários, artísticos, jurídico-políticos e sociais, o que tudo contribuirá para aperfeiçoar a imagem, a nota dominante no perfil de uma Universidade, destinada a ser a cúpula envolvente de quantos nela contribuem com a parcela de seu poder criador.

A não ser assim, justapor-se-ão edifícios, não se consolidará uma instituição autêntica; poderão multiplicar-se e apurar-se núcleos de diversificada formação profissional, mas não se fundará um centro de saber que seja, ao mesmo tempo e necessariamente, um foco de irradiação de imperativos éticos e cívicos, resultantes de irrenunciável espírito crítico.

FICHA CATALOGRÁFICA

Reale, Miguel. *Recordações da Universidade de São Paulo*.
Revista da Universidade de São Paulo, São Paulo, (3)
p. 91–102, dezembro de 1986.

EVOLUÇÃO DA FARMACOTÉCNICA NO BRASIL

João Haikal Helou

Liberalli divide, didaticamente, a história da Farmacotécnica no Brasil em três períodos:

- “Brasil português, dito geralmente ‘Brasil Colônia’
- Brasil Reino e Império
- Brasil República”

Brasil Português: desde a descoberta até o século XVIII.

A prática profissional, ainda segundo Liberalli, está limitada:

- “I) às boticas dos colégios dos jesuítas (as mais célebres foram as boticas dos colégios do Rio de Janeiro, da Bahia, de Belém do Pará, de São Paulo e do Maranhão), das quais se valia também a população civil;
- II) às boticas dos hospitais militares nas sedes de guarnições importantes, e as das Santas Casas de Misericórdia;
- III) às poucas farmácias existentes nas cidades maiores (em 1765, há exatamente dois séculos, só havia três em São Paulo);
- IV) às boticas particulares, de fazendas, presídios, conventos”

Os oficiais da prática da botica não são diplomados, nos primeiros séculos.

Diogo de Castro, cristão-novo, foi o primeiro boticário a chegar à Bahia, em 1549, na comitiva de Thomé de Souza, 1º Governador Geral.

Em 1645, no Recife, é assinalada a presença do médico, farmacêutico e líder da comunidade, Dr. Abraham de Mercado.

Cabe a Antonio da Mota a primazia de receber a “carta de privilégio” outorgada pela Câmara Municipal de São Paulo, em 27 de julho de 1726, isto porque os oficiais da prática da botica não são diplomados no Brasil, nos primeiros séculos, e os cursos de Farmácia só iriam a surgir no século XIX.

Segundo Santos Filho, já na época, do Brasil Colônia, havia várias medicinas:

- a) indígena;
- b) jesuítica;
- c) africana ou negra (houve aumento do quadro nosológico pelos escravos negros);
- d) holandesa;
- e) ibérica.

A medicina na América, como aconteceu com povos antigos do Oriente Médio e circunvizinhanças, era mesclada com a religião, superstição, magia.

Entre o indígenas, havia o "pajé", "caraíba" (também significava o branco), "piaga" ou "piaí", que exercia as funções de médico, sacerdote, feiticeiro. As plantas eram colhidas frescas e sofriam prévia mastigação pelo curador ou pajé. Este, depois de friccionar com as folhas de urtiga (*Urtiga urens*) ou de cansação (*Yatropa urens*) a parte dolorida ou inflamada do corpo, incisava-a e escarificava-a com pedra afiada até que escorresse sangue. Os conhecimentos do pajé sobre a flora medicinal ficaram sendo do domínio dos padres jesuítas conhecidos por "irmãos boticários"

Um dos que mais salientaram nesse mister foi o padre José de Anchieta, considerado o patrono da Farmácia Brasileira.

Havia, como na Europa Medieval, a Farmácia Monástica, onde os jesuítas cultivavam o "horto dos simples", e exerciam a manipulação dos medicamentos, prática essa impregnada com misticismo invocando santos católicos: Santa Luzia e Santa Odília, nos casos de afecções oculares; Santa Ágata, nos males pulmonares; São Brás, nos de garganta; Santa Apolônia, padroeira dos dentistas, nas dores de dentes; São Benedito, nas mordeduras de cobra; Santo Amaro, nas ulcerações e mutilações; São Lázaro, na lepra; São Sebastião e São Roque, na peste; São Bartolomeu e São Ciríaco, nas afecções nervosas e na possessão demoníaca; São Miguel, no câncer e nos tumores em geral; São Libório, nos cálculos urinários; São Tomé, na verminose; Santo Erasmo, nas cólicas abdominais. As parturientes recorriam à Santa Margarida e à Nossa Senhora do Bom Parto. Surgiram os benzedores, benzedeiros ou rezadores que, por meio de orações, palavras santas, benzimentos e rezas curavam doenças, neutralizavam o quebranto, imunizavam o aziago e afastavam os maus-olhados.

Os escravos trouxeram da África os feiticeiros, pais-de-santo, macumbeiros, pais-de-terreiro que empregavam talismãs, amuletos, fetiches. Proliferaram no século XVI os feiticeiros brancos (portugueses e espanhóis).

A medicina preocupava-se no tratamento de doenças e afecções que acometiam o povo brasileiro: distúrbios do aparelho digestivo, do fígado, hidropisia, hemorróidas ou "almoreiras", cálculos (renais),

“gota-serena” ou “amaurose” (diminuição da vista e até a cegueira sem lesão aparente dos olhos), doenças sexualmente transmissíveis (sífilis, gonorréia), tuberculose, mordedura de cobra e de outros animais peçonhentos, dermatose, “boubá” (ou *Framboesia tropica*), “maculo” (ou “mal-del-culo”, “doença-do-bicho” ou “corrupção”), ferimentos, chagas, malária, tumores testiculares, “frialdades” ulcerações. Eram empregadas drogas com propriedades: febrífugas (ou antifebris), diuréticas, sudoríficas, sialagogas, purgativas, antidi-sentéricas (ou antidiarréicas), adstringentes, constipantes, restauradoras da potência viril, antídotos, para “purgar o fleuma do estô-mago” ou “expulsar catarros ou reimas”

São citadas, particularmente, as seguintes drogas nativas: abútua ou parreira-brava, agrião, aiapana, airi, alfavaca-de-cobra, anagelim-amargoso, ananás, andá-açu, araçá, árvore-do-bicho ou tapiá, assa-peixe, batata-de-purga, bicuíba ou ibicuíba, buranhém ou imiraé (segundo a *Farm. Bras. I*, buranhém é sinônimo da monésia), caapiá (carapiá ou contra-erva), cabriúva ou cabureira, (Nota: por determi-nação especial do Papa, a cabriúva substituiu o óleo da Pérsia, de difícil aquisição, na preparação dos Santos Óleos, nos primeiros sé-culos após o descobrimento), caju, calunga, camará ou cambará, ca-peba ou pariparoba ou cipó-de-cobra, cana-do-mato ou cana-de-maca-co, caraguatá, caroba, chicória, cipó-caboclo ou cipó-carijó, cipó-chumbo, cipó-mil-homens ou cassáú, cocleária, copaíba (bálsamo), cordão de frade, curraleira, douradinha, douradinha-do-campo, erva-andorinha, erva-do-bicho, erva-de-cobra, erva-de-lagarto, erva-mate (ou simplesmente mate), erva-do-rato, erva-tostão ou agarra-pinto, fragária ou morangueira, goiabeira, guabiraba, guaraná, ipecacuanha (poaia ou ipeca), jaborandi, jarrinha ou cassáú, jataí, jenipapeiro, jurema, jurubeba, laranjinha-do-mato, maçaranduba, mandioca, man-gabeira, mastruços, mata-pasto, oiti, pacová, pajamarioba ou fedego-so, paraíba ou pau-paraíba, pau-cobra, petume (petum, tabaco ou erva-santa), pinhão-de-purga, quina (trazida do Peru), quina-do-campo, ratânia, salsaparrilha, sargaços (algas do gênero *Sargassum*), sassafrás, tiu ou raiz-de-lagarto, umbaúba ou imbaúba.

Outras drogas importadas ou aclimatadas: açúcar branco (prin-cipal constituinte da forma farmacêutica xarope, usado também, para polvilhar sobre ulcerações da córnea), aloés, alteia, centaúrea-menor, colocíntide, cana-fístula, escamoneia, inhame (um *Araceae*

de origem provavelmente africana), jalapa, mirra, romã, ruibarbo, sândalo, sumo de laranjeira (folhas) em fricção no tratamento de picadas de abelha e de marimbondo, sumo de limão, terebentina (essência), valeriana, além de cinza das drogas vegetais. Drogas animais: banha ou sebo dos rins de bode (ou os tutanos); caldo do siri; saliva; excremento; teia de aranha; carne de tainha (em aplicações locais, substitui, muitas vezes, o unicórnio); miolos de lampreia (*Petromyzon marinus*); concreções supra-orbitárias do peixe-boi (*Trichechus inunguis*) sangue de tartaruga; leite de seio; raspas de pontas de veado.

Nota curiosa: o canto do gavião caracará (*Polyborus vulgaris*) pressagiaria o fim da vida.

Excipiente, veículos: aguardente, açúcar, azeite ou óleo, garapa, vinagre, vinho.

Fármacos: alvaiade (carbonato de chumbo), açúcar de Saturno (acetato neutro de chumbo), amônia, azougue (mercúrio), calomelano ou mercúrio doce (cloreto de mercurioso), cristal (ou cristais) de Vênus ou verdete (acetato neutro de cobre), flor de enxofre, litargírio (óxido de chumbo fundido), magnésia branca ou alva (carbonato de magnésio), manteiga de antimônio (cloreto de antimônio), pedra infernal (lápiz de nitrato de prata), pedra-lipes (sulfato de cobre), pedra-ume (alúmen, sulfato duplo de alumínio e potássio), sal amargo (sulfato de magnésio), sal de antimônio (vidro de antimônio), sal de cozinha (cloreto de sódio), sal de Glauber (sulfato de sódio), sal de Vichy (bicarbonato de sódio), pó de Joannes (óxido de mercúrio rubro), sublimado corrosivo (cloreto mercúrio), subnitrato de ferro, tártaro emético (antimônio-tartarato ácido de potássio).

Dieta. Eram receitados: caldo de galinha (clássico), caldo de vitela, carne de determinados peixes como "sadios" e "leves", farinha de aveia, leite de peito, mingau de tapioca.

As boticas vendiam frangos para a canja dos enfermos.

Filtros de amor. "Numerosos casos de intoxicações provocaram as preparações enfeitiçadas, os "filtros de amor" aconselhados pelos feiticeiros e feiticeiras. Dava-se de beber "até água de infundice", uma "espécie de lixívia feita de urina, em que se infunde ou põe de molho a roupa grossa muito suja" As feiticeiras do século XVI, de Pernambuco e da Bahia, segundo confissão do Santo Ofício, mandavam misturar no vinho o caldo de lavagem de peças íntimas do ves-

tuário feminino. "Tal beberagem avivaria o afeto dos maridos dados a conquistas amorosas, extraconjugais"

Plantas tóxicas. "Amansa-senhor" e "erva-moura" provocavam a morte quando dados a beber no vinho, leite ou água. A mandioca, cujo líquido obtido por expressão era um potente veneno. O antídoto é a raiz da própria mandioca, a "farinha de carimã" No século XVI, dava-se a eliminação do inimigo pela administração, nos alimentos, de vidro moído ou beberagem de escamoneia.

Antídotos. No tratamento de mordedura de cobras venenosas aplicava-se ferro em brasa, pólvora, aguardente, limão, sal de cozinha, água-de-coco. Triagas: vinho com sal amoníaco (cloreto de amônio), aguardente, limonada, suco de vegetais nativos "pedra bezoar ou pedra bazar", coral vermelho, aljofre, olhos-de-carangueijo, "bezoartico" ou "curvo Semedo"

Formas farmacêuticas.

a.) **Uso interno:** de cocto ou cozimento; infuso, tisana (na falta de vinho da terra, as tisanas eram veiculadas numa beberagem de milho cozido a que se adicionavam o mel; o mel servia também para "curar feridas"); poção; apozema; extrato; tintura; tônico; xarope; elixir; electuário (constituído de pós, extratos, veiculados em xarope ou mel, contendo, em certas preparações, o ópio); triaga; panacéia; laxativos ou "ajudas frescas"; aguardente; vinho e outros estimulantes; "confeição" (uma mistura de várias substâncias); pó; pílula ou "pirola", no linguajar popular.

b.) **Uso externo** (incluindo as cavidades naturais do corpo humano): água de rosas, cataplasma, linimento, pomada (tendo por excipiente a banha de porco ou de outro animal); unguento (pomada resinosa), ceroto (tendo por base o óleo e a cera), "bálsamo" (composto de vegetais narcóticos, com o azeite ou outro óleo por veículo), "opodeldoque", cataplasma (com farinha de mandioca), sinapismo (um tópico de ação revulsiva, como a "cataplasma" de mostarda); "emplasto ou emplastro" (tópico de ação emoliente), "vesicatório" (irritante destinado a produzir vesículas na pele); "cáustico"; "cautério" (ferro e pedra incandescentes, irritantes que destróem o tecido), "revulsivo" (outro irritante destinado a expedir humores), clister ou "crister" (para introdução de medicamentos pela via retal); "pedilúvio" (banho quente nos pés); fomentação; defumação; fricção com azougue ou com folhas, na parte dolorida ou inflamada do corpo.

- Notas: a.) "cristeleira" é a mulher especializada na aplicação de crister.
- b.) "barbeiro", além de cortar o cabelo e de fazer a barba, efetuava pequena cirurgia da época, isto é, sangrava e então foi chamado de "barbeiro-sangrador" ou simplesmente "sangrador": escarificava, aplicava ventosas sanguessugas, cristeres, lancetava abscessos, curativos, excisava prepúcios, tratava mordedura de cobras e extraía dentes.

Fórmulas Farmacêuticas.

Segundo Beatriz Heloisa de Figueiredo Forbes, plantaram-se rosas em São Paulo de Piratininga que eram usadas para fazer água perfumada para exportação à Corte. A água de rosas foi a primeira indústria farmacêutica brasileira.

Banha ou sebo dos rins do bode ou os tutanos misturados com pós de *aristolóquia rotunda* eram usados para untar as bexigas a fim de apagar os sinais ou cicatrizes das mesmas.

Vinagre, azeite ou óleo eram empregados na unção de pústulas e crostas. "Ungüento saturnino" (à base de sal de chumbo), vinagre de Saturno (acetato básico de chumbo líquido): emprego em fumigação, quando em excesso, provocava intoxicação. O caldo obtido do siri (crustáceo), moído, tinha aplicação nas almorreiras (hemorróidas). Miosos de lampreias e as concreções supra-orbitárias do peixe-boi, reduzidos a pó e dissolvidos n'água ou no vinho, eram usados no tratamento de "cálculo" Sangue de tartaruga ou leite de seios eram receitados em fricção no tratamento de dor de ouvido. Emplasto de almécegas e azeite, aconselhados em grave disenteria. Como antitérmico ou "anticausótico" recomendavam a aguardente, principalmente, a "aguardente prodigiosa de Miranda", beberagens e raizadas. Fórmula de emplasto: passa de figos, cebolas, esterco de pombo e manteiga. Massa antiboubática: caroba, salsaparrilha, sene, jalapa e calomelano. "Cuias" ou "sacatrapos" eram feitos de pano, fios ou algodão, embebidos em limão e a que juntavam pimenta, aguardente e pólvora para o tratamento anal do maculo. Outra fórmula de "sacatrapos" ou "bolos": limão, fumo, sal, pedra-ume, salitre, pimenta, pólvora, aguardente para introdução anal no "sesso", no tratamento do maculo. Com essa mesma finalidade, eram preparados "bo-

los" de massa forte: acetato de cobre ("verdete"), "maçãs" de algodão, cânfora, limão, tabaco, sal e pimenta. Bochechos com limonada, infusos de plantas medicinais, dentes de alho espremido nas cáries. Quintfílio: preparação à base e antimônio.

Para o tratamento de escorbuto ou "peste náutica" ou "mal de Luanda": cozimento de raiz de chicória, grama, fragária, douradinha, mastruços e cocleária-três libras (1,36 kg.) – de ervas frescas ou 680 g. de drogas secas; confeição de diatártaro reformada (composição purgativa hidragoga, cuja base era o cremor de tártaro) e sal catártico (sulfato de magnésio) – de cada um, três onças (93,3 g.); antimônio diaforético marcial (biantimônio ácido de potássio ou óxido branco de antimônio) e espírito de cocleária – de cada um, duas onças (62,2 g.); xarope de chicória de Nicolau com ruibarbo – três onças *fluidas* (88,8 g.), misture-se. Foram famosas as seguintes preparações: *Teriaga brasileira*, dos jesuítas; bálsamo de copaíba; "água de Inglaterra", febrífugo à base de quina dissolvida em vinho, também conhecida por "Água Inglesa"; *Teriaga magna*; Água da Rainha da Hungria; elixir paregórico. Como alexifármacos ou contravenenos eram conhecidos: vomitórios, clisteres de tabaco, azeite, tintura de ópio via oral, banhos quentes, enxofre pulverizado, fricções contínuas com panos quentes.

Operações Farmacêuticas.

Dissolução em água ou em sucos (sumos) de plantas; de cocção e infusão.

Aparelhos e Utensílios.

A botica, a partir do século XVI, estava aparelhada com: mesa, armações de madeira, bancos, balões, boiões, potes, vasos e frascos cheios do simples ou símplices medicinais, copos graduados, cálices, botijas, cântaros, jarros, funis, facas, bastões de louças, almofarizes e grais, alambiques, destiladores, cadinhos, retortas, panelas, tenazes, balanças e pesos. As pílulas eram acondicionadas em caixinhas de madeira. Empregavam duas pedras para moer as drogas. Usavam o ferro em brasa em ferimentos por mordedura de cobras peçonhentas. No século XVII, empregava-se seringa metálica para injeção de balsâmicos na uretra e cateterizava-se com a "tenta", ou sonda de chumbo, a precursora das de goma e das de borracha, empregada no tratamento da blenorragia.

Os pesos correspondiam aos da farmácia européia. O quartilho, fracionado em metade, em um quarto, é equivalente a 0,665 L; a onça (28,69 g.), a oitava (3,58 g. ou a oitava da onça); o escrúpulo (1,125 g.) e grão (50 mg., mais ou menos); além do arretel ou a libra, a canada. Outras medidas eram determinadas apenas pela prática: "narigada" (uma pitada), "pequenas porções", "aos copinhos"

Na ausência de escola, era na própria botica que se procedia ao ensinamento da profissão, através da prática, como "aprendizes-de-boticário", "práticos-de-botica" ou "moços-de-boticários" Submetiam-se a exame perante os comissários do Físico-mor do Reino, para obtenção da "carta de examinação"; quando, então, passavam a exercer o ofício, estabeleciam-se com botica e contratavam aprendiz.

Brasil Reino e Império.

Esse período começa com a mudança da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808.

A primeira Cadeira a ensinar a arte farmacêutica é criada na Escola Anatômica, Médica e Cirúrgica do Rio de Janeiro, por decreto real de 12 de abril de 1809, denominada "Medicina clínica – teórica e prática de princípios elementares de matéria médica e farmacêutica" para a qual foi nomeado o dr. José Maria Bontempo. Os médicos estudam Farmácia praticando a manipulação.

Em 1829, funda-se a Sociedade de Medicina, no Rio de Janeiro, atual Academia Nacional de Medicina, que cria a seção de Farmácia e inicia estudos para a criação do curso farmacêutico.

O curso de Farmácia, com três anos de duração, nasce a 3 de outubro de 1832, em anexo às Escolas de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, criadas por José Corrêa Picanço.

Em 1839, funda-se a primeira escola autônoma de Farmácia, de Ouro Preto, na capital da Província de Minas Gerais. Em 1851, surge, no Rio de Janeiro, a Sociedade Farmacêutica, tendo como órgão oficial a Revista Farmacêutica, sob a direção de Ezequiel Corrêa dos Santos Júnior.

No dia 29 de setembro desse mesmo ano, é regulamentado o exercício profissional para os portadores de diploma de farmacêutico.

O decreto nº 2.055, de 19 de dezembro de 1857, do Governo Imperial, referendado pelo Ministro de Negócio do Império, Marquês de Olinda, "estabelece as condições com que aos farmacêuti-

cos não habilitados se há conceder licença para continuar aberta a botica” Estabelecimento é botica e profissão farmacêutica. A palavra botica desapareceu oficialmente em 1886. No Rio de Janeiro, funda-se o “Instituto Farmacêutico”; em São Paulo, a botica “Ao Veado d’Ouro”, pelo alemão Gustavo Schaumann. Em 1865, havia, em São Paulo, seis boticas.

Em 1838, Ezequiel Corrêa dos Santos, dedicado ao estudo de plantas medicinais brasileiras, obteve a pereirina do pau-pereira, em colaboração com Soullié e Dourado.

No final do século XIX (1870), começa a aparecer a indústria farmacêutica nacional com Eugênio Marques de Holanda, que foi presidente do Instituto Farmacêutico.

Em 1877, realiza-se no Rio de Janeiro, o primeiro Congresso Brasileiro de Farmácia, tendo sido, igualmente, o primeiro congresso científico promovido na América do Sul.

Nesse mesmo ano, deu-se o passamento do grande botânico paulista, o farmacêutico Joaquim Corrêa de Mello, cognominado “Quinzinho da botica”, que redigiu comunicações e memórias publicadas nos anais da “Linnean Society” de Londres, da qual era o único sócio correspondente da América do Sul.

Em 1886, houve uma tentativa, sem sucesso, da criação da Escola Superior de Farmácia, com quatro anos de duração, por iniciativa do Instituto Farmacêutico.

A partir da segunda metade do século XIX, começam a surgir em várias províncias do Império, associações farmacêuticas e às vezes, médico-farmacêuticas: Associação Médica e Farmacêutica do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, 1850; Sociedade Farmacêutica Brasileira, Rio de Janeiro, 1851; Sociedade Farmacêutica do Maranhão, em São Luís, 1853; Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro, 1858; Sociedade Médico-Farmacêutica de Campos, Rio de Janeiro, 1879.

A partir de 1794, todas as boticas eram obrigadas a ter um exemplar da “Pharmacopéia Geral para o Reino e Domínios de Portugal”, de Francisco Tavares. Os boticários recorriam à consulta de outros livros; “Pharmacopéia Ulissoponense”, de João Vigier (1716), “Colóquios dos simples e Drogas da Índia”, de Garcia da Orta, impressos em Goa (1563); “Coletânea Farmacêutica” de Antonio

Marrins Sodré (1735); "Farmacopéia Lusitana", de João Antunes (1704); "Farmacopéia Bateana"; "Farmacopéia Tubalense"; "Farmacopéia Dogmática, médico-química e teórico-prática", dois volumes, de Frei João Jesus Maria (1772); "Pharmacop e Universelle", de Jordan (1884); "Codex Medicamentarius Gallicus", "L'Officine" de Dorvaout (1884), "Traite de Pharmacie", de Sobeiran-Regnauld (1885); "Formulário e Guia Médico", de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz (1843).

Brasil República.

Em 1897, coube a Porto Alegre a instala o da segunda Escola de Farmácia, no Brasil.

No ano seguinte, funda-se a Escola de Farmácia, em São Paulo.

Em 1917, foi oficializada para o Estado de São Paulo a primeira farmacopéia nacional, a "Pharmacopéia Paulista", de autoria de farmacêuticos paulistas.

Surgiram outras entidades farmacêuticas: Centro Farmacêutico Brasileiro no Rio de Janeiro (1894), União Farmacêutica do Rio Grande do Sul (1896), Centro Farmacêutico de Juiz de Fora (1896). Realizam-se, periodicamente, congressos, conven es, semanas farmacêuticas brasileiras e pan-americanas.

A lei "Epitácio Pessoa", em 1901, diminui o curso de Farmácia para dois anos e são em 1911 a reforma "Rivadavia Corr ia" restabelece em três anos a dura o do ensino farmacêutico. Em 24 de agosto de 1913, funda-se em São Paulo, a União Farmacêutica de São Paulo, a decana das entidades farmacêuticas brasileiras e, em 1916, é a vez do Rio de Janeiro criar a Associa o Brasileira de Farmacêuticos. Realiza-se no Rio de Janeiro, em 1922, o 1  Congresso Brasileiro de Farmácia, onde Rodolpho Albino Dias da Silva apresenta o anteprojeto da "Pharmacopéia dos Estados Unidos do Brasil", que   oficializada em 1926 e tornou-se obrigatória a partir de 1929.

Em 12 de outubro, funda-se em São Paulo a Sociedade de Farmácia e Química de São Paulo. Em 1931, é publicado o decreto n  19.606, que regulamenta o exercício da profissão farmacêutica no Brasil.

Em 13 de agosto de 1938, funda-se no Rio de Janeiro a Academia Nacional de Farmácia.

Em 1959, foi oficializada a 2  edic o da Farmacopéia dos Esta-

dos Unidos do Brasil, elaborada pela comissão de Padronização Farmacêutica do Estado de São Paulo.

A lei federal nº 3.820, de 11 de novembro de 1960, cria os Conselhos Federal e Regionais de Farmácia.

Em 1976, é oficializada a 3ª edição da Farmacopéia Brasileira, que saiu a lume no ano seguinte.

Está sendo elaborada a 4ª edição da Farmacopéia Brasileira, quatro volumes.

O ensino de Farmacotécnica ou, melhor, Farmacotecnia começou com o bel. João Florentino Meira de Vasconcellos, que nasceu em 5 de janeiro de 1865, na então "Parayba do Norte" e faleceu em 13 de março de 1919, em São Paulo.

A Cátedra denominava-se "Pharmácia Teórica e Prática ou Pharmacologia" Meira de Vasconcellos foi, inicialmente, proprietário da Farmácia Meira, em Campinas. Fundador e primeiro presidente da "Sociedade Farmacêutica Paulista"; chefe do "Laboratório Farmacêutico" da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, co-autor da "Pharmacopéia Paulista"; autor de livro didático "Elementos de Pharmácia", 1906 (2ª edição em 1924) e notas sobre "Limão Bravo"

Após seu falecimento, sucedeu-lhe o prof. Alfredo Augusto da Silva, que exercia as funções de lente substituto.

Em 1929, a denominação da Cátedra passou a ser Farmácia Galênica e seu regente foi prof. H. Alfredo Pucca.

Na Faculdade de Farmácia e de Odontologia da Universidade de São Paulo, foi adotado o nome de Farmácia Galênica e como regente, o prof. dr. Filinto Haberbeck Brandão, nascido a 13 de dezembro de 1878, em Florianópolis, Santa Catarina e falecido em São Paulo, em 16 de abril de 1946. A partir desta data, a Cátedra passou a ser regida, inteiramente, e a partir de 19 de outubro de 1948, em caráter efetivo, pelo prof. dr. Carlos Henrique Robertson Liberalli, que era natural do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Nasceu a 13 de setembro de 1909 tendo falecido, em São Paulo, a 26 de setembro de 1970.

A partir de 6 de março de 1969, pela aposentadoria do prof. C. H. Liberalli, a disciplina de Farmacotécnica, bem como a disciplina subordinada, Tecnologia Farmacêutica (atualmente Farmacotécnica Industrial) passaram a ser regidas pelo prof. dr. João Haikal Helou, nascido a 13 de agosto de 1921, em Santa Cruz, Estado de Goiás.

Com a Reforma Universitária, 1970, as cátedras foram transformadas em disciplinas e as disciplinas afins passaram a constituir o departamento, menor unidade de ensino dentro das faculdades e institutos.

LEITURAS RECOMENDADAS

- ÁLBUM DROGASIL. São Paulo, edição comemorativa do IV Centenário da Fundação da cidade de São Paulo, 1954.
- SANTOS FILHO, Lycurgo. *História geral da medicina brasileira*. São Paulo, Hucitec — Edusp, 1977.
- VOTTA, R. *Breve história da farmácia no Brasil*. Rio de Janeiro, Laboratórios Enila S.A., 1965.
- WIZNITZER, A. *Os judeus no Brasil Colonial*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1966.

REVISTAS

- BERNI, D. Primórdios do ensino farmacêutico no Brasil. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, 39: 201-206, 1958.
- CARVALHO, J. C. Contribuição sobre as origens da Imprensa Farmacêutica. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia*. 4 (5/6): 41-43, de 1959. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro: 40: (5/6), 1959.
- CASTRO PEREIRA — Pharm. João Florentino Meira de Vasconcellos. *União Farmacêutica*, São Paulo, 4 (3): 47-54, 1919.
- HISTÓRIA DA FARMÁCIA NO BRASIL. *Álbum Drogasil*. São Paulo, edição comemorativa do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo, 1954, p. 40-55.
- LIBERALLI, C. H. — Anchieta, o primeiro boticário de Piratininga. *Álbum Drogasil*. São Paulo, edição comemorativa do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo, 1954, p. 150-152.
- LIBERALLI, C. H. — O centenário da oficialização do nome de "Farmacêutico" no Brasil. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia* 2 (8): 21-22, 1957. *Revista Brasileira de Farmácia*. Rio de Janeiro 38 (8), 1957.
- LIBERALLI, C. H. — José de Anchieta, o boticário. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia*. 7(7/8): 33-35, 1962. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, 43 (7/8), 1962.
- LIBERALLI, C. H. — A primeira cadeira de Farmácia no Brasil. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia*. 3(4): 23-24, 1958. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, 39 (4), 1958.
- LIBERALLI, C. H. — O primeiro boticário no Rio de Janeiro. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia*. 3(7/9): 27-29, 1958. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, 39(7-9), 1958.
- LIBERALLI, C. H. — Sesquicentenário do Ensino Médico no Brasil. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia*. 3(3): 35-36, 1958. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, 39 (7-9), 1958.
- MOURA JÚNIOR, J. C. — Campinas e a botica "Ao Veado d'Ouro" *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia*. 5 (5/6): 33, 1960. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, 41(5/6), 1960.
- NEME, M. — O primeiro farmacêutico de São Paulo. *Álbum Drogasil*. São Paulo, edição comemorativa do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo, 1954. p. 121.122.
- OLIVEIRA, A. — Cem anos de ensino de Pharmácia Galênica. *União Farmacêutica*, São Paulo, 14(10): 389, 391, 393-400, 1933.

- SANTOS FILHO, L. C. — Récpes e boiões. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia*, 1(7): 25-29, 1956. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, 37 (11), 1956.
- VOTTA, R. — O ensino da Farmácia em São Paulo. *Álbum Drogasil*. São Paulo edição Comemorativa do IV centnário da fundação da cidade de São Paulo, 1954, p. 118-120.
- VOTTA, R. — A "triaga brasilica" dos Jesuítas do Colégio da Bahia. *Boletim da Sociedade Brasileira de História da Farmácia*, 5(9/10) 31-40, 1960. *Revista Brasileira de Farmácia*, Rio de Janeiro, 41, 1960.

FICHA CATALOGRÁFICA

HELOU, João Haikal. "Evolução da Farmacotécnica no Brasil". *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, (3): p. 103—116, dezembro de 1986.

**A TRADUÇÃO E ALGUNS
DE SEUS PROBLEMAS**

Orlando Marques de Paiva

É de todos conhecida a importância da tradução no mundo científico e cultural. A propósito do assunto, não disponho senão de uma experiência miúda, enquanto tradutor. Valho-me, antes, de uma limitada, mas razoável avaliação das dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores com atividades em áreas técnicas, quando buscam valer-se de resumos ou de textos em língua estrangeira. A correta leitura desses textos destinados à difusão de descobertas e divulgação de opiniões — já que a literatura científica, registro permanente da comunicação entre cientistas, é, também, a história da ciência — depende, como afirma Flesch, da capacidade de nos abstrairmos dos moldes mentais a que estamos habituados. De fato, compreende-se que seja assim, pois, para a condição humana, diz Fidelino Figueiredo, a palavra que veste o pensamento, há de ser, a um tempo, fator de unificação de alguns e fator de separação de muitos, porque essa palavra tem de ser carne da nossa carne, palavra bebida com leite materno, empapada no sangue das nossas experiências dolorosas, palavra ouvida em torno da soleira da nossa porta, palavra que nos diz que somos diferentes da turbamulta que pulula sobre a terra e nos filia num clã, numa casta, numa classe, numa pátria, palavra de essência unificadora, porque nos classifica, e separadora, porque nos caracteriza. Em definitivo, concordemos com Sapir, a linguagem é um produto da cultura e não uma função biológica.

Não padece a tradução técnico-científica exatamente dos mesmos percalços a que está sujeita a tradução da obra literária, embora lidem ambas com igual substrato, no caso a língua, ou melhor, as línguas em jogo, cujas diferenças essenciais, tendências gerais, tradições e hábitos, conforme bem diz Ronái, o tradutor não pode desconhecer.

Não me pronuncio, fique claro, na qualidade de profissional, e sim como o professor de Anatomia que na área de sua especialização vê-se a cada passo premido a ajudar-se de livros e de periódicos redigidos em diferentes idiomas; que a cada passo vê-se estimulado a pôr no papel, a transformar em palavras, suas idéias, suas conclusões. Quando, faz pouco, falei em percalços algo diferentes, pretendi insinuar que, inegavelmente, os tradutores científicos ou técnicos e os tradutores literários têm barreiras comuns a vencer. Vão da preferência pelo verbo a utilizar-se à seleção do substantivo a empregar-se; da escolha do qualificativo adequado à opção entre preposições.

Há, em suma, o aspecto redacional que envolve inclinações pessoais a que cumpre impor severa vigilância, a fim de evitar venha a afeição à forma a dano da precisão do conteúdo. Segundo consta, quando uma sentença ficava extremamente complexa, Charles Darwin perguntava a si mesmo: "Ora, que é que pretendo dizer?" Hemingway, diz-se, escreveu 39 vezes a última página do seu livro "Adeus às Armas", antes de considerar-se satisfeito. Wells chegava a rever até sete vezes seus escritos. Afinal, ao escrevermos o que pensamos já praticamos uma modalidade de tradução.

A respeito, ensina Barrass, na comunicação escrita estão envolvidos dois processos. O primeiro, no espírito do autor, é a seleção de palavras capazes de exprimir seu pensamento. O segundo, no espírito do leitor, é a conversão das palavras escritas em pensamentos. O ponto mais difícil nessa comunicação é o de assegurar que os pensamentos criados na mente do leitor resultem os mesmos gerados pela mente do autor. Mas se este leitor é o tradutor, cumpre-lhe dar andamento a tarefa ainda mais complexa. Senão vejamos: se uma comunicação intralingual deve passar a interlingual, vale dizer, se as palavras da língua de origem devem converter-se em pensamentos da língua-alvo, então ao tradutor cabe a dupla função de interpretar o sentido dessas palavras e de convertê-las em palavras da língua-alvo, livres de desvirtuamento, o que, afinal, representa novo ato tradutório; só assim os pensamentos do autor da língua de origem podem chegar sem manchas ao leitor da língua-alvo. Daí, a cautela exigida. Esse, aliás, é um dos terrenos que por igual palmilham o tradutor científico ou técnico e o literário.

Fica patente, assim, insista-se, quão importante é procurar uma interpretação feliz; e isto vale para o autor, para o tradutor e para o leitor. A interpretação feliz equivale a triunfar sobre o acaso. Como pretende Richards, precisamos deixar de ver a má interpretação como um simples e lamentável acidente. Precisamos encará-la como evento normal e possível. É fundamental ter sempre presente os leitores, e mais, prever as perguntas que poderão fazer. Com muito critério, Warner preceitua: eles desejam informações relevantes, bem-organizadas, claramente expostas e suficientemente explicadas. Numa conversa, indagariam: Quem? Que? Onde? Por que? Como? O autor deve formular estas perguntas a si mesmo — elas funcionam qual abridores de latas.

Conforme se nota, na comunicação escrita estão efetivamente envolvidos dois processos e, na tradução interlingual, outros dois.

Em resumo e acima de tudo, como quer Sprat, a comunicação deve ser formulada de maneira tal que a era atual e a posteridade possam capacitar-se a assinalar erros que tenham ganho corpo em virtude de sua longa prescrição; a restaurar Verdades que ficaram no olvido; a dar às Verdades já conhecidas novas e variadas aplicações; e a aplainar e abrir caminho rumo àquelas que permaneceram ocultas.

Reconhecido o notável papel do tradutor, é de lastimar-se, e a injustiça surge flagrante, não se lhe dê o merecido valor. Assiste, pois, razão a Dominique Aury ao prefaciá-lo livro de Mounin, quando qualifica o tradutor de trabalhador anônimo.

Escolha-se um livro qualquer traduzido. Na capa, em destaque, e isto é aceitável, o nome do autor e o do editor. Já o tradutor, há que procurá-lo na página do título interno e, ainda, reage Aury, em face desta página, bem lá em cima ou bem lá embaixo, impresso com os menores caracteres possíveis e o mais dissimuladamente possível. Ali se localiza o nome do mísero tradutor, conclui.

É incontestável que a língua não representa uma coleção de palavras. Se me permitem, diria até que a língua é uma soma de línguas, ou melhor, "a língua é o produto social depositado no cérebro de cada um". De fato, a ciência e as artes, as diferentes técnicas, as múltiplas profissões fazem uso de terminologias próprias. Até nas formas mais comuns do fazer humano isso acontece. Considerem-se os exemplos que os temos à farta: o linguajar dos comentaristas políticos e dos próprios políticos; o dos economistas, que chegou a merecer o nome de "economês"; o dos policiais; enfim, poderíamos citar uma infinidade de casos que têm gírias características. Assim, o fim da linguagem é a um tempo, diz o autor de "Luta pela Expressão", duplo e contraditório: comunicação e cerceamento. Leva-nos para fora de nós, mas reentra-nos em nós pela vida de fraternidade e entendimento com aqueles que são nossos iguais, pelas emoções comuns, pelo ofício e pelos interesses.

Foram para mim muitas as dificuldades na busca de fontes bibliográficas, apesar, comenta-se, do elevado número de pesquisas que se vêm realizando nesta área nos últimos anos. A tradução, convém lembrar, já era uma disciplina antes que a lingüística cogitasse de acolhê-la. Nem foi outra a razão que levou o prof. dr. Erwin Theodor

Rosenthal a pleitear a organização de cursos especializados para tradutores na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Mas, voltemos às fontes bibliográficas. Expõe Jean-René Ladimiral: são muitas as contribuições pontuais e específicas e, como discurso científico, fragmentárias; apresentam evidentes sinais da época em que surgiram, provisórias e epistemologicamente colocadas em relação a determinadas “frentes científicas”, estas representativas de certas correntes históricas. Tudo leva a crer e arrisco-me bastante ao dizê-lo — valha-me a propósito o respaldo de Mounin — que os tratados de lingüística pouco se preocupam com as questões da tradução, o que não significa ocorra o mesmo com os lingüistas. Não teria sido por isso que o citado professor sonhou com a criação de um conjunto independente de disciplinas dedicado à tradução? Afinal, em vários países existem instituições universitárias que possibilitam a conquista de diplomas por tradutores e intérpretes. E por quê?

As distâncias encurtam-se, os meios de comunicação aperfeiçoam-se cada vez mais, os países, por assim dizer, avizinham-se e o problema crucial continua a ser a transmissão de imagens mentais por meio de palavras.

Como quer que seja, a tradução, conceituam Taber e Nida, consiste em reproduzir na língua receptora ou língua-alvo a mensagem da língua-fonte ou língua de origem, por meio do equivalente mais próximo e mais natural, de imediato no que diz respeito ao *sentido*, em seguida no que concerne ao *estilo*. Com esse propósito, é fundamental estabelecer a distinção entre *estrutura de superfície* e *estrutura profunda*. A primeira, assim designada por ser diretamente acessível ao examinar-se um texto; a segunda, objeto de diversas tendências, é idêntica à *estrutura semântica*. Então, de acordo com Taber, ou a língua dispõe da estrutura semântica e não da de superfície, e, neste caso, quase todas as opções significativas se encontram nessa estrutura, enquanto a sintaxe reduz-se a um algoritmo, mais ou menos automático, que converte as estruturas semânticas em *estruturas fonológicas*, ou as relações entre ambas as estruturas, semântica e de superfície, são representáveis por transformações bastante complexas. Concluindo, Taber assinala que as estruturas profundas de diferentes línguas assemelham-se bastante, enquanto as de superfície variam quase ao infinito, por derivarem de transformações diferentes.

Eis como se explica o insucesso do método de tradução que se baseia num algoritmo de correspondências entre as estruturas de superfície das línguas. Isto porque as apartam três ordens de diferenças enormes: entre as estruturas de superfície e profunda da língua-fonte; entre as estruturas profundas das duas línguas; entre a estrutura profunda e a de superfície da língua-alvo.

À base destes fundamentos, Taber parte para a discriminação de sentido e estilo: a) sentido é na essência idêntico à estrutura semântica e deve tentar-se, a todo o custo, transferi-lo de uma à outra língua; b) quanto à estrutura de superfície, compreendendo sintaxe, morfologia e vocabulário, as escolhas sujeitam-se amplamente às opções prioritárias que se operam ao nível semântico; há aqui, portanto, basicamente um automatismo; c) como, todavia, existem vários meios possíveis para representar a estrutura semântica, será o naipe de escolhas entre esses meios que configurará o estilo; d) posto que o estilo é parte da estrutura de superfície — e aqui as línguas mais variam entre si —, a boa tradução procurará apresentar o estilo do texto original, por via de um estilo funcional equivalente, de preferência a um formalmente idêntico, na língua receptora. Afinal, alguém já o disse, equivalência é a bitola da tradução.

Efetivamente, no tipo de tradução em que só o sentido importa — e isto ocorre também na área científica —, pode proceder-se, segundo Vives, com bastante liberdade; é possível omitir-se o que para o sentido carece de importância e aduzir-se o que logra trazer-lhe alguma contribuição; duas ou mais palavras podem ser traduzidas por uma única e vice-versa, ou mesmo é admissível acrescentar-se ou suprimir-se alguma coisa.

Assim sendo, não se justifica exprimir em uma língua as figuras e expressões de outra, particularmente as que constituem idiotismos. Nem há razão, estabelece o próprio Vives, para escolher solecismos ou barbarismos a fim de reproduzir o sentido com igual número de palavras, “o que fizeram realmente em Aristóteles e na Sagrada Escritura” Repetimos: tal parece válido sobretudo para textos científicos e ideológicos ou, ainda, para os de caráter informativo.

Não apenas lançar no papel o que pensamos representa ato tradutório. Já repararam que sem as palavras não conseguimos pensar? E que nossa capacidade de pensar é, sem dúvida, diretamente proporcional ao número de palavras sobre as quais temos domínio? Na rea-

lidade, o vestirmos com palavras nossos pensamentos, também ao falar, significa igualmente traduzi-los. E não é verdade que quando levamos a cabo erradamente este tipo de tradução temos o costume de alertar o ouvinte com um “não é bem isto que eu queria dizer”, o mesmo se dando sempre que a mensagem não foi por ele bem-traduzida? Nesses casos, praticamos a tradução intralingual. Mas existem outras modalidades de tradução, como é o caso da sócio-lingüística. Se alguém nos diz “está difícil” — e o exemplo é de Rónai —, simplesmente interpretamos por “não”; se nos diz “é dureza”, interpretamos por “está difícil”; o “arrume-se” significa, conforme as circunstâncias, “tome você as providências”; o “nem pensar nisso” corresponde, às vezes, a um “impossível”; e um “tudo bem” ou mais simplesmente um “tá”, variante aferética de “está”, hoje em voga, usamos traduzi-los por “de pleno acordo”. Já a tradução inter-semiótica prescinde de palavras: a mão exibida em movimentos rápidos, sucessivos e alternados pela palma e pelo dorso, é entendida como “mais ou menos” ou “assim, assim”. Neste caso, como é óbvio, a interpretação cabe a terceiros.

Mas a tradução interlingual é a que nos merece particular atenção e, no caso pessoal, a tradução técnica ou científica. Não se admite, em se tratando de tradução interlingual, o exercício de trocar palavra por palavra, a de uma língua pela de outra, como se desvinculadas do contexto. E aqui cabe dar relevo à questão da monossemia e da polissemia. Na monossemia não há lugar para ambigüidades, ou seja, dado termo é aplicado a uma só noção, invariável, independentemente da língua considerada. Exemplo dos melhores é o da palavra “janela”. Qualquer dicionário multilingüe ou mesmo a máquina de traduzir levará necessariamente a uma noção uniforme. Já na polissemia — reflexo da tendência do espírito humano à metáfora ou alegoria — certas palavras apresentam significados os mais diversos.

Falamos ou escrevemos com freqüência “aurora da vida”, “fina flor” e “flor dos anos”, “dar o prego”, “andar na fossa” e, em Anatomia, é comum ler-se ou escrever-se “a artéria e o nervo correm ou caminham”. Colhamos mais dois exemplos do inglês: *hang up the spoon*, “pendurar a colher”, durante a Primeira Guerra Mundial correspondia a morrer, porque nas trincheiras penduravam e não mais utilizavam as colheres dos soldados mortos; *pin up girl*, “garota de alfinetes”, significa garota que vale a pena pendurar por meio de alfinetes.

E ainda outro exemplo, este do francês, os três selecionados por Coseriu: *grève* é traduzido por “cais” ou “praia”; ora, o decidirem os operários paredistas reunir-se nos cais do rio Sena, fez que a mobilização dos trabalhadores, com objetivos reivindicatórios, passasse a chamar “greve”, termo, aliás, empregado em nossa língua.

Tome-se, em português, a palavra isolada “folha” Como identificar se se cogita de uma lâmina ou chapa metálica, de um pedaço de papel, de uma página de livro, de um órgão das plantas floríferas, da divisão de uma porta ou do uso que desse vocábulo se faz na expressão “nova em folha”? Fora do contexto, a palavra perde o sentido. Por isso, não há como imaginar-se a tradução literal. Para o tradutor, situação vantajosa é topar com casos em que à polissemia da língua de origem corresponde a monossemia da língua-alvo. Veja-se a palavra “fio”, em português — ela tanto se aplica a fio têxtil quanto a fio metálico. Em inglês, todavia, a distinção é perfeita: o fio metálico é *wire*, o têxtil *thread*. Portanto, como se verifica, situação que requer maior atenção é a inversa, ou seja, quanto à monossemia da língua de origem nos deparamos com a polissemia na língua-alvo. Imagine-se, então, as dificuldades a superar sempre que nos encontremos ante a tradução de termos polissêmicos nas duas línguas. Não se imagine, entretanto, que inexitem versões livres, que eu chamaria mesmo de cogentes, de obrigatórias. Como traduzir “Aufwiedersehen” ou “Arrivederci” se não por “até logo”? Em situações que tais conta bem menos a língua de partida que a língua de chegada.

Como se nota, “o sentido de um enunciado não é a simples soma dos vocábulos que o compõem” Quem traduz cuidadosamente palavra a palavra, está longe de resolver a equação das equivalências em termos de identificação. Não resisto a citar aqui a experiência vivida por Francisco da Silva Júnior quando, há vários anos, viu-se diante da tarefa de traduzir, em Hollywood, um filme cujo título em inglês era “You can’t take it with you” Pois, em português, a película foi intitulada “Do mundo nada se leva. ”, que depois virou dito popular. A tradução ao pé da letra diria bem menos . Como se observa, busca-se acima de tudo a equivalência e não a sinonímia. Mas o que aconteceria se vertêssemos para o inglês este “Do mundo nada se leva”? O resultado seria “From this world one takes nothing”, caso a tradução fosse literal, o que significaria igual

absurdo. Criar a imagem mental, insistimos, eis o problema. Que nada falte do sentido mesmo que falte algo das palavras.

A metáfora, como manifestação da fantasia humana, não pode ser definida. Sua maior ou menor aceitação depende menos do prestígio de quem a criou e, bem mais, e mais comumente, acredito, da expressividade do signo inventado. Mas, os signos também envelhecem — e, como observam, valho-me de outra metáfora — em virtude de tabus lingüísticos, ou seja, em razão da tendência a lançarmos mão de “expressões menos próprias que nomeiem sem nomear”. Por vezes não dizemos “bendita hora” em substituição a “maldita hora”? E há a considerar, igualmente, a antonomásia: ao invés de “coisas do diabo” não se ouve dizer “coisas do tihoso”? Não fiquem sem menção as conhecidas interdições de vocabulário motivadas por credices ou de cunho emotivo. É bastante raro ouvir-se “fulano morreu”; o habitual é falar-se “fulano foi-se”. Enfim, as palavras estão em constante mudança. Por isso, afirma-se, dada palavra “considerada em dois momentos sucessivos de sua continuidade de emprego numa comunidade, não é *ni tout a fait une autre, ni tout a fait la même*. Não só as palavras mudam, porém; Ladimiral faz justa referência ao poder separador do tempo: o fato de por vezes não se pertencer à mesma geração, basta para já não se falar a mesma língua.

Não vamos preocupar-nos muito com a sinonímia, figura por meio da qual se transmite a mesma idéia mediante o emprego dos sinônimos — termos que têm igual significação ou significação quase idêntica. Exemplos: morte e perecimento, tolo e palerma.

Nem nos deteremos no estudo da paronímia, isto é, no exame dos vocábulos parônimos — termos que têm a mesma origem, o mesmo radical, ou a mesma desinência, ou som semelhante. Exemplos: destratar e distratar, contusão e confusão, discricção e descrição, vultoso e vultuoso.

Igualmente, não cremos oportuno ocupar-nos mais extensamente da homonímia, vale dizer, das palavras que têm caráter homônimo — termos que têm o mesmo som, mas cujo sentido, natureza e, por vezes, ortografia, são diferentes. Exemplos: falácia, qualidade de falaz, fraudulento e falácia, engano ou ilusão; laço, de laçada e lasso, frouxo. No primeiro caso, estamos diante de palavras homógrafas e homófonas; no segundo, frente a palavras apenas homófonas.

Deixando de lado sinônimos, parônimos e homônimos, fixemos agora no que os tradutores chamam de “falsos amigos” ou vocábulos enganosos, presentes em todas as línguas. São vocábulos semelhantes em sua grafia a palavras da língua portuguesa, mas com sentido completamente diverso. De todas as línguas, como é facilmente imaginável, exige-se, a propósito, maior conhecimento do tradutor no castelhano. Em quase todas as páginas de um livro há sempre o “falso amigo” à espreita. Pois não é que já se traduziu “Maria quedó enojada” (Maria ficou zangada) por “Maria ficou enojada”? exemplifica Brenno Silveira. Este conhecido tradutor não encontrou para “Sus faldas eram largas, de colores vivos” a tradução “Sua saia era larga (e não longa), de cores vivas”? Em francês, *sage femme* (parreira) não se converteu em “mulher sábia”? E não houve um jornal — cito ainda aquele autor — que publicou, sem mais aquela, em letras garrafais, “Violenta tempestade de azoto sobre a Argentina”, quando devia ter escrito “Violenta tempestade açoitou (azoto em castelhano) a Argentina”? No inglês, *to realize* não pode ser realizar, mas imaginar; *to pretend* não é pretender, mas fingir, simular; *call the doctor* significa chame um médico e não o doutor; *emergency hospital* traduz-se por pronto-socorro e não hospital de emergência; e o *say here* não corresponde a “diga-me cá”, mas a “olhe aqui” “venha cá”, “ouça-me”. Ainda no francês temos *chiste*, que é quisto; *corneti*, touca ou coifa; *tortuer*, entortar, torcer. No italiano, *bafo* quer dizer bigode; *beato*, traduz-se por feliz; *viola*, por violeta.

Os sinônimos, parônimos, homônimos e, sobretudo, os “falsos amigos”, dão-nos exata medida dessa terrível “guerra de emboscadas” que é o traduzir.

Em contrapartida, quem tem a obrigação de escrever trabalhos de divulgação científica, e os cientistas precisam fazê-lo constantemente, também enfrenta problemas de vocabulário; se fizer uso de termos difíceis e de palavras técnicas, lançando-os em livros, revistas e artigos, em vez de pontes, diz Barrass, estará a levantar obstáculos entre o especialista e os leigos educados.

Destarte, um vocabulário rico aumenta a possibilidade de seleção das palavras com as quais podemos modelar nossos pensamentos. Lembro-me de que eu e meu irmão tínhamos o hábito de distrair-nos promovendo uma disputa na qual a marcação de pontos era registrada sempre que um dos dois conseguia pedir a tradução

em português de determinada palavra do francês ou do inglês, que o “opponente” desconhecia. Às vezes, invertia-se o procedimento e consignava ponto quem pedia a versão para o francês ou inglês de dada palavra portuguesa ignorada, nesses idiomas, pelo “adversário”

Este fato veio-me à lembrança ao ler divertido trecho do *Auntie Mame*, de Patrick Dennis (1955). É assim: “Meu querido, um vocabulário rico é a verdadeira marca do intelectual, de modo que — ela remexeu nas coisas que estavam amontoadas no criado-mudo e apanhou outro bloco e um lápis — toda vez que eu usar uma palavra ou você ouvir uma palavra desconhecida, anote-a e eu lhe direi o que significa. Aí, você poderá memorizá-la e logo terá um vocabulário decente. Oh!, a ventura, exclamou ela em êxtase, de moldar uma pequena nova vida! Fez outro largo gesto que, entretanto, de algum modo resultou errado, pois derrubou a cafeteira, e eu anotei imediatamente seis palavras novas, que tia Mame recomendou fossem apagadas e esquecidas”

Voltando à apreciação dos textos especializados, é indiscutível que se exige do tradutor técnico, além do conhecimento das línguas confrontadas, o perfeito domínio das “coisas”, vale dizer, da matéria objeto da tradução e a precisa noção das respectivas terminologias. Sob este aspecto é que ele se diferencia.

No que tange à Anatomia, isso implica em estar ao corrente de complexa terminologia. As dificuldades são consideráveis porque se trata de um campo de tradução restrito, no qual a imaginação e a especulação só cabem quando se cogita da formulação de hipóteses. Destarte, a liberdade de interpretação não tem vez. Por isso, assiste razão a Fraenkel ao sustentar que a tradução é um desafio e a tradução tecnológica um desafio ainda maior. Não creio, entretanto, contrariamente à sua opinião, que a quem deseje enveredar pelos estreitos caminhos da tradução especializada bastem estágios, cursos profissionalizantes ou outro tipo de aproximação. Estes requisitos parecem não satisfazer de todo. De fato, Erwin Theodor está coberto de razão ao ponderar que para o tradutor tornar-se realmente especializado teria de concentrar-se em uma das múltiplas ciências exatas e naturais; e, ainda, teria de concentrar-se em um dos inúmeros ramos, subprogramas e campos dessas ciências, dedicando-se, assim, específica e isoladamente a um deles. Acabaria, enfim, por tornar-se tradutor votado a determinada microespecialidade e em

conséquência estaria condenado à miséria mais abjeta, à míngua de trabalho.

A falta desta categoria de tradutores vem a cada passo à tona. Tanto isso é verdade – volto-me agora para tema da minha área de especialização – que os tratados e atlas de Anatomia, quase invariavelmente, têm suas traduções entregues a professores da matéria, desprevenidos quanto a problemas do ofício e da arte de traduzir. Não se imagine, porém, que para estes as dificuldades na própria especialização sejam menores. A história é longa.

Desde Hipócrates, as estruturas anatômicas passaram a constituir alvo de descobertas e descrições, mas foi na Escola de Alexandria (século III a. C.), diz-se na introdução da nomenclatura anatômica da língua portuguesa, que o vocabulário anatômico ganhou corpo. Depois, Galeno acrescentou muitas designações a esse vocabulário. À época, cerca de 131 a 201 anos da nossa era, mesmo sob a influência dos romanos, sendo, portanto, o latim a língua oficial, não foi possível evitar que a nomenclatura continuasse a enunciar-se em grego. A rigor, somente na Idade Média surgiram as tentativas de implantação de nomenclatura latina. Apesar dos esforços de Vesálio no sentido de romper com a tradição galênica, o certo é que o próprio Vesálio empregou termos latinos e gregos. De um modo ou de outro, ele não conseguiu atingir suficiente clareza, nem alcançar a correção e pureza do latim clássico. Mas, o caos da nomenclatura anatômica prosseguiria, pois o latim literário já vinha sofrendo a influência do latim popular bem como do grego e do latim provincial. Mais adiante, com as invasões germânicas, novos fatores de alteração léxica e sintática se fizeram sentir. Os estudos progrediam e assim também crescia o número de observações realizadas por diferentes anatômicos. Acontece que a mesma formação anatômica acabou por receber nomes distintos e, em fins do século XIX, para um total de aproximadamente 5 mil estruturas já se contavam 50 mil nomes.

A partir de então, ocorreram várias reformas e revisões da nomenclatura, de âmbito internacional. Não é o caso de enumerá-las, mas elas refletem quantitativa e qualitativamente, os desencontros havidos e a necessidade de sucessivos acomodamentos. A respeito, ficamos com a oportuna declaração de Delmas: “os anatomistas de todos os países acham-se de tal modo conscientes das deploráveis consequências do estado atual da sua linguagem, que aceitaram de há

muito o princípio do uso da nomenclatura latina, que assumiria, assim, um valor de referência internacional. São os *Nomina Anatomica*'' Passados quase 30 anos da sua adoção, quem pode, indaga Becker, afirmar em sã consciência que seus termos passaram realmente para a linguagem anatômica? A etimologia — acrescenta —, eis a causa primordial das nossas complicações, divergências e desventuras terminológicas. Em nome de uma etimologia (verdadeira, provável, hipotética ou falsa) desvirtuam-se a todo o instante a forma e a aceção correta das palavras, perturba-se o idioma e lançam-se a confusão e a perplexidade no seio da classe médica. A etimologia é, tão-só — continua —, *o estudo da origem das palavras*. Mas, infelizmente, muitos confundem a etimologia, a origem dos vocábulos, com ideais utópicos de significação, com estranhos e absurdos imperativos de morfologia e semântica.

As questões são muitas e não posso deter-me por mais tempo a examiná-las. O que me não dispense, porém, é de apontar-lhes, a título de exemplo, uns poucos obstáculos correntemente encontrados nos textos alemães de Anatomia. Recordo-me do quanto me causou estranheza, ainda no início de minhas atividades, o ter topado com a expressão *Fhanngelenke* — articulação em frigideira, como designação da junta escápulo-umeral. Mas outras surpresas estariam pela frente. Por fortuna, a nomenclatura latina rapidamente ajudou-me a entender que *Kreuzbein* — osso em cruz, é o sacro; *Sitzbein* — osso de sentar, o ísquio; *Sprungbein* — osso do pulo, o astrálogo. Bem depois, depararia com *Speiseroehre* — tubo dos alimentos, o esôfago; *Luftroehre* — tubo de ar (por sinal *wind pipe*, em inglês), a traquéia; *Bauchfell* — pele do ventre, o peritônio; e, para ficar em só mais um termo, também me defrontaria com *Zwoelffingerdarm* — intestino doze dedos, vale dizer, o duodeno

Seja como for, em que pesem os sucessivos *Nomina Anatomica* e suas seguidas revisões, o empenho contra o pedantismo etimológico e no sentido de que se evitem os sinônimos continuará; a luta para que, liberado no ensino o uso de expressões vernaculizadas, em revistas e resumos somente se empreguem termos latinos, prosseguirá. O combate em favor da concisão e simplicidade, bem como pela rejeição dos epônimos, será mantido, custe o que custar.

Seja como for, persistirão divergências léxicas entre Portugal e

Brasil. Falaremos osso sacro, os portugueses, osso sagrado; diremos osso de quadril, eles, osso da anca; escreveremos orifício tubário, eles, orifício tubar; pronunciaremos peritônio, os portugueses, peritoneu e quantas dessemelhanças mais

E agora concluo. Falei-lhes faz pouco que as questões são muitas.

Ao examinar questões de espécies totalmente diferentes, comenta Flew, é necessário ainda assim estabelecer processos para mantê-las distintas bem como identificar outras relações possíveis entre elas. E acrescenta: uma das razões pelas quais elas são tantas vezes confundidas reside na ambigüidade, na própria palavra razão. Quando se diz que alguém tem alguma razão para acreditar em certa proposição, cabe perguntar se essa razão é um *fundamento* para sustentar que a proposição é realmente verdadeira ou se é um *motivo* para que alguém se deixe persuadir por ela, independentemente da sua veracidade. No primeiro caso, trata-se de uma *razão como fundamento*; no segundo, de uma *razão como motivo*. A frase "uma das razões" antes referida, assinala Flew, não corresponde a nenhum desses casos, mas ao de uma *razão no sentido de causa*. A propósito, para distinguir entre esses dois ou três sentidos, uma oportunidade se oferece à base do argumento conhecido por "Aposta de Pascal" É assim. Muitos têm afirmado que inúmeros fatos provam a existência de alguma espécie de Deus. Mas, nos Pensamentos de Pascal, admite-se que não temos fundamentos para chegar a comprová-la. Então, acredita ele que nos achamos diante de um jogo. Ora, jogar é considerar os prejuízos inevitáveis e os ganhos possíveis. Isso leva todo o homem sensato a persuadir-se da verdade da fé católica, mesmo sem qualquer prova. Da opção de cada um depende para ele o céu ou inferno. Pascal chega, então, à seguinte conclusão: "Se ganhares, ganhas tudo. Se perderes, não perdes nada. Portanto aposta na existência de Deus" Por outras palavras, Pascal entende que se não existem boas razões (fundamentos) para acreditarmos, temos as melhores razões (motivos) para tentar persuadir-nos.

Ao escrever este artigo fiz também uma aposta. Se ele resultasse proveitoso, eu ganharia tudo. E se tivessem a benevolência de acolhê-lo, de revelar-me a simplicidade do conteúdo e o fato de tê-lo tecido tão desataviadamente, eu nada perderia. Por isso, usei enfrentar desafio bem superior às minhas possibilidades. Não que me louvasse nos fundamentos, mas por ter-me persuadido dos motivos.

FICHA CATALOGRÁFICA

PAIVA, Orlando Marques de. *A tradução e alguns de seus problemas*. Revista da Universidade de São Paulo, São Paulo (3): p. 117–131, dezembro de 1986.

ANGÚSTIA: CULTURA E MEDIAÇÃO
José Carlos Garbuglio

Euclides da Cunha, ao relatar a entrada dos soldados que iam combater Antonio Conselheiro nos sertões da Bahia, afirma que eles tinham a exata impressão de estar penetrando outro país, habitado por outra gente, portadora de outros costumes, a falar outra-língua, que não podiam entender, a tal ponto havia chegado a separação entre Interior e Litoral, entre a cidade e o campo.*

Eram duas civilizações paralelas, constituíam dois mundos estranhos e desconhecidos que, de repente, se viram colocados em confronto.

De certo modo, é esta a mesma sensação com que se sai do romance *Angústia*, quando se observa de perto a personagem Luís da Silva, em contraste com o seu meio. Ao contrário de Paulo Honório, o vitorioso personagem de *São Bernardo*, que tem um percurso ascendente, Luís da Silva descreve longo e continuado processo de decadência, desde a dissolução da grande família, comida pelo tempo e pela perda da fiança, até a transformação do possante e sonoro nome do avô Trajano Pereira de Aquino Cavalcante e Silva no vulgar e desenhado Luís da Silva do descendente. Recalcado, abúlico, sem energias para lutar ou para impor-se nem possibilidade de retorno, ele se mostra em tudo incapaz. Incapaz de compreender sua gente, a de que proveio e a com que está em relação. Sem jeito para estabelecer formas de convívio, acaba por se pendurar na burocracia oficial e, sozinho, enfrenta os dias numa agonia cinzenta e inglória.

Pequeno intelectual cidadão da classe média, seu deslocamento em face do mundo em que se encontra pode ser visto como metonímia do intelectual brasileiro, a viver fora do espaço, por força de uma série de fatores nem sempre muito claros. Vive naquela faixa interposta de cidadãos, espremida entre as outras, sem conseguir dela se libertar nem conquistar seu lugar de encaixe. Já não pode entender-se com os de cima, donde proveio e de que se afastou por causa das posições assumidas e, principalmente, pela aquisição de uma língua-

* "Os novos expedicionários ao atingirem-no perceberam esta transição violenta. Discórdia absoluta e radical entre as cidades da costa e as malocas do interior, que desequilibrava tanto o ritmo do nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional. Viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros, outra gente. Outra língua mesmo, articulada em gíria original e pitoresca. Invadia-os o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria." (*Os Sertões*, 12ª edição. Livraria Francisco Alves, 1933, 521).

gem de pequeno letrado, em que se introduz o vago desejo de reformas sociais, nem tampouco consegue encaixar-se nas camadas populares, de que está distante, por outras tantas razões, permanecendo numa posição intermédia, a meio caminho de uma e de outra. Muito pior. Sem capacidade efetiva para vencer as distâncias e definir-se por uma delas, tem aumentadas a instabilidade e insegurança. Nessa encruzilhada, seu drama, agravado pelo equilíbrio precário, tende a crescer para chegar ao impasse que anuncia na violência potencial a única forma de saída.

Em *Angústia*, há uma passagem que torna exemplar esta posição, ajuda a aproximação do texto e do contexto e permite a iluminação de um pelo outro: “Levantava-me, subia a ladeira Santa Cruz, percorria ruas cheias de lama, entrava numa bodega, tentava conversas com os vagabundos, bebia aguardente. Os vagabundos não tinham confiança em mim. Sentavam-se, como eu, em caixões de querosene, encostavam-se em balcão úmido e sujo, bebiam cachaça. Mas estavam longe. As minhas palavras não tinham para eles significação. Eu queria dizer qualquer coisa, dar a entender que eu também era vagabundo, que tinha andado sem descanso, dormido nos bancos dos passeios, curtido fome. Não me tomariam a sério. Viam um sujeito de modos corretos, pálido, tossindo por causa da chuva que lhe havia molhado a roupa. A luz do candeeiro de petróleo oscilava no balcão gorduroso. Homens de camisa-de-meia exibiam músculos enormes, que me envergonhavam.

Encolhia-me timidamente. Não simpatizavam comigo. Eu estava ali como um repórter, colhendo impressões. Nenhuma simpatia.

A literatura nos afastou: o que sei deles foi visto nos livros. Comovo-me lendo os sofrimentos alheios, penso nas minhas misérias passadas, nas viagens pelas fazendas, no sono curto à beira das estradas ou nos bancos dos jardins. Mas a fome desapareceu, os tormentos são apenas recordações. Onde andariam os outros vagabundos daquele tempo? Naturalmente, a fome antiga me enfraqueceu a memória. Lembro-me de vultos bisonhos, que se arrastavam como bichos, remoendo pragas. Que fim teriam levado? Mortos nos hospitais, nas cadeias, debaixo dos bondes, nos rolos sangrentos das favelas. Alguns, raros, teriam conseguido, como eu, um emprego público, seriam parafusos insignificantes na máquina do Estado e estariam visitando outras

favelas, desajeitados, ignorando tudo, olhando com assombro as pessoas e as coisas. *Teriam* as suas pequeninas almas de parafusos *fazendo* voltas num lugar só.

la sentar-me no canto mais escuro, longe do candeeiro de petróleo, longe dos homens de camisas sem mangas e das mulheres que arrastavam tamancos. Vagabundos? Nada. Estavam ali indivíduos de várias profissões. O moleque tismado era engraxate. A mulher de chinelos, que trazia uma garrafa de querosene pendurada no dedo por um cordel, tinha modos de pessoa séria, casada ou amigada. A rapariga pintada de branco e vermelho, com marcas de feridas nos braços, devia ser uma ratuína como Antônia. O homem gordo era pedreiro, via-se pelas manchas de cal na roupa. Pedreiro com aquele corpo, que perigo! Um cochilo no andaime, pisada em falso na ponta da tábuia, e no dia seguinte a família estaria de luto. O rapaz de cabelos compridos que tocava violão, provavelmente não se ocupava. No carnaval, devia ser uma das figuras mais importantes do cordão, e pela festa de Natal, na barca de terra e varas que ali estava armada em frente à bodega, seria um bicho na chegada, contramestre pelo menos, talvez almirante. Os meninos que brincavam na rua quando estiava, às carreiras e aos gritos, horas depois estariam no grupo escolar, os cotovelos na carteira, escutando, ou não escutando, a voz da professora. Vinte anos depois seriam balizas no clube carnavalesco, contramestres de chegada, donas de casas sossegadas que levariam, pendurada no fura-bolo, uma garrafa de querosene amarrada pelo gargalo, mendigos como aquele que ali estava com a perna estirada coberta de trapos. Felizmente as moscas dormiam, e o homem dos trapos não precisava mandar as almas caridosas para o reino do céu em voz alta, para a casa do diabo em voz baixa. Agora não havia esmolas, e o homem da perna entrapada conversava com os outros quase naturalmente. O dono da bodega era triste. Certamente pensava no aluguel, na figura odiosa de um dr. Gouveia, no imposto e nas faturas dos gêneros. Talvez dentro de seis meses a bodega estivesse fechada, e ele, com os cacarecos, a mulher, de garrafa pendurada no dedo, e os filhos, que agora dançavam na rua molhada, tivesse descido o morro pela banda do norte e vivesse à beira do Reginaldo, onde há febres, inundações e lixo. As crianças dançavam e cantavam na rua molhada. Dentro de vinte anos, as que gostassem de torcer-se no mesmo canto seriam parafusos. Ignorariam o que existisse longe delas, mas conhe-

ceriam perfeitamente as coisas por onde passassem as suas roscas. Haveria, dentro de vinte anos, criaturas assim encaracoladas que, tendo corrido mundo, se resignam a viver num fundo de quintal, olhando canteiros murchos, respirando podridões, desejando um pedaço de carne viciada? Tudo ali era tão simples! Os bordões do violão gemiam, as gargalhadas sonoras da mulher pintada enchiam a praça. A história que o homem acaboclado, de peito cabeludo e cicatrizes no rosto, contava ao engraxate devia ser interessante. Gestos expressivos, provavelmente façanhas de capoeiras. Eu não compreendia a linguagem do narrador, as particularidades que provocavam admiração perdiam-se. As gargalhadas da mulher transformavam-se naquela viagem curta aos meus ouvidos, chegavam-me frias, geladas. E a marcha do carnaval entristecia nos bordões do pinho. Todas aquelas pessoas entendiam-se perfeitamente. Diferiam muito umas das outras, mas havia qualquer coisa que as aproximava, com certeza os remendos, a roupa suja, a imprevidência, a alegria, qualquer coisa. Eu é que não podia entendê-las. — ‘Sim senhor. Não senhor.’ Entre elas não havia esse *senhor* que nos separava. Eu era um sujeito de fala arrevesada e modos de parafuso. Aquele tipo acaboclado, que dizia histórias de capoeiras e se balançava num pé só, tinha bíceps enormes, provavelmente estrangularia um homem sem grande esforço. A rapariga pintada cheirava a pó-de-arroz. A pó-de-arroz e a gasolina. O rapaz de cabelos compridos largava os sambas carnavalescos e punha-se a arrancar do pinho coisas absurdas que pareciam trechos de óperas. Insuportável. Afinal, que estava eu fazendo ali, sentado num caixão, diante de um copo vazio? Procurava fixar a atenção nas crianças que dançavam e corriam, como dançavam e corriam, na areia do Cavalito-Morto, os meus companheiros, alunos de mestre Antônio Justino. Lá estava novamente entrando no passado, torcendo-me como parafuso. — ‘Rei meu senhor mandou dizer que fossem ao cemitério e trouxessem um osso de defunto.’ Quem tinha coragem? Os mais atrevidos chegavam até o muro de seu Honório, no fim da rua. Adiante, o lugar era mal-assombrado e ninguém se aventurava por lá. Eu queria gritar e espojar-me na areia como os outros. Mas meu pai estava na esquina, conversando com Teotoninho Sabiá, e não consentia que me aproximasse das crianças, certamente receando que me corrompesse. Sempre brinquei só. Por isso cresci assim, besta e mofino.

Lembrava-me da minha chegada à vila. As ruas me causavam grande espanto: nunca havia imaginado que as ruas fossem tão compridas e tão largas. Saí de casa e comecei a passear na calçada, olhando a janela de um sobradinho onde se debruçava um homem fardado. Quis recolher-me e entrei pela primeira porta que encontrei. Na sala de jantar descobri uma mulher amamentando o filho, sentada numa esteira, com um gato de banda. Fiquei encabulado e perguntei. — ‘De quem é esse gato?’ A mulher respondeu: — ‘É meu.’ Saí e continuei a passear na calçada, mas sem prestar atenção ao homem de farda que se debruçava à janela do sobradinho. Arrisquei-me a entrar por outra porta. Na sala de jantar, a mulher amamentava o filho. E o gato de banda. Tornei a perguntar: — ‘De quem é esse gato?’ A mulher respondeu: — ‘É meu.’ Mais tarde, cabo José da Luz me encontrou perdido e levou-me para casa. Um menino grande e besta, muito diferente dos que brincavam junto à barca de terra e varas. Na escola, mestre Antônio Justino sentava-me afastado dos outros, naturalmente para não me corromper.

E ali estava encostado no balcão, sem perceber o que diziam, meio bêbado, susceptível e vaidoso, desconfiado como um bicho. Tudo aquilo me envergonhava: as conversas simples, a alegria, especialmente os músculos e mãos enormes, que esganariam facilmente um inimigo. Levantava-me.

— Insuportável.

A mulher cheirava a gasolina. O violão tocava óperas.

— Insuportável.” (*Angústia*, 6ª ed., Rio de Janeiro, José Olympio, 1953, 123-128.)

Acompanhado de perto, o texto revela vários graus de compromisso, de separação e alienamento. O primeiro ponto a destacar é o do deslocamento de alguém que, escorraçado, foge de um lado para outro, sem conseguir encontrar-se, demonstrando desequilíbrio e descontrole que explicam a busca duma espécie de elo perdido. Despojado da mulher que lhe arrebatara Julião Tavares, o lado mandante da sociedade, já desorientado e inseguro, Luís da Silva se perturba ainda mais. Ao partir sem rumo, vai bater de encontro ao outro lado da sociedade, deparando, num botequim, com um grupo de trabalhadores, com que ensaia contacto, por princípio, impossível. A distância entre ele e o grupo fixa com clareza sua posição intermediária,

entre dois pólos da sociedade, que pode ser vista em sentido mais geral, como parte de um contexto de que faz parte Luís da Silva.

Na sua vida de recluso, fechado consigo mesmo, de horizontes limitados, aparece em certa ocasião, uma mulher, Marina, como ponto de apoio e um vago aceno de saída de seu impasse. Remota, embora, ela é também possibilidade de afirmação, que se torna perigosa pela sua instabilidade de caráter, pela ânsia de aparecer, pelo desejo de trocar de vida e de faixa social. Os acontecimentos em que se envolvem provocam outra forma de desequilíbrio e o empurram ainda mais para o isolamento, ao ampliar as fronteiras da desconfiança.

Deste modo, o menino que sempre brincou só, o adolescente que nunca teve companhia, o adulto incapaz de se relacionar e se encaixar em qualquer das versões sociais existentes, que procede de um clã despedaçado, se vê definitivamente no meio, entre as duas versões sociais que lhe são estranhas: continua só. A percepção desse distanciamento se concretiza no momento em que ele penetra na bodega — bar de arrabalde —, recanto de trabalhadores, onde um grupo descontraído bebe, canta, toca, se entretém e, principalmente, se entende. Na tentativa de aproximação, Luís da Silva sente que nenhuma afinidade existe entre ele e o grupo, que uma profunda, radical e definitiva separação se manifesta, e os coloca em posições antípodas, ao mesmo tempo em que revela e ganha corpo sua distorcida visão do mundo brasileiro.

Intelectual pequeno-burguês, suas formas de conhecimento são indiretas, mediadas, pela escola, pelos livros, por outra linguagem e por outros hábitos que os tornam distantes; fazem circular valores e idéias diferentes dos que compõem a vida daquela gente, seus longínquos patrícios. O narrador deixa bem clara a idéia ao afirmar que foi a literatura, isto é, o modo de conhecimento e aprendizado do mundo que os afastou. E aí aparece a raiz de outro problema angustiante: enquanto este pequeno intelectual chega “às fontes da vida” por meio de outros aparelhos, descrevendo longo e penoso caminho, aquele grupo de pessoas que pertencem ao que no Brasil se chama povo, vive a realidade diretamente, sem que vias travessas mediem seu contacto. Luís da Silva, para eles, é homem de fora, está do outro lado, gera desconfiança. Repórter, aparece com o objetivo de colher informações sobre essa gente que não compreende e transforma-se, ele também, em outro intermediário a pôr em circulação a sua visão do grupo,

que lhe é desconhecido e com o qual nenhuma afinidade mantém. Está visto que antes de entrar em circuito, o grupo já é deformado e assim vai ser divulgado. Neste caso, a literatura se converte numa forma de dizer o outro sem conhecê-lo, sem saber o que é e como vive. É também um alerta. Graciliano Ramos sempre insistiu em que o perigo que corre o intelectual brasileiro é o de falar de uma realidade com a qual não conviveu, que mal conhece, deixando-se embalar por certas cantilenas que ajudam a deformar ainda mais o já precário conhecimento que temos de nós próprios. Há uma voz estranha que interfere nesta visão, de modo que já não pode ouvir a sua nem compreender o acento dela. Aliás, a primeira reação de Luís da Silva diante do grupo trai aquele preconceito de classe e de cultura, que pode ser visto como índice do comportamento do brasileiro, em seu juízo apressado e de pouca responsabilidade, quando afirma que se trata de um grupo de vagabundos. O modo de o narrador trabalhar o discurso faz aflorar o equívoco, pois existe um processo de infiltração da consciência que o corrige e conduz a uma espécie de reparação. Não se trata de vagabundos, mas de trabalhadores, gente simples que a outra faixa social tem usado em benefício próprio, enquanto se fecha em si mesma, para evitar qualquer tipo de alteração.

A montagem do texto ressalta também as indecisões da personagem, seus avanços e recuos, ao mesmo tempo que faz aflorarem os pré-juízos, julgamentos infundados que se contêm em imagens cristalizadas que compõem a ideologia inerente às classes mandantes que as mantêm vivas pelo destilar permanente das informações nutridoras destes pressupostos. De outra parte, é possível colher uma idéia da continuidade da situação, de manutenção da estrutura, pela projeção, no tempo, da vida e futuras ocupações dos membros do grupo, condenados a ter as mesmas posições de desocupados ou subocupados, sempre à margem do filão mais gordo, reservado aos que manobram os esquemas sociais.

Já explorada no caso de Fabiano, no romance *Vidas secas*, esta situação se apresenta na linha de continuidade do esquema levantado por Euclides da Cunha, na segunda parte de *Os Sertões*, e aponta para uma sociedade impermeável e arcaica, eivada de preconceitos, muito próxima das sociedades primitivas. Intelectuais tipo Luís da Silva pouco a conhecem em seus mecanismos e relações do cotidiano. Por isto mesmo, só podem chegar a ela mediados,

não raro, por outras culturas, o que explica o estranhamento e o espanto que assaltam o espírito da personagem. A perplexidade gerada pela visão repentina da realidade que lhe surge, sem véus, diante dos olhos atônitos, tem a mesma função daquela paisagem com que depararam os soldados da República quando penetravam o sertão para dar combate aos homens do Conselheiro, e produz a mesma dolorosa revelação de que à sua proximidade geográfica não corresponde nenhuma proximidade cultural e humana.

Se o que se pode descortinar por detrás da postura de Graciliano Ramos é, sobretudo a Literatura Brasileira anterior à experiência modernista, que procurava reverter a tendência, é preciso admitir que o problema ainda se faz presente nos quadros atuais, persiste e resiste, sob as formas mais variadas. Boa parte, mesmo do chamado mundo intelectual, continua a desconhecer o que se passa com o povo e com sua língua, por força de uma repulsa instintiva a tudo o que lhe diz respeito, principalmente pelo preconceito de que arte é outra coisa e usa outra linguagem. Neste sentido, é ilustrativo o esquema adotado na composição do romance *São Bernardo*, particularmente as reações do antiintelectual Paulo Honório, personagem-narrador. Criado fora do circuito letrado, não se deixa envolver nem contaminar pela tradição do falar inchado, responsável, em tese, pela má qualidade de boa parte da Literatura Brasileira. Quando Paulo Honório repele as propostas da personagem Azevedo Gondim, que admite a existência de uma linguagem para o dia-a-dia e outra para a escrita, demonstra que o problema estava vivo e presente na época em que se compunha o romance, e tinha que receber sua reprovação: "quinze dias depois do nosso primeiro encontro, o redator de *O Cruzeiro* apresentou-me dois capítulos datilografados, tão cheios de besteiras, que me zanguei:

— Vá para o inferno, Gondim, você acanalhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma!

Azevedo Gondim apagou o sorriso, engoliu em seco, apanhou os cacos de sua pequenina vaidade e replicou amuado que um artista não pode escrever como fala.

— Não pode? perguntei com assombro. E por quê?

Azevedo Gondim respondeu que não pode porque não pode.

— Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura, 'seu' Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas

arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia." (*São Bernardo*. 2ªed., Martins, 1951, 9.).

Esta oposição língua escrita/língua falada, o preconceito de arte como algo especial, acima do comum e ordinário, muito bem-apanhado pelo texto de Graciliano, repõe em circulação a velha questão da arte. O fato artístico é visto como algo fora e acima das coisas comuns, decorre de predisposições singulares, pertence a uma classe especial e a ela se destina. A atitude implica um claro distanciamento entre essa concepção de arte e as raízes populares, que deveriam funcionar como fonte de alimentação do ato criador. O procedimento implica alienamento e desinformação e fazem o escritor viver fora do seu espaço e sem ter condições de o compreender. Sendo outros seu mundo e formas de preocupação, está fora do contexto e não pode atuar nem lutar para sua alteração. A decorrência imediata é o desconhecimento do país real a que tem acesso, quando muito, através de canais intermediários e do qual formula versões contraditórias que podem ainda ser desfiguradas pela carga ideológica que insiste naquilo que não é, com a intenção de forjar imagens representativas, sem vínculos com a realidade de origem. Assim, na versão ufanista, consoante a visão otimista e interessada do colonizador, logo depois da descoberta, gerou-se o mito da terra farta e fértil, do espaço paradisíaco e do reino da esperança. Imagens recorrentes e periodicamente retomadas pela literatura oficial de encomenda, reaparecem toda vez que é preciso incentivar o "amor à pátria" Na versão crítico-pessimista oposta à idealização romântica e conseqüente às teorias raciais e neocolonialistas de fins do século XIX, geraram-se os processos de descrença nas possibilidades do País e de seu habitante mais característico, o mestiço, considerado sùmula de todas as desvirtudes e fraquezas humanas, "breve estágio" entre duas "raças", condenado ao desaparecimento. O racismo dos gobineaus da vida entrava garganta abaixo de homens lúcidos que ensaiavam as primeiras interpretações do homem brasileiro, e deixava em sua esteira um gosto amargo de incompetência e impossibilidades.

Em qualquer das versões sobreexiste uma intencional deformação de fatos, ou porque os pressupostos são falsos e conduzem a distorções inevitáveis, ou porque a imaginação, trabalhada pela ideologia da conquista, traduz a herança do colonizador. A pressa e o desespero diante do quadro de carências acabam por obscurecer a capacidade

de discernimento, perturbam o equilíbrio e enfraquecem a paciência necessária para examinar com atenção as regras do jogo, propor mudanças ou lutar por elas. No primeiro caso, a ótica que conduz o escritor sofre a mediação das mais diferentes linguagens e se deixa embair pela idéia de grandeza. Servindo de modelo e balizando a criação da imagem local, a mediação reduz a criação literária e prolongamento secundário e desfibrado da linguagem que modelou a fisionomia da conquista. No segundo, foram avassaladores o peso e o fascínio exercidos pela cultura dos centros hegemônicos sobre os intelectuais brasileiros que a aceitaram não apenas como válida, mas muitas vezes como única.

Curiosamente, existem dois dados que caminham paralelos em fins do século passado, entre nós: a atmosfera de carregado pessimismo, de descrença em nossas possibilidades e destino e, ao mesmo tempo, talvez como forma compensadora, a obsessão do purismo lingüístico, da correção gramatical como sucedâneo do impossível purismo "racial", tão apregoado na época. Era um jeito de dizer: não pertenço a essa malta, guio-me por outras coordenadas. Em tudo isso existe um claro retrocesso, uma freada no avanço dos fatos, que ajuda a compreender o aparecimento de inúmeros gramáticos, de casticistas belicosos, ciosos no estabelecimento das boas matrizes da língua portuguesa em que procuram atrelar a língua que se fala no Brasil. Há um pressuposto conservador que guia esta gente: só existe uma forma correta, concebida estaticamente, a língua dos clássicos quinhentistas. A outra, dinâmica e atuante, a que dá conta da língua viva, era simplesmente ignorada. É exemplar neste caso a atitude assumida por Rui Barbosa, para muitos, até hoje, modelo do bom escrever e falar.*

Já vimos como Graciliano coloca o problema em *São Bernardo*, quando o narrador afasta a colaboração do letrado/cidadino, sob a alegação de que a linguagem usada na escrita estava pernóstica: leia-se palavrosa e vazia, cheia dos vezos da gramatiquice e da eloqüência de que o Parnasianismo acabou modelo entre nós. Graciliano faz ver que entre a linguagem do dia-a-dia e a linguagem da literatura escrita não deve haver tais barreiras, que são, antes, barreiras classistas. De modo mais crítico e incisivo, ele volta ao problema em *Angústia*, quando aponta no artificialismo da cultura as causas do afastamento entre personagem e realidade. Dando estatuto de pequeno literato à perso-

nagem Luís da Silva, mostra-o sem condições de ler diretamente o meio em que vive. Ao se distanciar da sua gente, sente que não mais é capaz de entendê-la, nem senti-la, porque entre ambos se interpôs um mecanismo de mediação insuperável. No mesmo romance existe uma passagem exemplar neste sentido, curiosamente, também em conversa de botequim da periferia: "Puxei a cadeira, afastei-me daquele homem indiferente. Estupidez. Imaginar que as letras sempre tinham estado na parede. Inútil conversar com ele. Tenho lido muitos livros em línguas estrangeiras. Habituei-me a entender algumas. Nunca me serviram para falar, mas sei o que há nos livros. Certas personagens de romance familiarizaram-se comigo. Apesar de serem de outras raças, viverem noutros continentes, estão perto de mim, mais perto do que aquele homem de minha raça, talvez meu parente, inquilino de um dr. Gouveia, policiado pelos mesmos indivíduos que me policiam." (*Angústia*, idem, 184.). O conflito em que se debate a personagem é um tardio rebate da consciência que se dilacera à procura de si mesma no meio de que, apesar de seu, perdeu as coordenadas e se sente estrangeiro. Por força de um demorado convívio com o que não lhe pertence, que começa no plano da arte e se prolonga no das relações ordinárias, acaba por perder, também, os vínculos com a realidade circundante e a agravar a precária identidade com sua cultura e sua gente. Nalguns casos, esse desenraizamento se torna irreversível.

* Pouca gente sabe que, quando Rui Barbosa se pronunciou sobre o Código Civil Brasileiro que acabava de ser redigido por Clóvis Beviláqua, anteprojeto que deveria ainda passar pelo Senado, no lugar de se debruçar sobre o texto como jurista, que era supostamente sua especialidade, objetivando dar-lhe maior representatividade e torná-lo melhor adequado às necessidades e índole de nossa gente, o que o senador-jurista fez foi meter-se a corrigir supostos erros de português, a partir de critérios classistas e neocolonialistas. Tinha em mente a idéia de casticismo e purismo lingüísticos que os gramáticos da época puseram em circulação, na cola da reação racista que então se desenvolvia em toda Europa. Daí, seu apelido de gramatiquero impertinente, mestre-escola sempre de palmatória em mãos, à procura de piolhos da linguagem. Ficou célebre a polêmica em que ele se meteu com o professor Ernesto Carneiro Ribeiro por causa do anteprojeto, até relembração com saudades por muita gente. Ninguém opinou sobre a substância mesma das leis que iam reger nossas vidas. Era uma questão de gramática.

Seria muito ingênuo debitar tudo isto à conta do exclusivo desejo de pureza e de perfeição formal, como pretenderam alguns especialistas em exames apressados. No mínimo, servia para desviar a atenção do objeto central, o Código, que ficava para segundo plano.

Outro dado, no mínimo curioso, é que não foi a fama de jurista, de defensor de leis e princípios que se prolongou até nossos dias, mas exatamente o renome de gramatiquero, de conhecedor da língua, como se isto fosse um título honroso.

A medida que o processo adquire contornos mais nítidos, essa espécie de intelectual, de que Luís da Silva se constitui ponto de referência, tende a entrar em crise, avolumando as contradições em que vive. A desconfortável sensação de se sentir alijado daquele mundo aparentemente tão próximo, mas com que não pode conviver, por força de solicitações opostas e diferentes, desorienta e traumatiza. Fecha-lhe o espaço em que sua ação deveria se exercer e impede o alcance da identidade própria, de aceitação e comunhão cultural. A denúncia ainda é insuficiente para explodir o conjunto de valores que lhe governam a conduta, mas descortina o caráter heterogêneo e contraditório do intelectual periférico, cujo centro de controle se encontra em outra realidade. De qualquer modo, esta, a face positiva do problema porque desperta e açula as contradições. Pede revisões. Não é singular, no entanto, que provoque atitude inversa. Sentindo-se carente de apoio interno, sem perspectiva de reconhecimento de seus valores, pode partir à busca de outro espaço como forma compensatória, entregando-se a um exílio voluntário, e descaracterizador. Este, o perigo maior. Certos intelectuais brasileiros, os hispano-americanos com mais freqüência, buscam outras culturas, em especial européias, em que reconhecem os padrões considerados superiores e com os quais se julgam identificar. É um nítido processo de retorno provocado pela nostalgia da cultura do colonizador ainda suficientemente forte para provocar sedução. E neste "transoceanismo", para usar expressão conhecida, está todo o jogo da identidade cultural e de suas formas de afirmação. O prolongamento dessa tutela representa uma forma de dependência ainda forte entre nós. A antropofagia cultural foi insuficiente para liquidar e mesmo minimizar o problema ou produzir o ato integrativo. Na verdade, aí se encontra um duplo desenraizamento. À incorporação de uma cultura que não é sua nem de sua gente, corresponde igual deslocamento espacial de quem foge de coordenadas próprias para situar-se em outras latitudes. Enquanto perduram essas posições, o aspirado encontro com identidade própria vai-se protelando, as contradições se avolumam e o desequilíbrio tende a aumentar.

Comparado ao brasileiro, o caso hispano-americano parece mais grave, pois o deslocamento não se realiza apenas a nível espiritual, mas de forma efetiva. Procura-se com avidez os centros de irradiação artística, em busca de algo diferente: prestígio, reconhecimento ou

simplesmente oportunidade. O número de sul-americanos que vivem fora dos respectivos países, especialmente na Europa, é muito grande. A indiferença de que se julgam vítimas ou a presuntiva hostilidade local ajuda a compreender o comportamento, justifica os casos isolados, mas dificulta o questionamento da situação. Oriunda de causas diversas e complexas, a situação se vai agravando com a administração de doses significativas, distiladas pelas ideologias mandantes. Perceber e superar esta realidade, tem importância fundamental para fazer avançar o reconhecimento dos limites espaciais, de ação e atuação. Até certo ponto, foi o que conseguiu a música popular brasileira que, sem a tutela cultural externa (sei que há mil outros fatores), soube conquistar terreno e direito à cidadania, com tudo o que possa haver de cooptação e de utilização pelos mecanismos oficiais. Tem hoje um terreno reconhecido, que a literatura ainda luta para encontrar.

A verdade é que, vivendo fora, de fato ou em espírito, circulando em outras coordenadas e atuando com outros registros, fica difícil participar de forma efetiva deste nosso mundo, aceitar e compreender as necessidades e os anseios de sua gente. Esta falta de identificação cultural leva o escritor à procura de modos de equilíbrio ou de atitudes compensatórias, que acabam por tornar dramática sua atividade e relação com a sociedade. Existe aí um duplo movimento: a saída para encontrar os dados que supram as carências é também fator de afastamento do local em que se reconhece a incapacidade para suprir aquelas carências. Doutra parte, sem viver na pele as contradições, sem experimentar a agrura dos problemas, não se criam condições necessárias para compreensão dos valores culturais próprios, persistindo a aceitação dos que lhe foram impostos, em geral, de cima para baixo. E este complexo de fatores acaba por assegurar a continuidade das distâncias e abafar manifestações culturais de natureza e origem diversas das tuteladas. Deste modo, consciente ou inconscientemente, o intelectual contribui para que o muro separador, erigido como defesa de classe e cultura, continue e conserve sua validade ao longo da história, assegurando o pressuposto colonizador.

Em *Angústia* pode-se dizer que existe uma metáfora desta situação, válida inclusive para o resto da América Latina. A luta quase desesperada para encontrar-se e encontrar o próprio destino é necessidade de libertação tão forte que se torna objetivo prioritário e se confunde com o encontro do próprio destino da nação, cada vez mais

descaracterizada pela superposição de outras influências. A perdurar o processo de afastamento, esta ligação a outros centros, o desconhecimento de umas pessoas pelas outras persistirá, repetindo e eternizando o velho gesto colonial de dirigir-se à Metrópole, leia-se centro hegemônico, desculpando-se e pedindo licença para continuar escravo. Embora superado em alguns pontos, aqui sobrevive o toque dramático do exercício da função intelectual entre nós, processo homólogo a outras áreas de conhecimento, análise e pesquisa. Desligado das velhas matrizes culturais que nutriram o berço e a formação, distanciado de seu povo e de seus pares, sem convívio com vizinhos igualmente isolados, sem coragem para integrar-se na comunidade, distante das raízes populares e cioso de sua posição, a única saída que resta a este intelectual é o isolamento a esta sensação muito romântica de estar solitário dentro do País e no meio do "seu" povo. Produto do distanciamento sempre alimentado pelas estruturas ideológicas do colonizador, ou ele rompe com o processo e se incorpora ao projeto em curso, e passa a integrar a "subcultura" que se forja de modo diferente e com mais autenticidade, ou fica só, como Luís da Silva.

Associando as posições expostas acima às desenvolvidas em "Inácio da Catingueira", crônica de *Viventes das Alagoas* e "O fator econômico no romance brasileiro", crônica de *Linhas tortas*, é possível apreender o sentido de correlação entre ambas. Preocupação constante de Graciliano Ramos, esta tendência ao isolamento e à separação aparece como centro nervoso da cultura/literatura brasileira, porque nela se instala o impasse do intelectual e de sua atividade, o jogo de carências e necessidades. Ou se caminha para a superação ou se eterniza a separação. De um lado, receio e ignorância, de outro, desprezo e arrogância são as marcas dos falsos pudores que identificam esta tendência e distinguem aqueles que sempre evitaram tratar com as estruturas reais no País, mantendo-se a uma conveniente distância do objeto, que raramente aparece em suas dimensões exatas. Ou o que pode ser ainda pior, passam a enfrentá-las com instrumentos inadequados à sua prospecção, como foi o caso dos trabalhos que tomaram por base as teorias científicas de fins do século passado, concebidas para outra realidade, como as teorias racistas com suas idéias de superioridade e inferioridade racial, de triste memória e desastrosas conseqüências. Assim, por falta de instrumentos e com instrumentos inadequados, tornava-se difícil examinar e compreen-

der as engrenagens que movimentavam a máquina. A sedução das grandes culturas, associada à depreciação da cultura local, era mais forte que a necessidade de a revolver e poderosa o bastante para alimentar o processo de isolamento e esta terrível situação brasileira em que a idéia de povo, quase sempre, exclui o falante, pois implica menosprezo e repulsa de modo a referir-se a ela sempre como objeto, terceira pessoa em que não se está incluído. As pessoas ainda têm receio de se verem confundidas com a massa dos despossuídos e humilhados. Esta postura teve reflexos enormes na literatura.

Penso no passado não muito remoto, mas não creio que o presente esteja liberto destas amarras e preconceitos. Se, a partir do Modernismo se desenvolveu uma maior aproximação entre as partes, em projetos ousados e generosos, em que estavam presentes os anseios de superação dos preconceitos com vistas a uma melhor compreensão da realidade, creio que só muito recentemente e, em parte, esta relação começa a ser violada. Escritores oriundos de outras matrizes, sem os preconceitos e, principalmente, sem os compromissos das classes altas, aceitam a idéia de se pensar como "povo" e, portanto, a atribuir-lhe também o direito de fala e a capacidade de voz.

A contribuição de Graciliano nesta direção foi importante e decisiva. Sem apelar para modismos nem concessões ou estropiamentos da linguagem, mas consciente de suas funções e compromissos com o meio, certo de que o povo anônimo tinha direito à representação e à voz, ele o trouxe para o primeiro plano, deu-lhe tratamento adulto e estatuto de gente. Ao mesmo tempo, desmistificava preconceitos do pequeno intelectual e o mostrava prisioneiro de fundas contradições, vítima de uma herança nefasta.

FICHA CATALOGRÁFICA

GARBUGLIO, José Carlos. *Angústia: cultura e mediação*.
Revista da Universidade de São Paulo, São Paulo, (3):
p. 133–148, dezembro de 1986.

**JEAN GAGÉ, O CONSOLIDADOR
DE ESTUDOS HISTÓRICOS**

Maria Regina Simões de Paula



JEAN GAGÉ aos 80 anos. Professor honorário do Collège de France e ex-Professor de História da Civilização Moderna e Contemporânea na Universidade de São Paulo. (1938-1946).

Jean Gagé, professor honorário do “Collège de France” e o consolidador dos estudos históricos na Universidade de São Paulo (1938-1946), faleceu em Paris, aos 83 anos incompletos, no domingo, 4 de maio de 1986. A mesma idade do prof. Fernand Braudel (USP 1935-1937), de quem foi tanto o sucessor, como o realizador de um projeto apenas esboçado. Pois, na linha cronológica dos fundadores da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, o prof. Gagé foi o terceiro dos grandes geradores da seção de Geografia e História. A prioridade fica com o historiador e legendário combatente da I Grande Guerra, prof. Émile Coornaert, contatado na Europa, pelo prof. Teodoro Augusto Ramos, veio para a regência da Cadeira de História da Civilização, permanecendo três meses apenas. No ano seguinte, 1935, o nunca demais reverenciado prof. Fernand Braudel, *agrégé* da Sorbonne e, ex-professor do Liceu da Argélia, deu, de fato, início ao curso de História na USP, criando uma infra-estrutura a curto e a longo prazo.

Com aquele seu charme irresistível, imantou vocações, estimulou pesquisas, contagiou a elite paulistana e fez mais. Através de um primeiro concurso interno, democraticamente, propôs à Reitoria da USP, a nomeação de primeiro aluno-assistente. E, logo depois, com o pedido de rescisão do seu contrato, sugeriu o nome do seu sucessor: Mr. Jean Gagé, da Universidade de Strasbourg e, o mais jovem laureado da Escola Francesa de Roma.

Foi no ano letivo de 1938 que o “Mestre francês”, na evocação de um dos seus diletos discípulos, adentrou numa das salas da alameda Gleite — que então abrigava a Faculdade de Filosofia e “... deu início ao curso relativo às origens de Roma e República romana, com uma aula que se constituía para nós, estudantes novatos, numa total novidade, tanto pelo conteúdo, como pela riqueza, em matéria de método” (Cf. *Revista de História*, (103): 722-724; 1975). Primeira de uma centena de outras aulas, em cursos os mais diversificados, que o autêntico *scholar* Jean Gagé ministrou na Universidade de São Paulo, ao longo de uma permanência, ininterrupta, de oito anos e três meses (13.3.1936 a 19.6.1942).

Registre-se que, além da regência dos cursos, foi ele quem orientou e presidiu a defesa das primeiras teses de doutoramento em Ciências (História), acontecidas na USP. Ainda, uma presença marcante nas excursões interdisciplinares. Mais ainda, instigava trabalhos meto-



Banca examinadora do 2º concurso de Doutorado em Ciências (História) na Universidade de São Paulo, aos 13 de outubro de 1945. Da direita para a esquerda: Professores Pedro de Almeida Moura, Jean Gagé, Eurípedes Simões de Paula (Presidente da mesa), Pierre Monberg e Alfredo Ellis Junior. A tese, apresentada e defendida por Pedro Moacyr Campos foi: "Alguns aspectos da Germânia Antiga através dos autores clássicos".

dologicamente tutelados. Com a proverbial seriedade francesa, revisava as provas das excelentes apostilas de todos os seus cursos que o único assistente, “caído do céu”, traduzia e complementava, sistematizava, mimeografava, encadernava e depois, distribuía aos alunos, gratuitamente. (Cf. depoimento acima citado).

Do potencial humano e cultural, que o prof. Gagé, injetou nos membros da Universidade que ajudou a construir, sejam focados dois episódios. Denotadores de desprendimento, criatividade consolidada, magnanimidade. Logo após a sua chegada e, em resposta a sugestões do seu antecessor, o prof. Braudel, foi publicado o Decreto-Lei de nº 1.190 (4.4.1939), que desdobrou a História da Civilização em duas Cadeiras, a de História Antiga e Medieval e a de História Moderna e Contemporânea. Aconteceu que, na encruzilhada decisória, o já consagrado especialista em estudos clássicos, decidiu assumir a segunda, entregando ao seu ex-assistente, cuja preferência para a antiguidade já havia captado, a regência da primeira. E o prof. Gagé, mesmo longe de bibliotecas especializadas, dedicou-se, a partir de então, à instigante montagem de novos cursos, da Áustria dos Habsburgos, da Revolução Francesa, da problemática do Extremo Oriente, das Revoluções Libertárias da América Latina e, muitos outros, no decorrer de uma fecunda permanência de quase dois lustros. Pois a II Guerra Mundial o reteve no Brasil. Involuntariamente. As primeiras notícias de invasão da França pelos nazistas, levaram-no a apresentar-se na chancelaria de seu país, a fim de poder retornar e, secretamente, aliar-se aos combatentes da Resistência. Indeferido o requerimento, foi um soldado frustrado e incompreendido na época, que continuou como o “professor francês” da seção de Geografia/História da FFCL/USP. Ainda enfrentando dupla carga de trabalho, já que por um desses raros paradoxos, o ex-assistente e colega brasileiro, convocado para o serviço ativo do Exército, seguiu com o primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira, FEB, para a campanha da Itália, só retornando após a vitória dos aliados, em junho de 1945. Da correspondência entre ambos, alguns *flashes* no comovente depoimento escrito, pelo mestre octogenário, para o livro em homenagem ao discípulo recentemente falecido. (Cf. “Universitaires combats et titres de guerre” – Eurípedes Simões de Paula, *in memoriam*. São Paulo, 415-417; 1983).

A garra do prof. J. Gagé apareceu em outra postura. Terminada a guerra, neutralizados os entraves diplomáticos, ele ainda quis esperar o encaminhamento e a conseqüente realização do primeiro concurso público à Cátedra de História Antiga e Medieval, para solicitar a rescisão de seu contrato na USP. Com a certeza da efetiva consolidação dos estudos históricos, de que seus antecessores, Coornaert e Braudel, foram os primeiros artilheiros, ele, enfim, pôde regressar à Pátria, e reassumir a Cátedra de Histoire Romane, na Universidade de Estrasburgo (1946-1972).

Eleito para o Collège de France que, como se sabe, é o último degrau da carreira universitária na França, lá permaneceu até o seu recente falecimento (1972-1986). Ao Brasil, nunca mais teve oportunidade de voltar, mas em suas eruditas publicações, e foram muitas, ele fazia sempre menção explícita de seu antigo cargo de professor na Universidade de São Paulo. Dentre as últimas publicações desse pesquisador imbatível no campo de sua especificidade, sejam lembradas, em 1981: "Apollon impérial, Garant des *Fata Romana*" e "La mystique impériale et l'épreuve des jeux" (Ambas em: *Aufstieg und Niedergang der Römischen Welt*, Berlim-Nova York, Walter de Gruyter, 1981). Em 1984, o seu último livro "M. Furius et les latins transiberiens", consagrado pela crítica especializada, imantava estudiosos nas vitrinas das principais livrarias européias.

E argumentemos que Jean Gagé também incursionou no campo das letras: sua obra de poemas *Noctures et meridiennes* (Paris, Barré Dayez Editeur) obteve, em 1963, o prêmio VERLAINE da Academia Francesa.

Por uma correspondência, ficamos cientes da significativa homenagem dos alunos belgas ao mestre J. Gagé, numa coletânea de trinta artigos selecionados de periódicos especializados e publicados, em dois tomos, pela coleção LATOMUS, em 1974.

E, de repente, a própria notícia, epidérmica, provocou uma outra perplexidade. Uma quase certeza de que os excepcionais artigos do prof. Gagé, publicados nos primeiros Boletins da Faculdade de Filosofia, na longa duração da Revista de História, não teriam sido rastreados pelos organizadores da bela homenagem.

E não o poderiam. Pois, além do enriquecimento intelectual neles armazenado, o *homem* Jean Gagé é, ainda hoje, o grande desconhecido no Departamento de História. Da vigorosa juventude con-

temporânea, dos últimos docentes concursados seriam raras as respostas, positivas. Recentemente, ouvimos de alguns deles a confidência de que só tomaram conhecimento do espaço marcante do prof. Jean Gagé na Filosofia, na USP, através de nota veiculada no órgão oficial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC. (Cf. Personagens e Instituições, *in* Ciência e Cultura, 36/12; 2252; 2255; 1984).

E a gente ficou recordando que tamanha injustiça, poderia até ser tomada como outro tipo de cassação. Da parte de seus alunos de ontem, docentes de hoje. De alunos outros, das primeiras turmas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que o devem ter conhecido no dia-a-dia da alameda Gleite, depois, na Escola da "Praça"

Esta incompreensível e longa eclipse gageana não está cobrindo apenas o Departamento de História. Alastra-se para a própria Universidade de São Paulo, cujo prestígio cultural deve ter ficado arranhado com a injustiça perpetrada a um dos seus criadores. Ao eminente, hoje saudoso prof. Jean Gagé que, da constelação dos fundadores da instituição cinquentenária foi, ao que se sabe, o único esquecido para os festejos comemorativos.

Quem escreve estas linhas não tem o privilégio de ter sido aluna do prof. Jean Gagé ou de conhecê-lo pessoalmente. Mas, tocada pela sensibilidade de um primeiro acolhimento epistolar, em 1974, passou a encontrar em suas cartas, estímulo e orientação.

Assim foi que, a nível de colaboração, argumentou da inclusão do nome do prof. Jean Gagé (então residente em Sceaux, nos arredores de Paris) na lista dos convidados especiais que, por acaso, teve sob os olhos. Ingenuamente. Pois o fundador, o consolidador de uma das seções da Universidade aniversariante, sequer foi convidado, contatado! Mesmo à distância, a gente pode captar o quanto o prof. J. Gagé deve ter sofrido com a sua marginalização. Silenciosamente. Ainda mais porque os seus colegas do Collège de France que regeram cursos na USP e foram convidados, pessoal e oficialmente, devem ter comentado o evento. E o fizeram até mesmo em entrevistas a correspondentes no Exterior, justificando suas ausências, que foram publicadas na imprensa local. (Cf. Jornal da Tarde, Caderno de Programas e Leituras, 28.1.1984, 1.

Hoje, o diagnóstico de tão crispante procedimento dos então dirigentes da maior Universidade do Brasil, pode ser captado, velada-

mente, na última carta do saudoso prof. Jean Gag e, datada de março do ano em curso: “ *da nossa Faculdade de Filosofia, que me é sempre muito querida, mas que já me esqueceu* ”

E a gente fica sonhando com a complementaridade de uma palavra: *momentaneamente*. Pois novos ventos estão soprando no *campus* uspiano. O novo reitor, eleito pelo Conselho Universitário, com o consenso da comunidade acadêmica, declarou que um dos seus propósitos é o de “reerguer a Universidade de São Paulo”

Resta a esperança de que, na abrangência do programa, esteja a repara o da injustiça perpetrada ao prof. Jean Gag e, o consolidador dos estudos históricos na USP.

FICHA CATALOGRÁFICA

PAULA, Maria Regina Simões de. *Jean Gag e, O Consolidador dos Estudos Históricos*. *Revista da Universidade de São Paulo*, (3): p. 149–156, dezembro de 1986.

CABEÇA DE UMA ADOLESCENTE

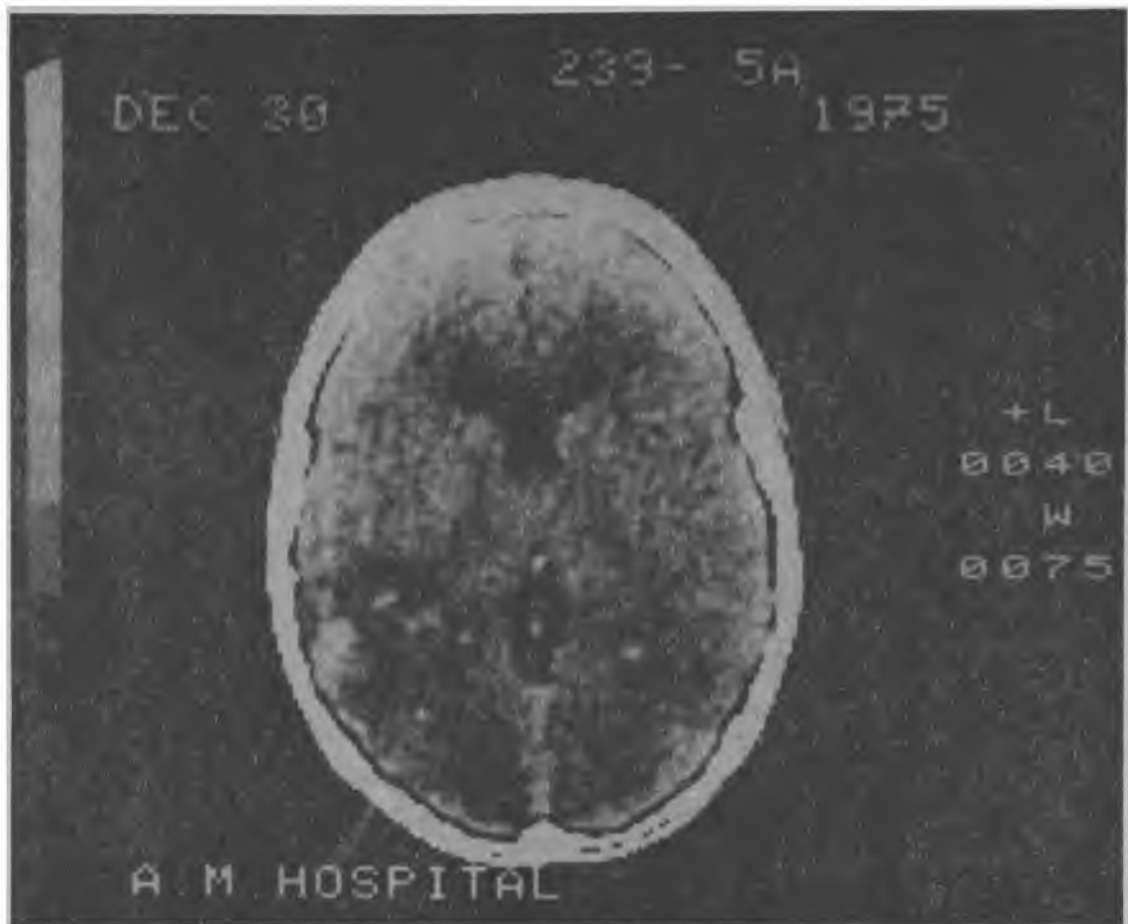
Marcelo de Almeida Toledo

*Há uma idéia obscena circunscrita
Na calota craniana, por janela
À procura de saída chora e grita
Se reflete, se amplia, se esfacela.*

*Enfeixada, em trajetos se desloca
Por elétron, que essa idéia ele conduz,
Em áreas destinadas desemboca,
Velocíssimo, viajando feito luz.*

*Pelo sulco e pelo giro é que caminha,
Nos delírios das curvas assintóticas;
E no límbico sistema é que se aninha,
Na hipertrofia das áreas porno-eróticas.*





*E o plasma dessas células nervosas
Que o processo bioquímico estimula,
Desintegra em explosões maravilhosas
Mas nas cordas da laringe capitula.*

*É mulher, lambuzada de saúde,
Em pleno gozo da função vital,
Melhor seria estar num ataúde,
Que perder, desta vida, o essencial.*

FICHA CATALOGRÁFICA

TOLEDO, Marcelo de Almeida. *Cabeça de uma adolescente*. **Revista da Universidade de São Paulo**, São Paulo, (3): p. 157–169, dezembro de 1986.

Lançamentos

Da Edusp

- DIÉGUES JR., M. et al. Literatura Popular em verso – Estudos – (Col. Reconquista do Brasil, Nova Série, vol. 94)
- PROENÇA, M. C. (Sel., Introd. e Comentários) – Literatura Popular em Verso – Antologia – Col. Reconq. do Brasil, Nova Série, vol. 95.
- CASCUDO, L. da C., Locuções Tradicionais no Brasil. Col. Reconq. do Brasil, Nova Série, vol. 93.
- LOBO, L. Épica e Modernidade em Sousândrade.
- LAUAND, L. J. – Educação, Teatro e Matemática Medievais. (Trad., Notas e Estudos Introdutórios).
- CACCIAGLIA, M. – Pequena História do Teatro no Brasil – Quatro Séculos de Teatro no Brasil.

Dissertações e Teses

Da Escola de Comunicações e Artes

Neyde Brandani

A banda marcial como núcleo de formação musical.

Lucia Helena Bortolo de Rezende

Do figurativo ao abstracionismo lírico: descrição e análise da obra da pintora Yolanda Mohalyi (1909-1978).

Gino Giacomini Filho

O desempenho dos elementos visuais gráficos em anúncios.

Mary Eunice Ramalho de Mendonça

Representação da violência dos anos setenta: "O passageiro da agonia" no cinema.

Dinah Aparecida de Mello Aguiar Población

Análise quantitativa da produção do corpo docente da área da Saúde da USP, *Campus* de São Paulo: 1980-1983.

Mariângela Spotti Lopes Fújita

PRECIS: na Língua Portuguesa: uma experiência com a indexação de artigos de periódicos brasileiros.

Luis Alejandro Maya-Montalvo

Proposta de procedimentos metodológicos para a elaboração de Tesouros-Facetados.

Alcides João de Barros

O monólogo teatral.

Paulo César Bicalho Franco

Realidade e problemas do teatro profissional em Belo Horizonte.

Alcione Torres Agostinho

Almada, o Cânone e **Começar**.

Cremilda Celeste de Araújo Medina

Modo de ser, Mo'dizer.

Adauto Ribeiro Filho

" E o vento levou: O discurso dos vencidos"

Martha Geralda Alves d'Azevedo

Liberdade de imprensa: realidade e utopia. A notícia internacional em jornais da América Latina.

Da Escola de Engenharia de São Carlos

João Manuel Domingos de Almeida Rollo

Emprego do nióbio em ligas não-preciosas.

Newton Geraldo Bretas

Estimação dinâmica de estado: alguns modelos; detecção e identificação de medidas com erros grosseiros.

Da Faculdade de Ciências Farmacêuticas

Cleuza das Graças Lopes de Souza

Caracterização farmacognóstica da droga e do estrato fluido de *Vernonia polyanthes* (Spreng.) Less.

Regina Fátima Rogano Pantarotto

Efeito de diferentes fontes protéicas balanceadas e desbalanceadas no apetite específico. Estudo realizado em ratos.

Paulo Roberto Martins Bonilha

Microorganismos indicadores de contaminação fecal e enteropatogênicos em hortaliças e suas águas de irrigação.

Odair Zenebon

Migração de chumbo e de cádmio de recipientes cerâmicos. Estudo visando a sua regulamentação bromatológica.

Maria Auxiliadora Santa Cruz Coelho

Influência do teor de lipídios dietéticos sobre as necessidades protéicas.

Ramanita Mayer Varela

Dieta hiperlipídica e aterogenicidade em ratos.

Elza Louko Ida

Purificação e caracterização parcial dos inibidores de amilase do triticales (*Triticum x Secale*).

Regina Maria Morelli Silva Rodrigues

Deteção e quantificação de proteína texturizada de soja em salsichas.

Elza Maria de Paiva Guimarães Barbosa

Estabilidade de pomadas de iodo.

Da Faculdade de Saúde Pública

Maria do Socorro Monteiro de Oliveira

“Utilização e opinião da população sobre um posto de saúde periférico em Londrina, Paraná”

Adalveniza Simão da Costa

Estudo da prevalência da hipertensão arterial e da prevalência da obesidade em indivíduos maiores de 20 anos de idade, de ambos os sexos, em municípios do Estado de São Paulo.

Esther Luiza Bocato Chamelet

Infectividade da saliva e glândulas salivares submaxilar e parótida de cães raivosos naturalmente infectados.

Carmen Vieira de Sousa Unglert

Contribuição para o estudo da localização de serviços de saúde – Uma abordagem de geografia em Saúde Pública.

Gracilda Telles de Menezes Stewien

O aleitamento materno em São Luís-Maranhão.

Issao Kameyama

Parasitoses intestinais entre os índios do Parque Nacional do Xingu. Alguns aspectos epidemiológicos e ecológicos.

Martha Maria Mutti Pereira

Eficácia da associação da vacina tríplice ao BCG.

Doralice de Souza

Estudo da infecção da leptospirose humana em coabitantes de casos ocorridos no vale do rio Aricanduva. Município de São Paulo, 1983.

Geraldo Magela Buralli

Estudo do controle dos triatomíneos domiciliados no Estado de São Paulo.

Emiko Yoshikawa Egry

O docente de enfermagem e o ensino de sexualidade humana: Ação educativa através da pesquisa participante.

Barbara Regina Lerner

Validação da “Fita de Shakir” na avaliação de estado nutricional de pré-escolares.

Maria Esther de Carvalho

Aspectos metodológicos e práticos da reação de imunofluorescência indireta aplicada à malária.

Milo Ricardo Guazzelli

Sistema para o controle estatístico da qualidade da água de abastecimento público.

Manuel Fernando Queiroz dos Santos Júnior

Endemia da hanseníase no Estado de São Paulo – Estudo comparativo entre os quinquênios 1924-28; 1950-54 e 1970-74.

Dulce de Castro Mendes

Assistência ao cliente *versus* administração dos serviços de enfermagem – A ambigüidade funcional da enfermeira.

Do Instituto de Ciências Matemáticas de São Carlos

Raimundo Rodrigues Ferreira

Métodos diretos para a análise do comportamento assintótico de equações diferenciais funcionais e equações a diferenças finitas.

Alice Kimie Miwa Libardi

Intersecção de funções e transversalidade.

Elisa Hatsue Moriya

Uma experiência de desenvolvimento de sistemas de informação usando instrumental de 4ª geração.

Jorge Luiz e Silva

Análise e projeto de um subsistema de comunicação para uma rede de computadores.

Do Instituto de Física

Laercio Losano

Estrutura de núcleos esféricos par-ímpar utilizando as aproximações BCS e o modelo ACQPV: Aplicação a isótonos com $N=82$ e isótopos do Ni, Zn e Cs.

Nelson Kazuo Takahashi

O problema de três corpos em uma dimensão: determinação numérica de estados ligados e ressonâncias de um sistema de duas partículas que se movem no campo de um caroço excitável.

Cleomilda Gomes Figueiredo

Velocidade e atenuação do ultra-som em soluções.

Juan Iraburu Elizondo

Condicionamento do Tokamak TBR-1 por plasma gerado por microondas.

Débora Peres Menezes

Excitações isovetoriais de sistemas independentes de carga.

Eliane Maria Francisco da Conceição

Estudo do espectro de quatro partículas idênticas movendo-se em uma dimensão.

Manoel Eduardo Conde

Determinação da seção transversal da coluna de plasma no TOKAMAK TBR-1.

Do Instituto de Física e Química de São Carlos

José Melo de Carvalho

Desoxigenação catalítica do Fenol, por Zeólitos.

Choyu Otani

Variações estruturais e de propriedades físicas do Coque de Lignina.

Valdick Emídio Vieira

Contribuição ao estudo analítico dos hidroxietilditiocarbamatos. Aplicações potenciométricas e espectrofotométricas.

Nerilso Bocchi

Estudo dos processos de formação e redução de filmes passivantes sobre zinco em meio moderadamente alcalino.

Sonia Regina Biaggio

Estudo dos processos de redução de filmes passivantes de estanho em meio moderadamente alcalino.

Rinaldo Gregorio Filho

Condutividade induzida por radiação ionizante no PET e KAPTON.

Marilisa Conti

Conformação, estrutura e espectro eletrônico do ânion 1, 2, 3, 4 – tiatriazol-5-tiolato ($CS_2N_3^-$) e do ácido HCS_2N_3 .

Do Instituto de Matemática e Estatística

Tomás Alberto Núñez Lay

Partes grandes de naturais sem retas combinatórias.

José Carlos Diniz Fernandes

O teorema de extensão de Hartogs para funções holomorfas generalizadas.

Daisy Gomes de Souza

Algumas considerações em regressão não linear.

Maria Creusa Salles Galvão Leite

Filas com reapresentações atrasadas.

Antonio Elias Fabris

Tópicos sobre métodos de colocação.

Roseli Fernandez

Caracterização do dual de um espaço Orlicz.

Paulo Agozzini Martin

Uma prova elementar de hipótese de Riemann para curvas algébricas sobre corpos finitos.

Do Instituto de Química

Salete Maria Cardozo Newton

Instabilidade genética em *Proteus mirabilis* ligada a auxotrofia.

Nivaldo Boralle

Neolignanas e linamoramidas de *Licaria Crysophylla*.

Lilian Colombini Etchebehere

Regulação da via de síntese de hexosaminas: evidências de fosforilação e desfosforilação da enzima 2-amino-2 desoxi-D-glicose-G-fosfato-cetol isomerase (transferidora de grupo amino), EC. 53.1.19, em *Blastocladiella Emersonii*.

Fernando P Espinoza-Fuentes

Aspectos filogenéticos e metamórficos na digestão dos diptera com ênfase em *Musca doméstica*.

Evandro José da Silva

Eletrossorção de substâncias hidroxiladas com cadeia carbônica de 3 átomos: Um estudo comparativo.

Wilson Wolter Filho

Química e quimiotaxonomia do gênero *Rhabdodendron*.

Evelyne Yvonne Lange Vaidergorin

Fotodegradação de Poli (Acetato de Vinila)

Hidetake Imasato

Ação de ésteres de trealose, contendo ácidos alfa-ramificados-beta-hidroxi-
lados de alto peso molecular, sobre membranas.

